

**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA - UNIVERSO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**AFONSO HENRIQUE SANT'ANA BASTOS**

**RIO EM CHAMAS:** Cotidiano dos Bombeiros no contexto da urbanização do Rio de Janeiro  
(1900-1906)

Niterói  
2015

AFONSO HENRIQUE SANT'ANA BASTOS

**RIO EM CHAMAS:** Cotidiano dos Bombeiros no contexto da urbanização do Rio de Janeiro  
(1900-1906)

Dissertação apresentada como requisito final para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO.

Linha de Pesquisa: Ideologia e Política.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Erica Sarmiento da Silva.

Niterói

2015

BASTOS, Afonso Henrique S.

Rio em Chamas: cotidiano dos Bombeiros no contexto da urbanização do Rio de Janeiro (1900-1906) / Afonso Henrique S. Bastos – Niterói, 2015.

Orientadora: Dra. Erica Sarmineto da Silva.

Dissertação (Pós-Graduação) – Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, Programa de Pós Graduação em História, Niterói, 2015.

1. Corpo de Bombeiros – Rio de Janeiro (RJ) – História. 2. Urbanização - Rio de Janeiro (RJ) - História. 3. Cidade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ) – História. 4. Incêndios – Rio de Janeiro (RJ) – História. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo.  
Campus Niterói RJ

AFONSO HENRIQUE SANT'ANA BASTOS

**RIO EM CHAMAS:** cotidiano dos bombeiros no contexto da urbanização do Rio de Janeiro  
(1900-1906)

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO como exigência para exame de qualificação.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. André Nunes de Azevedo  
1<sup>o</sup> Examinador

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Fernando Rodrigues  
2<sup>o</sup> Examinador

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Erica Sarmiento da Silva  
Orientadora

Ao meu bom e velho pai, "*in memoriam*", que moldou com seus conselhos meu caráter, e me deixou como herança a vontade de vencer.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ter conseguido concluir com êxito mais esta etapa da minha vida, pela sua proteção nas viagens entre minha cidade e Niterói, onde obtive as preciosas lições que compuseram meu conhecimento, para confecção deste estudo.

À Professora Doutora Érica Sarmiento, que tão pacientemente permitiu banhar-me na fonte de seus conhecimentos, para tornar-me uma pessoa melhor, mais instruída e capaz de interpretar os caminhos da História do Brasil.

Ao Sargento Bombeiro Militar J. Félix, arquivista do Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, pela sua colaboração nas minhas pesquisas que tornaram possível a conclusão deste estudo.

À Professora Doutora Mary del Priore, por ter influenciado nos meus conhecimentos de forma positiva, me incentivando nos momentos de maior dificuldade, com seu jeito cativante e acolhedor.

Ao Professor Doutor André Nunes de Azevedo pelos seus conselhos, por suas aulas, suas dicas e por aceitar o convite para sua participação de minha banca.

Ao Professor Doutor Fernando Rodrigues pelas preciosas críticas, que me fizeram compreender a importância do estudo da História, para a sociedade, e por ter aceitado o convite para participar de minha banca.

A todos os professores do Curso, que direta ou indiretamente, colaboraram com minha formação, em especial ao Professor Doutor Carlos Engueman, que muito me incentivou nos estudos, influenciando diretamente no aperfeiçoamento de meus conhecimentos.

Aos meus colegas de curso, que muito participaram na minha formação, nos momentos mais cruciais deste curso, em especial Alessandra, Marcia e Natania, que mais que companheiras de curso, se tornaram grandes amigas.

A minha família que pacientemente sentiu minha ausência, nos períodos em que estive envolvido nos estudos e pesquisas que deram origem a este trabalho.

A minha amada esposa Ana Cristina pela paciência, pela paz que me proporcionou para meus estudos, pela colaboração nos momentos mais críticos e pelo amor dispensado durante todo o tempo em que necessitei, para executar esta tarefa.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 RIO EM CHAMAS.....</b>	<b>14</b>
2.1 BOMBEIROS: UMA HISTÓRIA LIGADA À HISTÓRIA DO RIO – DO IMPÉRIO À REPÚBLICA.....	14
<b>3 CONTRA AS CHAMAS E LUTAS INGENTES – SÉCULO XX: UM SÉCULO DE TRANSFORMAÇÕES.....</b>	<b>47</b>
3.1 1900: O FIM DO SÉCULO PRENUNCIA UMA TRANSFORMAÇÃO: RIO E BOMBEIROS SE PREPARAM PARA AS MUDANÇAS.....	47
3.1.1 1901 – Começa um século de transformações.....	72
3.1.2 1902 – Uma eleição para curar uma cidade doente: Bombeiros e cidade buscam a cura de seus males.....	81
<b>4 VIDA ALHEIA E RIQUEZAS SALVAR – UM IDEAL A SER SEGUIDO À RISCA: CIDADE, PESTES E BOMBEIROS.....</b>	<b>87</b>
4.1 PEREIRA PASSOS E O CORPO DE BOMBEIROS.....	87
4.1.1 Oswaldo Cruz e o Corpo de Bombeiros.....	94
4.1.3 1906 - Conclusão de uma obra, continuação de um projeto.....	106
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>113</b>

## RESUMO

Este estudo analisa e discute a ação da reforma urbana empreendida pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX, no Corpo de Bombeiros. O ponto de partida é uma análise histórica da corporação mostrando sua associação à história da cidade do Rio de Janeiro, passando pela perspectiva de transformação política do Império para a República, e a influência desta no cotidiano da corporação. A urbanização da cidade modificou as suas instituições, sua rotina, e requereu custos sociais, que levaram seus munícipes, inclusive a se manifestarem. O Corpo de Bombeiros participou ativamente das mudanças da cidade como ator e coadjuvante, viu seus quadros profissionais se alterarem, sua capacidade técnica se aperfeiçoar, em moldes, até então, inéditos. Para a compreensão desta transformação propomos uma análise do cotidiano dos Bombeiros, associada à análise das mudanças que os primeiros anos republicanos promoveram na cidade do Rio de Janeiro.

**Palavras Chaves:** 1. Corpo de Bombeiros. 2. Rio de Janeiro. 3. Urbanização. 4. República.

## ABSTRACT

This study analyzes and discusses the action of urban reform undertaken by Mayor Pereira Passos in the early twentieth century, at the Fire Department. The starting point is a historical analysis of the corporation showing its association with the history of the city of Rio de Janeiro, through political transformation perspective from Empire to Republic, and its influence in corporation's daily life. City urbanization changed its institutions, its routine, and required social costs, leading its citizens to manifest themselves. The Fire Department participated actively at city changes, as an actor and supporter, saw their staff change, their technical capacity improved, in a non-published manner until then. To understand this transformation we propose a daily analysis of firefighters, combined with the analysis of the changes that the first republic in years promoted in the city of Rio de Janeiro.

**Key Words:** 1. Fire Department. 2. Rio de Janeiro. 3. Urbanization. 4. Republic.

## 1 INTRODUÇÃO

A reforma urbana empreendida na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1902 e 1906, na gestão do Presidente Rodrigues Alves e do Prefeito Pereira Passos, não promoveu somente uma transformação estética. Foi elemento transformador da cidade, em relação às formas de convivência social, e alterou as rotinas das instituições públicas, que, diante da demanda do nascimento de uma “nova cidade”, precisaram se reaparelhar, se adaptar e condicionar seus contingentes operacionais e humanos à futura “Cidade Maravilhosa”.

Embora tais reformas trouxessem melhorias efetivas para a cidade, o custo social para a grande maioria – pobres, proletários, desempregados – foi muito alto. O trabalho de enquadrar e adaptar os populares a esse mundo moderno, que estava sendo construído, sob a luz de um novo modelo de desenvolvimento, coube à polícia, o braço do Estado, que agia em contato direto com as insatisfações dos populares. Mas a repressão sempre gera uma reação, reação esta que se traduziu em manifestos, revoltas, declaração pública de desagravo, impetuosidade, registrados, às vezes, com ataques ao patrimônio público e privado e com o atear fogo em instituições e habitações, gerando incêndios destruidores.

O uso do aparelho policial<sup>1</sup>, para obrigar os revoltosos a acatarem as medidas impositivas, como a obrigatoriedade da vacina, por exemplo, acabava por colocar a polícia e a população em conflito. A polícia cuidaria da insatisfação popular, utilizando-se de métodos nem sempre ortodoxos, gerando manifestações violentas onde a população defendia-se agredindo o patrimônio público e privado.

Como resultado das manifestações, surgiram incêndios pelas ruas da cidade. Cabia ao, então, Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aplacar tais incêndios, e assim fazer parte, como instituição pública, do remodelamento que estava transformando o Rio de Janeiro, e a vida dos cariocas.

O reaparelhamento empreendido na estrutura profissional, humana e técnica do Corpo de Bombeiros, relacionada ao surgimento de uma “nova cidade”, se faz e uma realidade, e

---

<sup>1</sup> A ideia de aparelho policial aqui apresentada refere-se àquela desenvolvida por Althusser, onde ele afirma que: *Em outras palavras, a escola (mas também outras instituições do Estado, como a Igreja e outros aparelhos como o Exército) ensina o 'know-how' mas sob a forma de assegurar a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua 'prática'. Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, sem falar dos 'profissionais da ideologia' (Marx) devem de uma forma ou de outra estar 'imbuídos' desta ideologia para desempenhar 'conscientiosamente' suas tarefas, seja a de explorados (os operários), seja de exploradores (capitalistas), seja de auxiliares na exploração (os quadros), seja de grandes sacerdotes da ideologia dominante (seus 'funcionários') etc.* ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**; tradução de Walter André Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª edição, p 58/59.

uma necessidade. O remodelamento do Quartel Central dos Bombeiros, a partir de janeiro de 1897 até março de 1908, e a nomeação de um engenheiro, o Coronel do Corpo de Engenheiros do Exército Brasileiro Francisco Marcellino de Souza Aguiar, para comandar a corporação, são exemplos das reformas que envolvem a Corporação nesse período. Assim, desde o dia 23 de março de 1908, o Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros, estabelecido na Praça da República número 45, no Centro do Rio, se manteve como a sede das decisões do destino da corporação.

A República veio alimentar esperanças de dias melhores, mas em contrapartida lança a questão da conquista da cidadania. Na busca de sua afirmação, o regime republicano teria de equacionar questões remanescentes do Império, para dar aos brasileiros o sentido de ser brasileiro. Mas a realidade se processou de forma diferente. A dominância das oligarquias cafeeiras se manteve, e a República terá de produzir formas de manter seus cidadãos sob controle.

Passados os momentos de crise inicial, de instauração do regime, era preciso se dar mostras de domínio das novas estruturas republicanas. E o Rio de Janeiro será o ponto de partida para se pôr em prática as mudanças, que o modelo burguês capitalista requer. Não por coincidência, foi a capital escolhida para dar início às transformações, afinal:

O Rio de Janeiro é, indiscutivelmente, o centro de todas as questões que dizem respeito ao Brasil no início do século XX. Por ser o lugar, por excelência, da vida política, é uma cidade continuamente afetada por qualquer tipo de pressão sobre o Estado, ao mesmo tempo em que disso se beneficia para ampliar sua dimensão cosmopolita<sup>2</sup>.

E, se tem início no Rio a imposição do modelo republicano, também no Rio surgiram as contestações ao regime. As revoltas que se manifestaram nos anos iniciais de transformação da cidade, tiveram o idealismo de conquista do proletariado, mas também foram manifestos de rebeldia, contra a opressão estabelecida pelo regime. O remodelamento da cidade cobrou um alto preço de quem tinha expectativas e esperanças no novo regime, principalmente os mais desvalidos.

Ao analisar tais fatos, escolhemos os acontecimentos entre os anos que vão de 1900 a 1906. Tal corte temporal, deve-se ao fato de ser neste período que a República estabelece as bases para as mudanças que procederá na cidade. Será também este, um período de contundentes transformações, ocorridas no Corpo de Bombeiros, que verá seu cotidiano ser

---

<sup>2</sup> RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *História da Urbanização do Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil*. IN CARNEIRO, Sandra de Sá, SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.) **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamound, 2009. Pág. 103.

alterado, substancialmente. Terá que aumentar sua capacidade técnica, de acordo com as novas demandas da cidade, aumentará seu quadro de pessoal, especializará seus homens em novas áreas técnicas, importará tecnologia da Europa e EUA, entre outras medidas, para atender as necessidades de adaptação aos novos tempos.

Num primeiro momento partiremos de um debate histórico, desde a fundação da Corporação dos Bombeiros, que tem, já então, sua história associada à da cidade do Rio de Janeiro. Pouco tem os historiadores analisado a história do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Os trabalhos encontrados, em sua maioria, envolvem as análises do ponto de vista da Engenharia, ou da Segurança Contra Incêndio e Pânico. Sendo os mesmos executados pela Escola Superior de Bombeiros Militar, onde somente os oficiais superiores das corporações militares tem acesso, tornando-os de cunho privado.

Nessa obra o cotidiano da Corporação será analisado historicamente, articulado a gestão do Prefeito Pereira Passos, 1902 a 1906, quando o Rio passa pela sua reurbanização, dita haussmaniana<sup>3</sup>. É possível se identificar uma relação documental estreita, neste período, entre o prefeito e seus órgãos administrativos, e o Corpo de Bombeiros, durante toda a legislatura. Sendo então perceptível, que se o cotidiano da cidade se transformava, os Bombeiros também precisavam, que seu dia-a-dia se alterasse, para que o atendimento aos munícipes não fosse falho.

O período de 1902 a 1906 também se refere ao mandato presidencial de Rodrigues Alves, a quem o Corpo de Bombeiros, como sendo instituição federal, estava vinculado. O governo federal utilizou-se da Corporação, para dar apoio institucional ao prefeito Pereira Passos, indicado por Rodrigues Alves ao cargo para proceder a transformação da cidade.

A base desta pesquisa é a documentação existente no Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro<sup>4</sup>. Ofícios recebidos e expedidos a instituições públicas federais, estaduais, municipais, internacionais e privadas; Ordens do Dia do Comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; Quesitos de Incêndio do período analisado; Jornais de época completam as fontes que fundamentaram esta pesquisa.

---

<sup>3</sup>Na análise da revolução urbana produzida pelo prefeito Pereira Passos, Jaime Larry Benchimol desenvolve o pensamento de que o prefeito modela a cidade do Rio de Janeiro de acordo com padrões implantados por Georges-Eugène Hausmann, em Paris na segunda metade do século XIX. BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. Rio de Janeiro, 1992.

<sup>4</sup>Instituição administrada pelo Centro Histórico e Cultural do Corpo de Bombeiros, localizado na Praça da República, 45, Centro – RJ. O Arquivo Geral detém a guarda de documentação datada desde 1856, até os dias atuais. Alguns anos, neste intervalo de tempo, devido a precariedade das acomodações, têm documentos deteriorados e ilegíveis. Não foi possível analisar, por exemplo, o primeiro semestre de 1904.

Faz parte da documentação analisada como fonte, também a revista Avante Bombeiro. Criada para ser editada semanalmente, como informativo para os Bombeiros, em 1 de julho de 1929, recebendo inicialmente o nome de *Revista Chammas*, traz em alguns de seus exemplares fatos históricos relevantes na montagem da relação cotidiana do Rio com os Bombeiros.

Na documentação analisada ainda é possível identificar a estreita relação entre o Comando dos Bombeiros e o sanitarista Oswaldo Cruz. Peça importante nas mudanças ocorridas no Rio, nos anos iniciais da década de 1900, o sanitarista estabeleceu combate às epidemias pestilentas que assolavam a cidade, sendo a Revolta da Vacina um dos episódios protagonizados neste período. Não fiz uma análise pormenorizada da Revolta da Vacina, ou das revoltas da cidade neste período, mas de suas ações e reações, na cidade, que envolviam a participação dos Bombeiros nas suas consequências. As epidemias que assolaram a cidade, fizeram vítimas, entre os Bombeiros, e neste contexto é possível se perceber cidade e Corporação tendo seus cotidianos misturados, através da documentação analisada.

Não desenvolvi uma história militar da Corporação, peguei-me ao caráter da instituição no parâmetro em que atua em problemas sociais e estruturais da cidade, como incêndios, enchentes, desabamentos, e outros, que afetam diretamente o cotidiano dos munícipes, principalmente, em uma cidade com características ímpares<sup>5</sup>, como o Rio de Janeiro. O envolvimento militar dos Bombeiros com o Rio terá destaque maior em outro momento da história da Corporação, que não envolve os fatos aqui analisados.

Destaca-se no período analisado o comando do Coronel Francisco Marcellino de Souza Aguiar. Militar oriundo do Exército, dos quadros da Engenharia, será responsável pelas principais transformações técnicas e profissionais do período<sup>6</sup>. Ao transmitir o cargo de Comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal ao seu irmão Feliciano Benjamim de Souza Aguiar, deixa pronto todo o planejamento para a reforma da Estação Central dos Bombeiros, hoje Quartel do Comando Geral. A reforma da estação Central dos Bombeiros, deu o tom de como seria o novo Corpo de Bombeiros, na nova cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>5</sup>André Nunes de Azevedo descreve em *Entre o Progresso e a Civilização: o Rio de Janeiro nos traços de sua capitalidade*, toda a trajetória histórica da capitalidade do Rio de Janeiro, em destaque no Brasil, em momentos decisivos da história brasileira. AZEVEDO, André Nunes de. **Entre o Progresso e a Civilização: o Rio de Janeiro nos traços de sua capitalidade**. Dissertação de Mestrado ao Curso de Mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, 1998.

<sup>6</sup>O Coronel Souza Aguiar, é bem verdade, faz parte daquela estrutura reformadora do período em questão, e não se deve atribuir única e exclusivamente a ele, toda a reformulação ocorrida nas fileiras da Corporação. Contudo, seus conhecimentos técnico-profissionais e sua articulação política, muito contribuíram para alavancar o processo de mudanças.

Deixa o Coronel Francisco Marcellino de Souza Aguiar, também reservas financeiras para que se conclua a modernização da Corporação.

No primeiro capítulo intitulado *Rio em Chamas*, é feito um apanhado histórico desde a fundação do Corpo de Bombeiros, em 2 de julho de 1856, até a chegada da República. A análise das mudanças, na passagem do Império para a República, é associada ao cotidiano da Corporação. As mudanças no Corpo de Bombeiros, neste período, são executadas de forma gradual, mas os acontecimentos são determinados pelo orquestrar do imperador D. Pedro II. Tais mudanças são analisadas neste trabalho, também à luz da historiografia da cidade do Rio de Janeiro.

No segundo capítulo que traz o título *Contra as Chamas e Lutas Ingentes – século XX: um século de transformações*, na compreensão da passagem do século XIX para o século XX, já no período republicano, analiso a República em seus anos iniciais, a oposição ao regime, e o período de mudanças urbanísticas que a cidade passará, o que ocasionará a necessidade de se dar início a mudanças técnico-profissionais na Corporação dos Bombeiros. Neste momento, cidade e Bombeiros veem como nunca seus cotidianos se alterarem, e se identificarem ainda mais.

Finalmente no terceiro capítulo, *Vida Alheia e Riquezas Salvar – cidade, pestes e Bombeiros*, o Prefeito Pereira Passos e o Sanitarista Oswaldo Cruz, responsáveis pelas principais mudanças de comportamentos e modo de vida, na cidade, conduzem suas administrações, no intuito de afirmar o Rio, como uma cidade modelo para o país. Estes mantêm uma comunicação através de ofícios e outros documentos, cotidianamente com o Comando dos Bombeiros, para como administradores, procederem da melhor forma possível às mudanças na cidade. O então Comandante, Coronel Feliciano Benjamim de Souza Aguiar, dará continuidade ao processo de aperfeiçoamento da Corporação, que cada vez mais vê sua história misturar-se à história da Cidade do Rio de Janeiro.

## 2 RIO EM CHAMAS

### 2.1 BOMBEIROS: UMA HISTÓRIA LIGADA À HISTÓRIA DO RIO – DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

As transformações técnicas, humanas, institucionais e sociais, que ocorreram no Corpo de Bombeiros, quando da urbanização da cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1902 e 1906, pelo prefeito Francisco Pereira Passos, no mandato presidencial de Rodrigues Alves, o nos leva a entender a ocorrência de duas intervenções urbanísticas distintas. Esta é uma discussão que André Nunes de Azevedo coloca ao afirmar que existiram duas intervenções orientadas por sentidos distintos, e mais ainda, ele descreve as mudanças sociais deste momento da seguinte forma:

Ambos os projetos de intervenção urbana resultaram da iniciativa do então Presidente da República Rodrigues Alves que, desde o seu discurso de posse, anunciara uma grande ação de reformulação urbana sob o pretexto de melhorar a imagem, a sanidade e a economia da capital federal, a fim de facilitar a imigração de estrangeiros ao Brasil<sup>7</sup>.

No início do século XX a cidade do Rio de Janeiro sofreu inúmeras transformações na sua forma urbana, a fim de adequá-la aos modelos idealizados de cidade vigentes desde a segunda metade do século XIX. A busca em torno do ideal urbano pontuou uma disputa implícita onde grupos sociais diferentes, cada qual com sua noção ou necessidade de cidade, pensava também de maneira diferente sobre o uso do espaço urbano. De um lado estavam os “produtores do espaço”, representados por engenheiros, arquitetos, médicos, sanitaristas e políticos, que, imbuídos de um discurso científico, atribuíram para si a função de construir o espaço moderno urbano no Rio de Janeiro<sup>8</sup>. E do outro lado, os próprios habitantes da cidade, cuja relação se dava através do uso do espaço urbano e não da intervenção técnica.

Estas não são as primeiras reformas por que passaram a Corporação ao longo de sua História. O corte temporal desta pesquisa, escolhido para análise do cotidiano das transformações, que foram produzidas na cidade, e no Corpo de Bombeiros, deve-se à série de

---

<sup>7</sup>AZEVEDO, André Nunes de. **A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana**. Dossiê Temático. Revista Rio de Janeiro, n. 10, 2003. Pág. 41.

<sup>8</sup>A expressão “produtores do espaço” foi desenvolvida por Marcel Rocayolo e utilizada por Mônica Velloso em seu livro *A cultura das ruas do Rio de Janeiro*. Ver: VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas do Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004. (Coleção FCRB, Série Estudos; 1).

mudanças que ocorreram com o intuito de fazer do então *Districto Federal* uma cidade moderna, nos moldes das cidades europeias.

No final do século XIX, por exemplo, o morro do Castelo ocupava uma grande área triangular do distrito de São José, centro da cidade do Rio de Janeiro: do contorno da rua São José, até o largo da Mãe do Bispo – que foi excluído da malha urbana carioca para a abertura de outra praça, a atual Cinelândia, no final da Avenida Central – e terminando suas encostas atrás da Igreja de Santa Luzia, até onde batia o mar. Parte do centro comercial, político e financeiro do país, esta região vinha sendo motivo de discussão e preocupação por parte das autoridades brasileiras devido ao seu crescimento desordenado e de sua estrutura urbana desde pelo menos o final do século XVIII<sup>9</sup>.

Fundamental então, para se esclarecer a ação das reformas urbanas na corporação dos Bombeiros, é entender sua participação, como uma instituição pública, também de cunho social, apesar de sua estrutura militarizada. A participação dos Bombeiros nos eventos que se desenrolaram na série de transformações, produzidas naquele momento da história, na vida cotidiana dos munícipes do Rio de Janeiro, deve ser entendida, a partir de uma análise histórica de como Bombeiros e cidade do Rio veem suas histórias entrelaçarem-se.

Na crônica registrada na revista “*Revista Avante Bombeiro*” de 02 de julho de 1956, comemorativa do Centenário de Fundação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, temos o relato de que:

Ao subir as ruas íngremes do Morro do Castelo correndo, naquele verão de 1882, o escravo Tobias Assumpção, não conseguia pensar em outra coisa que não a sua liberdade. Precisava chegar ao alto do morro antes de qualquer outro escravo ou pessoa livre, para avisar do incêndio que consumia um armazém na Rua do Ouvidor. Tobias sabia que a recompensa de 4\$000 era suficiente para que ele conseguisse, junto com as economias que tinha feito, em suas andanças como escravo de ganho na cidade, comprar sua liberdade definitiva. A importância de um armazém pegando fogo, na principal rua da cidade, poderia até lhe render algo mais. Porém, sua decepção foi imensa ao chegar ao local e ser informado de que, desde meados de 1881, os avisos de incêndio, nas freguesias da cidade, não eram mais dados a partir

---

<sup>9</sup>Em 1798, foi elaborado, pelo Senado da Câmara, um questionário acerca da situação sanitária da cidade, a fim de investigar as causas e possíveis soluções sobre as doenças endêmicas e epidêmicas existentes no Rio de Janeiro. Respondido por três médicos portugueses, Manoel Joaquim Marreiros, Bernardino Antônio Gomes e Antonio Joaquim de Medeiros, o seu resultado condenou os morros da cidade, dizendo-os responsáveis pela má circulação do ar e conseqüentemente pela permanência dos miasmas, agravando as péssimas condições de saúde em que se encontrava a população do Rio de Janeiro. Este questionário foi publicado em 1813, nos primeiros números do periódico científico-cultural *O Patriota*. Ver: FERREIRA, Luiz Otavio. “Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43)”. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, VI(2): 331-51, jul.-out. 1999.

de “*três tiros de peças*”<sup>10</sup> do alto do Morro do Castelo, e que agora existia um circuito de caixas avisadoras de incêndio, no centro comercial da cidade.

A partir da crônica acima, tornaremos público alguns dos principais momentos da história do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, que apresentam-se intimamente ligados à História do Rio, fazendo parte de seu constitutivo social, político e econômico.

No dia 2 de julho de 1856, por Decreto Imperial número 1.775, D. Pedro II criava o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte, ficando este de acordo com o decreto, sob a jurisdição do Ministério da Justiça. O Imperador justificou sua atitude, devido ao fato de naquele ano terem sido registrados, na Corte, 16 incêndios, sendo 13 em chaminés residenciais<sup>11</sup>. Julgou-se pelos parâmetros da época um número muito elevado, sendo inclusive criada uma multa 20\$000, para qualquer casa que apresentasse fogo nas suas chaminés e fosse constatado ser aquele por falta de manutenção.

Um novo Decreto, de 26 de julho de 1856, nomeava o Major do Corpo de Engenheiros do Exército Brasileiro, João Baptista de Castro Moraes Antas como o Diretor Geral do Corpo de Bombeiros Provisório. Ao Major Moraes Antas coube a organização inicial, no âmbito administrativo e operacional da corporação, o que em 13 de março de 1857, deu como pronta num ofício ao Ministro da Justiça, conselheiro Dr. José Thomaz Nabuco de Araújo. Esclarecia ele em seu ofício a respeito do pessoal que se deveria compor o Corpo:

O Governo póde, sem aumento de despeza, chamar para o serviço do Corpo de Bombeiros os africanos livres da Casa de Correção, e as praças do corpo de artífices; mas si quiser alistar trabalhadores paisanos dos arsenais, sem dar-lhes por isso uma gratificação além dos jornaes que percebem, não poderá contar com essa gente; tanto que os arsenais não pagam aos operários tão vantajosamente como as companhias públicas e as obras particulares.

Convencido disto, propuz ao Exm. Sr. Ministro da Marinha que mandasse abonar uma gratificação diária de 200 réis a cada um dos 30 operários que fossem escolhidos com as qualidades prescritas no regulamento.

Propuz igual providencia ao Exm. Sr. Ministro da Guerra para augmento do pessoal da secção fornecida pelo Arsenal do Exército que sem a adopção dessa idéa, ou de outra equivalente, não será possivel conseguir-se o alistamento de operários paisanos, robustos, moralizados e peritos em certos officios.

A Repartição de Obras Públicas tem uma secção que consta de 20 bombeiros effectivos e de 20 bombeiros addidos, tendo aquelles o vencimento diário de I\$200 e estes o de 900 réis sómente.

<sup>10</sup>Refere-se ao “sinal de fogo” ou pedido de socorro para eventos que ocorressem em qualquer parte da cidade, quando eram dados tiros de artilharia de grosso calibre, 3 tiros com intervalo de 5 minutos, disparados do Morro do Castelo.

<sup>11</sup>Estatística publicada no Boletim do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, nº 128, de 2 de julho de 1956.

Esta desigualdade, que me consta ser conservada por espirito de economia, não deixa de ser injusta, desde que os bombeiros effectivos e addidos teem iguaes habilitações e se prestam a iguaes serviços, como acontece. É, com efeito, que no prazo de seis mezes se tenham retirado 15 homens dentre 40 que existiam em setembro. (Resguarda-se a grafia original) <sup>12</sup>.

Na primeira parte do ofício do Major Moraes Antas, percebemos que a criação do Corpo de Bombeiros já está inserida em um contexto histórico do Rio de Janeiro em alguns aspectos. Afinal, o Corpo de Bombeiros da Corte era composto de diversas seções existentes nos Arsenais de Guerra e da Marinha, Repartição de Obras Públicas e Casa de Correção.

O primeiro aspecto a ser analisado refere-se ao fato de que os negros livres tinham no Corpo de Bombeiros uma oportunidade de trabalho no serviço público, afinal primeiras mudanças estruturais da cidade já se tornaram perceptíveis quando a abolição provocou aumento substancial da população através da migração dos ex-escravos ou através do incentivo à mão-de-obra livre que a mudança proporcionou. Em sua obra *Os Bestializados*, José Murilo de Carvalho atesta tal afirmação quando descreve:

Alterou-se a população da capital em termos de números de habitantes, de composição étnica, de estrutura ocupacional. A abolição lançou o restante da mão-de-obra escrava no mercado livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados<sup>13</sup>.

A conquista, talvez que o Tobias da crônica inicial, fictícia ou real, esperava ter como “algo mais”: a oportunidade de ingressar, quando liberto nas fileiras da Corporação.

O segundo aspecto é que a corporação esteve formada em sua composição de pessoal inicial, por bombeiros provindos do Arsenal de Guerra, da repartição de Obras Públicas e da Casa de Correção, três instituições inseridas intimamente na história do Rio de Janeiro. Cada Seção contava com 30 operários e vinte praças.

Temos ainda a disposição do primeiro comandante em expor as condições de salário e desigualdade entre os membros da Corporação, que evidenciam as dificuldades econômicas do período, pelas quais passavam a Corte e a cidade, dificuldades que estabelecerão uma estrutura de mudanças em longo prazo. A estrutura de mudanças aqui referida relaciona-se a um processo de transformação em curso desde o Período Imperial até o Período Republicano. Renato Lemos assim se referiu a tal processo estrutural:

<sup>12</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício não numerado, retirado do Livro de Ofícios do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte.

<sup>13</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo. Companhia da Letras, 1987.

Em uma perspectiva de longo prazo, tem-se a alternativa republicana conectada ao processo de transformação estrutural da sociedade brasileira. Mais precisamente, o sentido histórico de seu surgimento, implantação e consolidação afirmou-se no período que se pode balizar pelos anos 1850 e 1900. Trata-se de um momento histórico marcado por acontecimentos econômicos, sociais, ideológicos e políticos que se associaram a mudanças nas bases da sociedade brasileira<sup>14</sup>.

Para tentar amenizar a situação salarial dos primeiros bombeiros, Moraes Antas enviou ao Conselheiro, Ministro e Secretário da Marinha, ofício datado de 02 de setembro de 1856, onde se destaca a seguinte colocação:

“(…) Ora os operários escolhidos, desde que o são, desde que se lhes augmentão as obrigações adquirem direito a alguma retribuição por parte do Estado. Cumpre que cada um d’elles pernoite dentro do Arsenal 10 vezes por mês; que adquirirão perícias nos exercícios de gymnástica e nos trabalhos de bombas, e que exponhão ao risco do serviço da extinção dos incêndios. Desde que forem obrigados a servir como bombeiros, sem remuneração alguma taes operários podem retirar-se e com facilidade o farão (...).<sup>15</sup>”

Finalmente, atestando a preocupação registrada no ofício anterior, a saída de 15 homens dentre 40 existentes, evidencia uma situação ameaçadora para a instituição, na sua qualidade operacional e na sua funcionalidade.

Dando continuidade ao ofício de Moraes Antas temos:

O bombeiro do Arsenal de Guerra é soldado de artífices e, como tal, sujeito à disciplina militar dentro e fóra do Arsenal.  
O bombeiro do Arsenal de Marinha, soldado, marinheiro ou operário, está sujeito a uma disciplina rigorosa.  
O bombeiro da Casa de Correção é um africano livre, que vive sujeito a regras e disciplina, o bombeiro da Repartição das Obras Públicas é de ordinario (assim o são quasi todos) homens que não tem officio, ou que não quer trabalhar por elle, e que foi alistado para estar de promptidão junto às bombas que a repartição possui num armazem do Largo da Carioca e no pavimento térreo do edificio que serve de secretaria na rua Senhor dos Passos.<sup>16</sup>

Vemos nesta parte do ofício, uma clara exposição qualificativa da classe trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro, numa identificação daqueles que eram disciplinados e aqueles que eram trabalhadores de baixa qualidade. Destaca-se que Moraes Antas escolheu pessoalmente o Sr. Luiz Martiniano Valdetano para ser o Comandante da Seção de Bombeiros da Casa de Correção, composta de africanos livres. A documentação analisada não apresenta a

<sup>14</sup>LEMOS, Renato. **A alternativa republicana e o fim da monarquia**. IN. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (organização). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Pág. 405.

<sup>15</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício não numerado, retirado do Livro de Ofícios do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte. Resguarda-se a grafia original.

<sup>16</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. *Idem*.

qualificação do Sr. Valdetano, no entanto o mesmo permanecerá, na função, durante todo o comando de Moraes Antas.

Em 1857, o Corpo de Bombeiros possuía 15 bombas manuais, sendo que três estabelecidas na Casa de Correção. Uma das bombas foi construída no Estabelecimento do Gás e duas vieram importadas da França. As bombas do Arsenal de Marinha pertenciam ao sistema adotado em Londres e contavam com a vantagem de lançar grande quantidade de água em tempo mínimo. As do Arsenal de Guerra eram fabricadas pelo próprio arsenal, tendo pouca diferença das importadas da Europa.

Uma bomba de incêndio, sejam quais forem a suas características, é a principal arma para o combate ao fogo. O seu valor é inestimável quando se tem a água como elemento extintor. Na época da fundação do Corpo de Bombeiros, a água não representava um problema substancial. Apesar do sistema de abastecimento ser deficiente, havia relativa fartura de água. Os pontos principais estavam situados em locais estratégicos, formados por pequenos chafarizes e bicas públicas. Ainda não existiam os hidrantes, responsáveis pelo serviço de extinção de incêndios, pois a cidade não possuía suficiente sistema de encanamentos capazes de supri-los de forma eficaz.

O transporte da bomba, do quartel de bombeiros ao local de incêndio, era feito geralmente em carroças. No local, os bombeiros encarregados de manejá-la, revezavam-se continuamente, participando desse revezamento até mesmos escravos, que compareciam obrigatoriamente aos incêndios<sup>17</sup>. Para as outras tarefas complementares, isto é, a adaptação dos mangotes e mangueiras, eram destacados mais seis ou oito bombeiros.

Em Primeiro de outubro de 1857, falecia Moraes Antas, que deixou o legado de ter sido o organizador do Corpo de Bombeiros da Corte, que mais tarde se tornaria do Estado do Rio de Janeiro<sup>18</sup>. Interinamente, assumia o cargo de Diretor-Geral, o ajudante, não militar, João Inácio da Cunha, comandando a Corporação até 1859, quando entrega o cargo ao Major do Corpo de Engenheiros do Exército, Juvêncio Manoel Cabral de Menezes. Em novembro de 1857 foram distribuídos pela primeira vez, os uniformes do Corpo de Bombeiros da Corte. Carecia-se, então, de se criar regras específicas para a Corporação de Bombeiros, o que acontece com o Decreto de número 2.587, de 30 de abril de 1860. Organizava-se o Corpo, dando-lhe a condição de efetivo e não mais provisório. Foi dividido em cinco seções, das

---

<sup>17</sup>Determinação que consta no Decreto Imperial 1.775, de criação do Corpo de Bombeiros da Corte. Arquivo Nacional.

<sup>18</sup>Tal fato é objeto de Moraes Antas receber como homenagem, seu nome na Medalha Moraes Antas, dada aos militares da Corporação, que sejam os primeiros colocados, em cursos de formação, feitos pelos membros do Corpo.

quais duas próprias e três auxiliares, o que significa que as auxiliares seriam utilizadas somente diante da necessidade, na existência de um incêndio de proporções consideráveis.

Ainda no Decreto 2.587 constava a obrigação das praças engajarem-se e servir ao Corpo por quatro anos. Essa medida fez desaparecer o inconveniente que havia no Corpo Provisório de não obrigação de serviço por tempo determinado, podendo-se abandonar, por qualquer motivo, a Corporação, sem que fosse considerado desertor, não estando sujeito a qualquer pena. Até então a rotatividade de pessoal era um obstáculo ao aprimoramento profissional, causando prejuízos ao serviço de extinção dos incêndios. O total de pessoal da Corporação era de 109 bombeiros, que agora eram obrigadas a servir por quatro anos. Ainda constava do citado decreto, que fossem estabelecidos “*postos electro-telegraphicos*”, para permitir a transmissão dos avisos de incêndio, de uma para outras estações.

O cotidiano dos Bombeiros cada vez mais fazia parte do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, uma cidade que para alguns viajantes europeus da época tinha características similares à de cidades árabes. Ao relatar esta comparação Jaime Larry Benchimol define que:

(...) nas descrições desses europeus, o Rio de Janeiro é comparado a uma cidade árabe, com seu comércio ruidoso e fervilhante, suas casas baixas, suas ruas atravancadas e sujas, destituídas de simetria, ou então a uma cidade africana, devido a multidão de negros que por ela circulavam, movimentando todas as engrenagens do universo do trabalho urbano<sup>19</sup>.

Conforme normas para o atendimento a incêndios na cidade, os donos das primeiras carroças de pipas de d’água, que comparecessem ao local do incêndio para auxiliar nos combates aos sinistros, recebiam uma gratificação. Para isso deveriam fazer um requerimento à Secretaria de Polícia da Corte. O Chefe de Polícia então pedia informações ao Corpo de Bombeiros, que respondia com dados fornecidos pelo inspetor do quarteirão no qual ocorrera o incêndio, onde constariam quais foram as primeiras carroças a chegarem ao local. Se confirmado, o requerente era orientado no sentido de comparecer à Secretaria de Polícia, para receber o que tinha direito.

No ofício 110, de 8 de outubro de 1859, expedido pela Secretaria de Polícia da Corte, para o Corpo de Bombeiros, lia-se o seguinte:

---

<sup>19</sup>BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. Rio de Janeiro, 1992. Pág. 27

Allegando Henrique José Marques, conductor da carroça n<sup>o</sup> 54, no requerimento incluso que remeto à VSa, ter elle sido o segundo a comparecer no incêndio que teve lugar na madrugada de hontem, cumpre que VSa informe o seu requerimento com o que souber a respeito.

Deus guarde VSa.

Ass. Izidoro Borges Monteiro.

Chefe de Polícia.<sup>20</sup>

O cidadão Henrique José Marques, na época, foi citado em vários outros requerimentos solicitando gratificação por comparecimento em incêndios. Segundo os arquivos consultados o referido era proprietário de carroças para transporte de água, que era vendida pela cidade, sendo um dos mais prósperos (possuía também as carroças de n<sup>os</sup> 188, 204 e 1175). Em razão disto, suas carroças estavam sempre por perto e por isso eram as primeiras a chegar aos incêndios.

Na questão de solicitação de gratificações por anunciar primeiro os incêndios, não foram somente Tobias e Henrique Marques que buscaram se privilegiar. O mesmo Chefe de Polícia Izidoro Borges Monteiro refere-se a um tal escravo Francisco, em seu ofício de N<sup>o</sup> 177 de 5 de novembro de 1859, ao Comandante dos Bombeiros, da seguinte forma:

Sirva-se VSa. Informar se o escravo Francisco, do Dr. Firmo, foi quem no dia 31 de outubro veio a esta repartição dar parte do incêndio de que se manifestou em casa do Exm<sup>o</sup> Senador D. Manoel de Assis Mascarenhas, à Rua dos Inválidos, visto ter o dito escravo requerido a gratificação competente.

Deus Guarde VSa.<sup>21</sup>

Ainda sob o comando do Major Juvêncio, a corporação passou para a jurisdição do *Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*, em 11 de março de 1861, com o status de Secretaria de Estado. E a novidade técnica que representaram os postos telegráficos, só se efetivou em 1 de julho de 1862, com a inauguração de uma linha telegráfica que unia a seção do Campo de São Cristóvão e a seção da Secretaria de Polícia, na Rua do Regente.

Na relação entre os Bombeiros e o Rio, não pode ficar sem registro o respeito que os mesmos conquistavam perante a população, mesmo antes de a Corporação completar 10 anos de existência. No dia 13 de fevereiro de 1863, a 1<sup>a</sup> Seção de Polícia da Corte, enviou um ofício ao Corpo de Bombeiros da Corte, em cujo texto se lia:

<sup>20</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício constante do Livro de Ofícios Recebidos, do Corpo de Bombeiros da Corte, em 1859. Resguarda-se a grafia original.

<sup>21</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Idem. Resguarda-se a grafia original.

Sirva-se VSa expedir as competentes ordens para que nas noites de carnaval, em que houver baile mascarado no Theatro Lyrico, estacione ali uma bomba de apagar incêndios com os competentes bombeiros, a fim de acudir a qualquer incêndio, que se manifestar, e extingui-lo logo em seu começo.

Deus guarde VSa  
Ass. Ilegível.<sup>22</sup>

Observa-se no teor do ofício o reconhecimento da competência dos bombeiros da época, que mesmo com poucos conhecimentos profissionais, impunham o valor de sua presença, a ponto de serem considerados indispensáveis em uma festa onde a máscara tornava o ambiente liberal, alegre e com consequências imprevisíveis.

Em 1864, foi criada no *Campo da Acclamação*, números 43 e 45 a *Directoria Geral e a 1ª Secção de Bombeiros*, no local onde hoje se encontra o Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. No ano seguinte, foi nomeado o Tenente Coronel Joaquim José de Carvalho, sendo a primeira vez que um Tenente Coronel era nomeado para o comando, o que denotava certa importância da corporação para o governo imperial.

No ano de 1865, recebe o corpo a sua primeira bomba a vapor, e o transporte de material com a força humana começa a se tornar inviável, devido ao peso a ser carregado até os locais de incêndios. No dia 20 de dezembro o comando anuncia a chegada da primeira bomba a vapor, especialmente destinada a incêndios a beira-mar e a ser embarcada nos casos de incêndios a bordo, além de um machado modelo francês, que serviu de modelo para que se confeccionassem mais doze, nas oficinas da Casa de Correção, usados para suprir as necessidades do Posto Central.

---

<sup>22</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício constante do Livro de Ofícios Recebidos, do Corpo de Bombeiros da Corte, em 1863. Resguarda-se a grafia original

Esboço da primeira bomba a vapor.



A título de ilustração descreve-se o procedimento técnico na utilização desta bomba a vapor, que quando ao sinal de alarme, os bombeiros atrelavam os muares, tiravam o carvão do depósito, colocavam na fornalha, para que quando o socorro chegasse ao local do incêndio já houvesse vapor na caldeira, cujo vapor fazia funcionar os pistões, que colocava em movimento o corpo de bomba. Se fosse à noite, antes de sair ainda tinham que acender os archotes, para iluminar o caminho. Isso tudo em no máximo 40 segundos.

Iniciou-se em 1866, o uso de tração de viaturas por muares (jumentos). No entanto não tinha a Corporação os animais necessários para a execução de seus serviços. Foram estabelecidas normas e abertas concorrências para prestação de serviço de auxílio, que seriam prestados em casos de incêndios. Nessas ocasiões, os elementos cadastrados deveriam fornecer os muares necessários, que seriam atrelados às carroças a serem conduzidas aos locais dos incêndios. Para se cadastrar, essas pessoas deveriam possuir nas proximidades de cada estação ou posto, tantos muares quantas eram as carroças que poderiam ser utilizadas em casos de incêndio. Foram também estabelecidas pesadas multas para os cadastrados que, por qualquer motivo, não fornecessem os muares necessários.

Nesta época merece registro mais um acontecimento, que mostra como a história dos bombeiros funde-se à história da cidade. Um dos quesitos necessários para ser bombeiro era ter boa compleição física, disposição e aptidão para o serviço. Podemos entender melhor esta questão ao vermos como analisa Jaime Larry Benchimol a questão do trabalho urbano na cidade do Rio ao afirmar que:

A contradição entre a potencialização da economia urbana - cujo eixo era a circulação de mercadorias - e a disponibilidade de mão-de-obra escrava atuou no sentido de impulsionar a transição para o trabalho livre. Esta contradição não é apenas uma questão de números. A básica técnica, a "força produtiva" da cidade - a energia braçal do escravo - já não correspondia às novas necessidades do comércio internacional, à nova dinâmica do mercado capitalista mundial (aumento do volume e da velocidade de circulação das mercadorias, provocados pela revolução industrial e pelas transformações tecnológicas dos meios de transporte)<sup>23</sup>.

Nos bombeiros essas qualidades eram às vezes dirigidas para outras finalidades, que não para as quais eles foram treinados, tendo em vista o porte físico e os exercícios diários a que os bombeiros se submetiam. Havia então no Largo da Carioca um chafariz onde os carroceiros e a população, em geral, iam buscar água para as necessidades diárias.

Em torno das bicas, devido à aglomeração de escravos e lavadeiras que vinham de diversos pontos da cidade, índios e portugueses que iam buscar água para vender, não era difícil de acontecerem desavenças. Tanto que nas proximidades existia o alojamento de uma guarda para ordenar o ambiente, que dará origem ao nome da Rua da Guarda Velha, atualmente 13 de maio.

É possível se entender tais distúrbios a partir do ofício do Governador do Rio na época, Espiridião Elói de Barros Pimentel, ao Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, encaminhado ao Comandante dos Bombeiros, com o seguinte teor:

Expeça V. M<sup>ce</sup> as ordens necessárias para que as praças do Corpo de Bombeiros aquarteladas no 4<sup>o</sup> Posto (Posto Alfândega, estação ESTE, localizada num compartimento da Alfândega, cedido pelo Ministério da Fazenda) de Bombeiros, prestem os auxílios necessários e que forem reclamados, aos guardas do chafariz da Carioca, a fim de evitar desordens entre os carroceiros que conduzem pipas d'água, escravos capoeiras e os ditos guardas, quando tiverem que cumprir o seu dever.<sup>24</sup>

E assim o Corpo de Bombeiros da Corte, colocou a sua marca em mais uma página que conta a história do Rio de Janeiro.

<sup>23</sup>BENCHIMOL, Idem. Pág. 77.

<sup>24</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício constante do Livro de Ofícios Recebidos, do Corpo de Bombeiros da Corte, em 1866. Resguarda-se a grafia original.

A utilização dos bombeiros, na repressão a grupos de desordeiros, nas ruas do Rio, tem ainda outro episódio envolvendo capoeiras. Incapaz de conter com seus próprios meios, encontros, denunciados antecipadamente, de capoeiras, nas proximidades da Rua da Glória, na região conhecida como cais novo, o Dr. João Damaceno Peçanha da Silva, Subdelegado em exercício, mandou ofício ao Corpo de Bombeiros, nos seguintes termos:

Havendo denuncia de que hoje, na rua da Glória (caes novo), do meio dia em diante tem de haver uma reunião de capoeiras e malfeitores<sup>25</sup>, venho rogar a V.S<sup>a</sup> que se digne, como de costume, prestar-me seo eficaz auxilio na diligência que pretendo fazer, da captura dos mesmos capoeiras e malfeitores, expedindo suas respeitáveis ordens para que doze praças do Corpo de Bombeiros se apresentem à hora acima indicada ao Inspetor do 2<sup>o</sup> Quarteirão d'esta Freguesia, Antonio Francisco Moreira de Queiroz, na rua Lapa N<sup>o</sup> 40, a ser possível, que as ditas praças, conquanto convenientemente armadas, venhão à paisana.<sup>26</sup>

Neste ofício, alguns aspectos nos chamam a atenção para a participação de bombeiros, no cotidiano da cidade do Rio. Afirma o Delegado que “*como de costume*” o auxílio dos bombeiros é necessário para se combater desordens. Considera ainda o Delegado “*respeitáveis*” as ordens do Comandante, e a despeito de ser uma formalidade, manifesta uma certa reverência ao Corpo de Bombeiros; e pede, ainda, a participação “*convenientemente armada e à paisana*”, contrariando a atividade normal de bombeiros.

A relação histórica dos Bombeiros com o Rio também está marcada de episódios conflituosos. O § 6<sup>o</sup> do artigo 21, do Decreto 2.587, de 30 de abril de 1860, estabeleceu normas de postura para o Município do Rio de Janeiro, por ocasião dos incêndios na cidade. Porém, em 1877, tais posturas já não mais satisfaziam as necessidades. Foi então feito um estudo pelo Corpo de Bombeiros, visando adequar as posturas municipais à realidade da época. Antes que o estudo ficasse pronto, este chegou ao conhecimento do Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, do Corpo de Engenheiros do Império, que se sentiu ofendido, achando que tal iniciativa não poderia ser tomada por uma Corporação que apenas se iniciava, sem autoridade e experiência no que se referia à adoção de normas municipais. Ele, então, oficiou ao Sr. Conselheiro Ministro e Secretário de Estado e Negócios da Agricultura, Commércio e Obras Públicas, nos seguintes termos:

<sup>25</sup>Em seu artigo intitulado o Império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras, Marcos Luiz Bretas discute a necessidade de não se preservar os mitos em torno do valente capoeira e do “herói branco”. O capoeira, segundo o autor seria o “pilar da resistência cultural do negro”, ao tempo em que o herói branco” era o chefe de polícia que resolveria um dos problemas da cidade: a questão dos capoeiras. BRETAS, Marcos Luiz. **O Império da navalha e da rasteira: a Republica e os capoeiras**. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, pág. 240, 1991. Diante do que a associação entre capoeira e malfeitores no ofício destacado, torna-se uma prática comum entre as autoridades policiais da época

<sup>26</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Idem. Resguarda-se a grafia original.

Paço da Illustrissima Comarca Municipal do Rio de Janeiro, 7 de agosto de mil oitocentos e setenta e sete. Illustrissimo e Excellentissimo Senhor – Representando o respectivo Fiscal que sobre o prédio do Campo da Aclamação em que está aquartelado o Corpo de Bombeiros se está levantando um alçado contra o disposto nas Posturas Municipais. A Illustrissima Comarca leva o facto ao conhecimento de Vossa Excellencia afim de dar suas ordens para que as ditas posturas sejam respeitadas.

Deus Guarde Vossa Excellencia Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conselheiro Doutor Thomaz José de Coelho de Almeida, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas.<sup>27</sup>

Diante desta apelação, o Sr. Ministro determinou em despacho escrito no próprio ofício, que o Comando do Corpo de Bombeiros continuasse a obediência às posturas municipais em vigor.

A rapidez de atendimento em casos de incêndio e a eficiência na extinção dos sinistros, sempre esteve condicionada a eficácia dos avisos de incêndios. Assim, merecem destaque na história dos Bombeiros os “avisadores de incêndios”, mandados instalar pela cidade do Rio em 1878, sendo concluída sua instalação em janeiro de 1879. Irremediavelmente foi um significativo avanço na técnica de combate a incêndios na Corte, a instalação do primeiro circuito de 12 caixas no centro comercial da cidade. Dia 28 de fevereiro era inaugurado no bairro do Catete um segundo circuito, tornando ainda mais ágil o atendimento da Corporação.

Achando-se nessa época funcionando perfeitamente, dentro da cidade, os circuitos avisadores de incêndio, foram, então, abolidos os sinais de fogo dados pelo Morro do Castelo. Essa seria talvez a informação que faltou ao escravo Tobias Assumpção, que buscava desenfreadamente recursos para conquistar sua liberdade. Fato que tanto deveria afligir a muitos “*Tobias*” naquele período da escravidão.

E apesar do fato de o “*ethos escravista*” requerer sempre uma leitura correta das relações escravistas na cidade, casos como o de Tobias, se tivessem ocorrido, não seriam uma exceção. A própria historiografia atual, ao analisar as relações escravistas, entende que a dificuldade de fontes escritas, quando do estudo das resistências escravas, como de outros estudos sobre a escravidão, não devem se apegar ao fator quantitativo dessas fontes, deve-se no entanto, valorizar o fator qualitativo, para se apresentar questionamentos sobre o assunto. Tanto que

---

<sup>27</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício constante do Livro de Ofícios Recebidos, do Corpo de Bombeiros da Corte, em 1877. Resguarda-se a grafia original

qualquer indício que revele a capacidade dos escravos, de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo seus interesses, deve ser valorizado. Mesmo os aspectos mais ocultos (pela ausência de discursos) podem ser apreendidos através das ações<sup>28</sup>.

Temos então as fugas para fora da localidade, que seriam aquelas que representavam a ausência total do escravo aos olhos de seu dono, nos lugares de difícil acesso. As matas, os mangues, os montes, cidades mais populosas como o Rio de Janeiro, poderiam representar um local onde seria mais difícil de ser encontrado. Afinal “escravos mais habilidosos dão-se às asas, muitos levando consigo instrumentos de trabalho, e vão tentar a vida nas cidades, segundo seus talentos, em pequenos negócios, docas, construção civil, etc.”<sup>29</sup>.

As fugas para as cidades representam, no entanto, a fugas para dentro do próprio sistema escravista. E as cidades grandes se apresentam como um local com áreas mais liberais, principalmente a partir de 1870, com a difusão do republicanismo.

A confirmação do status de importância que a corporação vinha conquistando, por esta época, quando era então comandada interinamente pelo Major do Corpo de Engenheiros João Soares Neiva, foi a organização militar que os oficiais da corporação conseguiram, através do Decreto número 7.766, de 19 de julho de 1880. Este Decreto Imperial permitiu, enfim, que os oficiais do Corpo de Bombeiros pudessem usar as insígnias de Oficiais Militares do Império, e, como tal passaram a ser respeitados. Por isso para a Corporação este decreto e esta data marcam a sua militarização. Foi nesta época que Soares Neiva foi promovido ao posto de Tenente-Coronel, para poder atender a necessidade de se ter um oficial daquela patente no comando.

A Estrada de Ferro D. Pedro II, também representa um marco crucial para se entender a história do Rio de Janeiro. Bebchamol descreve a importância da estrada de ferro em níveis sociais e urbanísticos, além dos econômicos quando afirma:

À medida que os trilhos penetravam no vasto território do café, as estradas provinciais, quando não desapareciam por completo transformavam-se em ramais tributário da ferrovia. Embriões de futuras cidades, as estações ferroviárias centralizavam todo o movimento de mercadorias, determinando a decadência dos povoados à margem das antigas estradas. Seus comerciantes e artesãos desfaziam-se do que tinham para tentar a sorte na Corte. Os fazendeiros abandonavam as casas que mantinham nessas cidades ‘mortas’, transferindo-se para sobrados ou palacetes no Rio de Janeiro<sup>30</sup>.

<sup>28</sup>SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009. pág. 15

<sup>29</sup>SILVA, Idem. pág. 71

<sup>30</sup>BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. Rio de Janeiro, 1992. Pág. 47

Em relação aos Bombeiros, ela também compõe uma página importante de sua história. Antes da inauguração do quartel do Meier, o deslocamento do socorro dos Bombeiros era feito através da Estrada de Ferro, esta que desde 1855, quando inaugurada e presidida por Cristiano Benedito Ottoni, fez a vanguarda da estrada de ferro e do transporte ferroviário de passageiros e mercadorias, sempre que se fazia necessário a presença de bombeiros naquela área recém urbanizada.

O deslocamento era feito de forma improvisada causando demora na saída do comboio, pois era necessário amarrar os 14 carros que compunham o socorro, bem como acomodar os muares, que se assustavam com os apitos da locomotiva e os solavancos da composição. Ainda temos a falta de acomodação para a guarnição, que em razão dos safanões nos vagões, lutavam durante toda a viagem para acalmar os animais e impedir que os carros se chocassem uns com os outros nos solavancos das freadas, curvas ou desnivelamento dos trilhos.

Tendo conhecimento do problema, o Comando do Corpo de Bombeiros oficiou ao Ministros dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, solicitando que o mesmo intercedesse junto àquela ferrovia, no sentido de acomodar da melhor forma o material, os animais e a guarnição do socorro de incêndio. Reconhecendo aquela necessidade, o Ministério atendeu ao Corpo de Bombeiros e, no dia 30 de junho de 1880, o Comando recebia o seguinte ofício:

Snr. Diretor Geral Interino do Corpo de Bombeiros.

Communico a Vm<sup>ce</sup> para seo conhecimento que, segundo participou-me o Director da Estrada de Ferro D. Pedro 2<sup>o</sup>, achão-se já com as modificações indicadas por Vm<sup>ce</sup>, dous carros rasos dos que foram escolhidos para o transporte de material para extinção de incêndios, e bem assim, achão-se dadas as providencias para que, em caso de incêndios nos subúrbios servidos por aquela Estrada, terão os bombeiros a precisa condução em carros apropriados.

Deus Guarde a Vm<sup>ce</sup>.<sup>31</sup>

Analisando a composição constitutiva da corporação, em 1881 os Bombeiros tinham o seguinte quantitativo:

---

<sup>31</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício constante do Livro de Ofícios Recebidos, do Corpo de Bombeiros da Corte, em 1880. Resguarda-se a grafia original.

Tenente-Coronel Director Geral.....	01
Major ajudante .....	01
Capitães commandantes secções .....	02
Tenentes instructores .....	02
Médico .....	01
Encarregado das officinas e cocheiras .....	01
Chefe ajudante .....	01
Ditos de secção .....	02
Ditos de turma .....	10
Ditos de bombas .....	10
Bombeiros .....	105
Cocheiros .....	15
Carroceiros .....	10
Total .....	161

**Fonte:** Manual de Officias do Corpo de Bombeiros do Império. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Os referidos componentes estavam distribuídos pela Estação Central, e em três postos situados: o primeiro na Prainha, o segundo no Largo da Carioca e o terceiro à Rua D. Manoel, no pavimento térreo de uma dependência do Paço. Mas o ano de 1881 será marcante para a mudança da realidade de pessoal e material da Corporação. O Decreto 8.837, de 17 de dezembro aprovava o regulamento que dava organização militar para todo o Corpo, e não mais somente para os oficiais; também elevava o quadro de pessoal para 300 homens, e autorizava o Governo Imperial a utilizá-lo em caso de Guerra. Também foi nesse período que o material operacional do corpo compunha-se de 57 viaturas, das quais 47 eram puxadas por muares e dez pelos próprios bombeiros. As viaturas eram as seguintes:

- ❖ 05 bombas a vapor
- ❖ 03 bombas químicas
- ❖ 16 bombas manuais
- ❖ 03 carros com escadas
- ❖ 04 carros para transporte do pessoal e material
- ❖ 02 carros para condução de mangueiras
- ❖ 02 meias caleças.
- ❖ 10 carros com pipas d'água
- ❖ 10 carroças para água

❖ 02 carros para condução de material

**Fonte:** Manual de Material Operacional Corpo de Bombeiros do Império. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Outra mudança substancial na história dos Bombeiros, que a faz entrelaçar-se com a da cidade foi também produzida por este decreto de 1881: a divisão de áreas de atuação das Estações e dos Postos de Bombeiros. Até então, quando ocorriam incêndios, a guarnição que atendia ao chamado, era sempre a do quartel mais próximo. Não havia divisão de área e, por vezes, duas ou mais guarnições de quartéis diferentes compareciam aos incêndios desnecessariamente, deixando suas áreas desguarnecidas.

O artigo 80 do Decreto 8.837 dizia que:

Para melhor regularidade na collocação das estações e postos, fica a cidade do Rio de Janeiro dividida em cinco districtos: norte, sul, éste, oeste e central; e cada districto em tantas estações filiaes e postos quantos o Governo julgar convenientes, tendo em attenção as necessidades do serviço e o desenvolvimento de cada bairro.  
(...)

O Distrito Norte compreendia a área que ia da Praia Formosa, Saco do Alferes, Gamboa, Saúde e Prainha, até a Praça Vinte e Oito de Setembro. A sua Estação principal era na Gamboa, próximo à Estação Marítima da Estrada de Ferro D. Pedro II. O Distrito Este compreendia a área desde a Rua Conselheiro Saraiva, seguindo até a Rua do Ourives, e por esta até encontrar a Rua da Ajuda, praia de Santa Luzia, Arsenal de Guerra, Praça do Mercado e Alfândega, onde ficava a Estação principal desta região. Já o Distrito Oeste compreendia a área desde a Rua do Mattoso e terrenos do Matadouro, onde seria sua Estação principal, que será ligada a Estrada de Ferro D. Pedro II e às linhas de carris que serviam ou viessem a servir aos subúrbios. O Distrito Central compreendia a área desde o Matadouro até a Glória, A Estação principal estava formada pelo quartel do Campo da Aclamação. Finalmente, o Distrito do Sul seria constituído pela área compreendida desde o Largo dos Leões até o cais da Glória; sua Estação principal era nas proximidades do Largo do Catete, ficando como a Estação Oeste, ligada às linhas de carris. As mudanças iniciadas pelo Decreto de 1881, foram sendo adaptadas até o ano de 1886.

Na virada do século XIX para o século XX, o porto do Rio de Janeiro era um enorme complexo de unidades independentes que abarcava diversas ilhas da baía de Guanabara e se estendia, no continente, da região fronteira ao Paço Imperial até as praias das Palmeiras e São Cristóvão. Nesta orla marítima estavam localizadas: as Docas da Alfândega e do Mercado,

construídas de 1853 a 1877; as Docas D. Pedro II, edificadas por Rebouças entre 1871 e 1876; o dique da Saúde, destinado ao conserto de navios; a Estação Marítima da Gamboa, construída pela Central do Brasil entre 1879 e o início da década de 1880; dois complexos privados de cais e silos e, por fim, mais de sessenta trapiches, que se sucediam quase colados um ao outro da Prainha a S. Cristóvão. Nas ilhas estavam situados o serviço de inflamáveis e corrosivos, o depósito público de pólvora e vários depósitos de carvão de companhias comerciais particulares.

Em suma, o porto do Rio de Janeiro era um sistema complexo, desintegrado física e funcionalmente, formado por unidades estatais e privadas, de uso público ou privativo, e que mantinham com a Alfândega relações de diferentes intensidades a depender da natureza e função de cada uma delas. As estatais incluíam, além da doca e armazéns da Alfândega, o depósito público de pólvora da ilha de Boqueirão e a Estação Marítima da Gamboa. Numa demonstração de que nesta área residia uma preocupação governamental, quanto à ocorrência de incêndios que pudessem afetar as empresas que ali operavam, e localizando-se, então aí, também uma área de risco que envolvia cuidados dos Bombeiros.

Buscando valorizar os militares Bombeiros, em 1887, o Decreto Imperial 9.829 aprovou novo regulamento para a Corporação dos Bombeiros do Império. Criando inclusive um “Estado Menor” Militar no Corpo, o que dava uma organização semelhante à do Exército. E também foi criada a Caixa de Beneficência do Corpo de Bombeiros, para garantir o futuro dos oficiais e praças, que só foi efetivada em 1888.

A proximidade do ato legal da abolição da escravatura no Brasil, fez surgir grupos defensores da causa abolicionista, este panorama contagiava membros de várias classes sociais que não concordam com o gradualismo, como nos descreve Maria Helena Pereira Toledo Machado:

Em termos mais diretos, a adesão das autoridades policiais ao gradualismo detonou as bases do controle social dos escravos nas localidades, abrindo espaço para a ascensão dos movimentos rebeldes. O legalismo, mesmo que tímido, das autoridades foi um subproduto não planejado do abolicionismo e deu lugar a uma reordenação de forças, com consequências inesperadas<sup>32</sup>.

E membros das fileiras da Corporação dos Bombeiros, tinham simpatia à causa abolicionista. Mesmo com toda a rigidez do regulamento da Corporação dos Bombeiros da

---

<sup>32</sup>MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “**Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas**”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. IN GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Organizadores) *O Brasil Imperial Vol. III – 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Pág. 395.

época, a vida no Corpo de Bombeiros era melhor do que o regime vivido pelos negros nas senzalas ou simplesmente nas residências abastadas dos grandes senhores de então. Existe um fato registrado nas fileiras da Corporação, referente a um escravo que se chamava Valério.

Certamente Valério já havia participado da extinção de algum incêndio carregando baldes d'água<sup>33</sup>, ajudando os aguadeiros a transportar as pesadas pipas para os locais dos sinistros. É possível até que Valério tenha ajudado a carregar aparelhos de incêndio, no tempo em que um Corpo de Bombeiros Provisório caminhava com as dificuldades de não ter ainda sequer muares para executar tal tarefa. Quem sabe a movimentação desordenada no local de incêndio, o calor das labaredas crepitantes, os gritos de desespero misturados ao de um comando improvisado tenha feito vibrar o peito daquele negro, possuidor das técnicas que tinham os soldados do fogo.

O fato é que um dia, decidiu fugir do eito onde o trabalho desumano era dirigido pelo feitor com seu chicote ameaçador. Foi no Corpo de Bombeiros da Corte que Valério buscou sua liberdade. Para conseguir seu intento sabia que era preciso mentir, falsear, ludibriar enfim a boa-fé da Corporação. E o escravo, já marcado pela escravidão humilhante, não hesitou. Antes que algum capitão-do-mato ou qualquer pessoa avisada pelos anúncios nos jornais embargasse a sua fuga ele realizou o audacioso intento. Com o nome suposto de Antonio, assentou praça e tornou-se um bombeiro, de fato e de direito, com respectivo registro em livro próprio<sup>34</sup>, uniforme e tudo o que lhe era devido.

Sem temer o risco de um insucesso, visto que ia mentir em todas as suas declarações, o negro apresentou-se no dia 7 de fevereiro de 1887 e, voluntariamente, assentou praça. Disse chamar-se Antonio Manoel de Oliveira, ter 20 anos, ser casado e filho de Bernardino Moraes de Oliveira<sup>35</sup>. Para evitar uma recusa de incorporação ou por outro motivo qualquer, disse também ser pintor. Tudo conforme e perfeitamente escriturado, formalizou sua incorporação sendo recebido na 3ª Seção com o número 60.

Recruta ainda, classificado como aprendiz, já participava do serviço de extinção. Embora novo, porém se empenhava com bravura, sendo reconhecido como disposto, inteligente e disciplinado<sup>36</sup>. O ex-escravo esperava, por certo, já ter se livrado da sua condição

---

<sup>33</sup>Esta era uma determinação constante do Decreto de criação do Corpo de Bombeiros em 1856, que ainda estava em vigor.

<sup>34</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro de Incorporação de Praças Voluntários de Fevereiro de 1887 do Corpo de Bombeiros da Corte.

<sup>35</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Dados retirados do Livro de Assentamentos de Praças do ano de 1887, do Corpo de Bombeiros da Corte.

<sup>36</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Elogio publicado nos assentamentos do Aprendiz nº 60 – Antonio Manoel de Oliveira, data ilegível do ano de 1887.

anterior, sendo confundido em meio dos seus companheiros, não sendo mais o “escravo Valério”.

Entretanto, a Sua proprietária, Sra. Benícia Augusta de Oliveira<sup>37</sup>, possuía alguns agentes que o buscavam pela cidade. Após recorrer a praxe de anunciar a fuga verificada em jornais da época, conforme a mesma declarou ao Corpo de Bombeiros, prometendo boa recompensa aos captores, conseguiu descobrir onde estava o negro que comprara para servi-la.

Benícia Augusta, sabedora de que a sua propriedade se encontrava no Corpo de Bombeiros, solicitou ao Comando o resgate imediato do que considerava ser seu. Qual não foi a sua surpresa quando o Sr. Diretor Geral negou-se a atendê-la, até que fosse encontrada uma forma jurídica para a situação do “*escravo bombeiro*”, segundo seu despacho na resposta a D. Benícia. Pela sua dedicação o negro ficou livre, mesmo não sabendo até quando, das imperdoáveis chibatadas como castigo por ter tentado ser livre.

Descoberta a artimanha do falso Antonio, o Comando do Corpo deu ciência ao Ministério da Justiça através de ofício datado de 20 de abril de 1887, protocolado sob o número 95, fazendo minucioso relato das características de boa conduta do Bombeiro Antonio ou Valério, e que, surpreendentemente, o Comando resolvera “*conferir carta de liberdade ao referido escravo*”, mediante ao pagamento do valor exigido pela proprietária do escravo, custeado pelas Companhias de Seguros da Corte, o que dispensou o concurso da subscrição já promovida entre oficiais e praças do Corpo para dar liberdade a Antonio.

A deliberação de dar a carta de liberdade para o negro, mereceu completa aceitação por parte do Ministério da Justiça, que em um outro ofício do dia 30 do mesmo mês dava homologação ao ofício anterior, e dizia entre outras coisas:

(...) ficou aprovado o procedimento de V.S<sup>a</sup> em razão aos aludidos fatos e, outrossim, fica autorizada a continuação no serviço dêste Corpo do ex-escravo Valério.

Deus guarde V.S<sup>a</sup>.

Ass.: Antonio da Silva Prado – Ministro da Justiça.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Declaração descrita em Ofício ao Comandante do Corpo de Bombeiros da Corte. Constante do Livro de Ofícios Recebidos, do Corpo de Bombeiros da Corte, em 1887.

<sup>38</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício constante do Livro de Ofícios Recebidos, do Corpo de Bombeiros da Corte, em 1887. Resguarda-se a grafia original.

Cotizando-se em comunhão de grande sentimento humanitário para a compra da alforria de um escravo que viera alistar-se em suas fileiras, buscando fugir ao tratamento cruel do regimento escravista, os bombeiros solidarizavam-se com os abolicionistas. Antes de punir o negro, que com falsas declarações conseguira tornar-se um de seus membros, preferiu torná-lo livre.

Em **A República Consentida**, Maria Teresa Chaves de Melo<sup>39</sup> analisa o embate dos anos finais do Império com anos iniciais da República, e onde as características de um, dará origem ao formato que se estabelecerá no outro. É perceptível que os questionamentos ocorridos nos anos de 1888 e 1889 vão surgir como palco de mudanças, que, desde 1870, pressionavam a Monarquia. A Abolição representou um vácuo nas críticas ao regime, pois atendeu aos anseios e as mais gritantes reclamações de regresso e atraso econômico, político e social do Brasil.

A Europa se transformava vertiginosamente, enquanto mantínhamos um modelo de governo imperial. O ato abolicionista renovou a simpatia popular sobre a Monarquia, e reviveu a ameaça, para os republicanos, de uma terceira etapa do regime monárquico. Mello entende que:

A Abolição tomara um lugar no processo histórico: assentado o Estado liberal brasileiro – nas suas vertentes política e social –, estava desfeito o nó que acorrentava o país ao passado. Colocava-se, agora, a pátria na estrada do século, cujas setas apontavam na direção da civilização e do progresso. Talvez estivesse subentendido que, sob outra direção, a revolução – ou seja, a República – se purgaria de ‘excentricidades’, fazendo-se nacional<sup>40</sup>.

O pensamento de que o fim do sistema escravista influenciou diretamente na formação do regime republicano, também é defendido por Renato Lemos<sup>41</sup>, que partilha da ideia, de que os avanços sociais, políticos e econômicos do final do século XIX, se fizeram presentes nos anos iniciais do século XX na política brasileira. E, é a partir dessa análise, que entendo, que a República e a Abolição da Escravidão, não apenas o 13 de maio, mas todo o processo, inclusive no seu viés econômico, no que concerne a necessidade de mão-de-obra livre imigrante, irão se fundir num modelo político-social, resultante de uma série de mudanças, onde:

---

<sup>39</sup>MELLO, Maria Teresa Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edu), 2007.

<sup>40</sup>MELLO. Idem. Pág. 132.

<sup>41</sup>LEMOS, Renato. “A alternativa republicana e o fim da monarquia”. IN. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (organização). **O Brasil Imperial: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume III, 2009.

Em uma perspectiva de longo prazo, tem-se a alternativa republicana conectada ao processo de transformação estrutural da sociedade brasileira. Mais precisamente, o sentido histórico de seu surgimento, implantação e consolidação afirmou-se no período que se pode balizar pelos anos 1850 e 1900. Trata-se de um momento histórico marcado por acontecimentos econômicos, sociais, ideológicos e políticos que se associaram a mudanças nas bases da sociedade brasileira<sup>42</sup>.

Em 1888 a cidade do Rio já dava sinais que cresceria de forma diferenciada das demais do Império, isso se deve ao fato da heterogeneidade da população urbana carioca<sup>43</sup>; e ao fato de que cada vez mais sua capitalidade, um conceito que obedece às experiências da cidade<sup>44</sup>, modificava-se com o aumento da atividade portuária. O Corpo de Bombeiros da Corte precisava acompanhar este crescimento, mudando sua estrutura operacional. O velho quartel, com o passar do tempo, foi se tornando insuficiente para suprir as necessidades daquele momento, em termos de acomodação.

Em 1888, o Tenente-Coronel João Soares Neiva, em seu relatório anual ao Sr. Ministro, expôs o seguinte, se referindo à Estação Central:

Hoje não satisfaz as necessidades sempre crescentes do serviço de extinção de incêndios da Capital do Império este Quartel: precisa de argumento, além de reforma completa na sua construção, que mais parece uma casa particular, com formas acanhadas, do que um Quartel de Bombeiros, onde devem existir oficinas, depósitos de material, cavalariças e outras dependências. Somente devido ao grande cuidado em acudirão estragos do prédio, consequentes a sua antiga construção, se tem podido evitar a completa ruína desse próprio nacional. (Resguarda-se a grafia original)<sup>45</sup>

Tal relatório teve efeito prático, pois a partir de então inicia-se uma jornada de construção de um novo quartel naquele local, com características associadas às mudanças que a República introduziria no Rio de Janeiro.

### 2.1.1 Os novos Bombeiros no período da Primeira República

O século XX nasce com o legado da industrialização e com a responsabilidade de se modernizar cada vez mais. No Brasil, agora republicano, as duas primeiras décadas desse século são marcadas por um período de transformação dos hábitos e costumes que já pode ser

<sup>42</sup>LEMOS, Idem. Págs.405.

<sup>43</sup>Argumento desenvolvido e defendido por José Murilo de Carvalho. CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>44</sup>Conforme trabalho desenvolvido por André Nunes de Azevedo. AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2003.

<sup>45</sup>Relatório Anual do Comando do Corpo de Bombeiros da Corte, de 1888, do Tenente-Coronel do Coro de Engenheiros do Exército Soares Neiva.

observado desde o final do século XIX e que se intensificam com a chegada do século XX. Transformação essa que vai se refletir no cenário urbano da cidade do Rio de Janeiro que começa a crescer em direção ao sul.

Nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos [...]. Essas transformações drásticas do modo de vida ocorreram concentradamente em especial entre a última década do século XIX e as primeiras do século XX [...] quando o impacto da Revolução Científico-Tecnológica se faz sentir na sua plenitude, alterando [...] os hábitos e costumes cotidianos.<sup>46</sup>

José Murilo de Carvalho<sup>47</sup> descreve os anos iniciais do regime republicano entendendo que os primeiros dez anos da República no Brasil, foram marcados por agitações e transformações importantes no sistema social, político e econômico. Nessa análise, também tem papel importante a capital do novo regime, o Rio de Janeiro. A cidade viu sua história de intensa capitalidade, fundir-se à da República nascente, e sentiu o impacto produzido pela adaptação à sua nova função na República.

Quando analisamos o movimento republicano no Brasil nos habituamos a limitar, a análise, ao surgimento do Partido Republicano em 1870 e a derrubada da Monarquia em 1889. No entanto suas raízes e suas consequências ultrapassam os limites temporais, seu significado histórico tem consequências que antecedem 1870, e ultrapassam 1889. Tanto que

a república nunca foi, no Brasil, um projeto redutível ao interesse de alguma classe social específica. Seu advento, além disso, nada teve de inevitável. Fosse um pouco mais flexível o núcleo dirigente da monarquia, aceitando a alternativa federalista, e possivelmente a república não teria começado a se tornar realidade em 1889”.<sup>48</sup>

As elites estavam conseguindo o que queriam, na medida em que alcançavam o poder com o mínimo de participação popular, perpetuando os mesmos modelos oligárquicos e excludentes, do período monárquico, tanto do ponto de vista econômico quanto no aspecto político. A terra continuava nas mãos de poucos, o poder seria assumido pelos militares para depois cair nas mãos das oligarquias produtoras. Os ex-escravos foram reduzidos, quase

<sup>46</sup>SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso. In NOVAIS, Fernando A. (coord. geral), SEVCENKO, Nicolau (org.) História da Vida Privada no Brasil: república. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 7

<sup>47</sup>CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>48</sup>LEMOS, Renato. “A alternativa republicana e o fim da monarquia”. IN. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (organização). *O Brasil Imperial: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume III 2009. Pag. 403.

todos, à condição de miseráveis ou pedintes e as camadas sociais urbanas permaneceram fora do eixo das decisões, quando o poder dos coronéis transformou-se em cabresto político dos “currais eleitorais” e dos grandes Estados produtores de café.

Mas a República não acontecerá sem contestação às contradições herdadas do Império, e o Rio de Janeiro foi o principal centro de afirmação do modelo republicano. Uma cidade que, tradicionalmente, desenvolvera uma densidade urbana e uma capitalidade<sup>49</sup> notória, aparecia como referencial das contestações e das mudanças, que prejudicariam sua hegemonia política e econômica.

A capitalidade do Rio de Janeiro, conseguida historicamente, influenciava em sua condição diferenciada em relação ao restante do Brasil na política. E se a República deveria ter um berço que desde cedo a acalentasse, este deveria ser o Rio de Janeiro. Republicanos notórios perceberam isto desde cedo, e fizeram do Rio o seu centro irradiador das ideias, que promoveriam a transformação do regime político brasileiro.

A afirmação do regime republicano no Brasil carecia de um impacto que denotasse a ruptura com o Império, impacto este que alçaria a capital da República ao nível das cidades europeias, no que tange a estrutura capitalista burguesa. Tal transformação não se daria sem colocar em crise a capitalidade do Rio de Janeiro.

E, o período que nos parece mais impactante, neste sentido, é o do governo de Rodrigues Alves. No referido mandato presidencial, inclusive, aguçaram-se as mudanças urbanísticas e técnicas, em instituições públicas, como o Corpo de Bombeiros. Também afloraram as reações populares à transformação do espaço urbano, e do sentido de capitalidade da cidade do Rio, mesmo sendo entendido que tais mudanças representavam o que se considerava de mais moderno a ser implantado no Brasil.

Teoricamente, o governo republicano não era mais representante dos interesses das elites aristocráticas. A modernidade dessa nova experiência republicana estava em ser o governo independente das influências elitistas, e ser representante da sociedade como um todo, promovendo a justiça social.

Mas o que aconteceu não foi assim. As forças oligárquicas afirmavam ainda mais seu poder, através de um pacto federativo, que tirava do Rio de Janeiro as decisões centrais, e estabelecia um pacto federalista pela supremacia do sudeste, mais precisamente São Paulo e Minas Gerais, responsáveis pelos primeiros presidentes republicanos.

---

<sup>49</sup>AZEVEDO, André Nunes de. **Entre o Progresso e a Civilização: o Rio de Janeiro nos traços de sua capitalidade**. Dissertação de Mestrado ao Curso de Mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, 1998.

Também concorda André Nunes de Azevedo que as mudanças urbanísticas do Rio, seriam modais para todo o Brasil, quando afirma que tais mudanças que se impuseram ao Rio no início do século XX, mais precisamente entre 1902 e 1906, oscilaram entre “a civilização e o progresso<sup>50</sup>.”

E este início de século XX, republicano, será fundamental para se estabelecer as estruturas deste novo processo político, econômico, social e espacial, para se fazer emergir um novo espaço brasileiro, a partir do Rio de Janeiro, onde as relações sociais e econômicas se concatenassem com a modernidade condizente com os interesses capitalistas.

Como consequência, segundo Azevedo:

A cidade passava de cérebro e coração da nação para mão operosa que costurava o pacto inter-oligárquico, como atestam a República do Café com Leite e a política dos governadores, esta feita dois anos antes do início das reformas. A cidade perdia cada vez mais sua ascendência sobre o restante do país, as principais decisões nacionais saíam agora de São Paulo, que havia dado os dois últimos presidentes antes das reformas, conduzidas pelo também paulista Rodrigues Alves”.<sup>51</sup>

Neste aspecto, a historiografia especializou-se em produzir trabalhos determinantes para a compreensão da construção do espaço urbano do Rio de Janeiro. Debates e estudos, definem a dimensão e a importância de como a cidade do Rio de Janeiro se estruturou, como ganhou as características de referencial político para o Brasil, desde a transição do Império para a República. Tais estudos dimensionaram a construção da capitalidade do Rio.

Azevedo conclui ainda que deve-se juntar ao fator da Abolição da Escravatura, como estruturalizante das relações sociais republicanas, à grande migração decorrente da libertação dos escravos e, de composição da mão-de-obra livre no Rio de Janeiro, que tem como consequência, um aumento substancial populacional na cidade.

Esta é uma argumentação partilhada também por Jayme Larry Benchimol<sup>52</sup>, que traça o seguinte quadro referencial da entrada e saída de imigrantes no Porto do Rio de Janeiro:

---

<sup>50</sup>AZEVEDO, Idem.

<sup>51</sup>AZEVEDO. “Op. cit. Pág. 105.

<sup>52</sup>BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. Rio de Janeiro, 1992.

### Entrada E Saída De Imigrantes No Porto Do Rio De Janeiro

ANOS	ENTRARAM	SAÍRAM	FIÇARAM
1890	58.092	35.517	25.575
1891	166.321	71.264	95.057
1892	46.989	22.821	
1893	39.963	12.076	27.887
1894	23.350	2.702	23.278
1895	53.725	17.857	
1896	80.181	122	
1897	34.299		
1898	11.564		
1899	5.025		
1900	624		
<b>SOMA</b>	<b>522.133</b>	<b>162.359</b>	<b>168.797</b>

**Fonte:** BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Pág. 172.

O imigrante será parte importante na composição da classe operária no Brasil, apesar de todas as dificuldades que precisou enfrentar, numa sociedade acostumada ao trabalho escravo, desde longa data, e, em que o *ethos escravista* ainda estava muito enraizado, com práticas de agressão, maltrato e desrespeito ao trabalhador. Esse imigrante teve de estabelecer uma luta constante de conquistas.

O grande salto populacional no Rio de Janeiro, em finais do século XIX deu-se devido ao aumento substancial de imigrantes, ocorrido por essa época em todo o Brasil. E neste aumento, temos características marcantes na composição de luta e resistência dos imigrantes<sup>53</sup>. A formação social do Brasil republicano deve ser compreendida, então, a partir da constituição da classe operária, que resultará basicamente, da congruência, principalmente, de duas classes sociais oriundas do Império: os ex-escravos e os trabalhadores livres, que receberão a influência, em sua composição, dos imigrantes.

---

<sup>53</sup>A composição étnica deste imigrante e sua orientação política é analisada por Érica Sarmiento. SARMIENTO, Erica. *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)*. Tese Doutoral. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2006.

Marcelo Badaró Mattos conclui que a classe operária deriva do entrecruzamento de experiências político-culturais acumuladas, quer por trabalhadores livres, quer escravizados, que compartilharam processos de trabalho, aprendizados políticos e espaços de sociabilidade, cultura e lazer<sup>54</sup>.

Os escravizados e livres se comunicavam cotidianamente, muitas vezes dividiam o mesmo ambiente de trabalho, trocavam experiências diversas, permutavam ideias e alimentavam projetos emancipatórios<sup>55</sup>. Ambos conviviam no mesmo espaço urbano e desenvolveram discursos identitários, formas associativas e ações coletivas que, ora se aproximavam, ora se distanciavam, mas antes coexistiam. Dessa forma moldava-se ainda no Império, uma classe de trabalhadores, que contestaria a ausência de seus direitos, quando lhes fossem negados, naqueles novos tempos liberais.

A formação da classe trabalhadora foi um processo longo, multifacetado, plural, marcado por tensões, contradições e ambiguidades. Diversos atores e grupos foram protagonistas dessa trama; heterogêneas formas de organização, protesto e luta fizeram parte do jogo. Tanto que Sidney Chalhoub ao analisar a questão afirmou:

Refletindo-se sobre a experiência histórica das classes pobres no Rio de Janeiro nas décadas anteriores ao advento do movimento operário na República Velha, parece verdadeiro que as divisões nacionais e raciais fossem elementos profundamente arraigados na mentalidade popular. Afinal na composição étnica da classe trabalhadora do Distrito Federal predominavam imigrantes – especialmente portugueses – e brasileiros não brancos – a cidade apresentava a maior concentração urbana de negros e mulatos do Sudeste. Isto significa dizer que duas das principais clivagens da sociedade colonial e depois imperial continuavam a ser parte integrante da experiência de vida popular (...)<sup>56</sup>

Múltiplas respostas foram formuladas para os dilemas do contexto. E, talvez, a mais instigante seja a de que, todo esse processo foi influenciado pela experiência escrava, ao analisar os dilemas do contexto ao qual nos referimos, Chalhoub argumentou que:

Se estes elementos constituem traços continuístas importantes no processo histórico da cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XIX e da Primeira República, é não menos relevante atentar para o fato de que essas rivalidades nacionais e raciais são reativadas dentro do contexto mais amplo da transição para a ordem burguesa na cidade no período pós-Abolição<sup>57</sup>.

---

<sup>54</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

<sup>55</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Idem.

<sup>56</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. - 3ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. Pág. 60.

<sup>57</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. - 3ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. Pág. 61.

A articulação de uma identidade de classe, ao menos no Rio de Janeiro, não pode ser pensada desvinculada de outras formas identitárias, especialmente a étnico-racial.

A histórica reunião do Congresso republicano, convocada por decreto em 21 de novembro de 1889, para elaboração da Constituição Republicana do Brasil, marcava a sua data para 15 de novembro de 1890. Na lista dos constituintes constava o nome de João Soares Neiva, então Comandante do Corpo de Bombeiros. Em sua nota de despedida, publicada na Ordem do Dia, de 15 de novembro de 1890, constava o seguinte:

Eleito Senador para o Estado da Parayba, devo hoje, tomar posse no Congresso Constituinte dos Estados Unidos do Brasil e por esse motivo passo o Comando do Corpo na forma dos artigos 32 e 51 do Regulamento vigente, ao ilustrado Major Fiscal Antônio Geraldo de Souza Aguiar, e espero que meus camaradas e companheiros de tantos anos de constante trabalho continuem a dar as mesmas provas de disciplina e dedicação, zelo e interesse pelo serviço no cumprimento de seus deveres.<sup>58</sup>

Tinha início então o que, tradicionalmente na Corporação, ficou conhecido como “*o Clã Souza Aguiar*”, pelo fato de três membros da família Souza Aguiar terem sido comandantes dos Bombeiros. Antônio Geraldo ao assumir e declarar que continuavam em vigor as ordens existentes, quer escritas, quer verbais, já dava o tom de como seria seu Comando: apenas um apêndice da administração de Soares Neiva, até que aqueles momentos iniciais conturbados da República, ganhassem a normalidade. Seu comando terminaria em 1 de janeiro de 1892. Em uma nação em transição do Império para a República, as adaptações não permitiam o provimento de meios para um progresso imediato, de forma a que fosse feito um comando a altura de um Souza Aguiar.

Este ano de 1890 traz mais um episódio para se registrar a congruência da história do Rio de Janeiro com a dos Bombeiros. No final do ano citado, os carroceiros da Intendência Municipal da Capital Federal, responsáveis pela distribuição de alimentos, roupas, remédios, etc., aos órgãos públicos, amargaram uma insatisfação com a administração municipal que culminou com a greve da categoria<sup>59</sup>.

Em virtude do movimento, no primeiro dia os efeitos já se faziam sentir, principalmente nos hospitais, que eram abastecidos, diariamente, uma vez que não havia geladeiras capazes de conservar os produtos perecíveis em estoque. Nas vésperas da greve o Dr. José Felix da Cunha, intendente da cidade do Rio de Janeiro, lembrou que havia uma

---

<sup>58</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Ordens do Dia de 15 de novembro de 1890 do Corpo de Bombeiros. Resguarda-se a grafia original

<sup>59</sup>Os registros dos acontecimentos desta greve se fazem presentes nos jornais do Comércio e do Brasil da época.

corporação capaz de suprir a lacuna que ameaçava parar a administração pública<sup>60</sup>. De imediato, o intendente oficiou ao Sr. Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, solicitando o concurso do Corpo de Bombeiros, o que foi acedido.

No primeiro dia de participação da Corporação, pela manhã, vários voluntários bombeiros se apresentaram, dentre os quais foram escolhidos 14 homens que, postos à disposição da Intendência Municipal, tinham como objetivo substituir dezenas de grevistas. Não obstante serem apenas 14 homens, os bombeiros desempenharam satisfatoriamente a missão que lhes haviam confiado. Essa dedicação não interferiu na greve propriamente dita, uma vez que a mesma havia sido programada para dois dias, mas impediu que muitas pessoas fossem atingidas por necessidade de meios de sobrevivência.

Terminada a greve, o Conselho de Intendência Municipal enviou um ofício de agradecimento ao Corpo de Bombeiros, cujo texto dizia o seguinte:

Tenho a grata satisfação de, em nome do Conselho e por virtude de resolução do mesmo em sessão de cinco do corrente, significar-vos o grande apreço em que a Intendência avaliou os serviços prestados por meio do pessoal e material do Corpo de vosso Comando, auxiliando-se na execução das providências atinentes a vencer a crise resultante da greve dos carroceiros, em prejuízo do suprimento de carne-verde a população d'esta Capital, nos dias 1 e 2 do corrente.  
Saúde e Fraternidade  
Ao Cidadão Comandante do Corpo de Bombeiros  
Assinado  
D<sup>or</sup>. J<sup>e</sup> Felix da Cunha Menezes.<sup>61</sup>

Os agradecimentos não ficaram por aí. No dia 30 de dezembro de 1890, o Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas manda publicar na Ordem do Dia, nº 343, um louvor, em nome do Governo, além de gratificar financeiramente os bombeiros que participaram do movimento, com a quantia de 10\$000 para cada um.

Em finais de 1892, já sob o regime republicano, a Lei 125B, de 21 de novembro, devolve o Corpo de Bombeiros ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Por essa época, desde 1891, estiveram como comandantes, além de Souza Aguiar, o Tenente-Coronel Miguel Maria Girard, em 1892 o Tenente-Coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro, sendo substituído interinamente, por problemas de saúde, pelo Capitão Eugenio Rodrigues Jardim,

---

<sup>60</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Declarações do intendente da cidade referente a tais acontecimentos no Ofício, sem número, enviado ao Comandante do Corpo de Bombeiros. Livro de Ofícios Recebidos, de 1890 do Corpo de Bombeiros.

<sup>61</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício não numerado do Conselho de Intendência do Município do Rio de Janeiro. Livro de Ofícios Recebidos, de 1890 do Corpo de Bombeiros. Resguarda-se a grafia original.

que entregará o comando ao Coronel Francisco de Abreu Lima, que será comandante até em 1897.

O *Jornal do Brasil* de Primeiro de janeiro de 1893, traz em sua primeira página a seguinte notícia: “Uma Ilha em Chamas”. A chamada referia-se a um incêndio ocorrido no dia anterior, as 16:00hs, na Ilha dos Melões, dito pelo jornal como “*horrível espetáculo*” que enchia os bondes de pessoas “*ávidas por emoções*”. Ao descrever detalhes do incêndio a reportagem relatava o seguinte:

(...) nesse ponto, o espetáculo que se apresentava era indescritível: a ilha com as casas em chamas, as explosões se sucediam a curtos intervalos, dos inflamáveis depositados no trapiche Carvalhaes, também presa das chamas, tudo isso formava um quadro de horrível beleza.

O fogo começou no trapiche Carvalhaes, no depósito de querosene, segundo disseram alguns trabalhadores. Esse trapiche servia de depósito de inflamáveis, existindo nele: gasolina, naphtha, fósforo, querosene, cartuchos embalados, etc. (...).

O Corpo de Bombeiros apresentou-se com a maior rapidez possível, com as bombas das estações Norte e Oeste (Gambôa e São Cristóvão) que não puderam funcionar, tendo em vista o incêndio ter se propagado para o lado da terra, através de única ponte de madeira que servia para a carga e descarga dos saveiros (...).<sup>62</sup>

As dificuldades para a extinção deste sinistro levaram os trabalhos até às 22:30hs, e mesmo assim não foram totalmente concluídos os trabalhos de rescaldo<sup>63</sup>. Registrou-se a presença do Marechal Floriano Peixoto. Sendo este mais um episódio a registrar a importância dos Bombeiros no cotidiano da cidade do Rio.

Uma das atividades do Corpo de Bombeiros que o liga intimamente à administração e à história da cidade do Rio, era a irrigação das ruas da cidade para a diminuição da poeira. Este serviço utilizava um número considerável de militares, que como consequência eram retirados do serviço de extinção. Constantemente, o Comandante solicitava aumento de pessoal<sup>64</sup>, o que, em virtude das dificuldades econômicas da época, lhe era negado. Procurando contornar o problema, a prefeitura passou a pagar diárias ao Corpo pelo serviço prestado.

Em 31 de dezembro de 1895, em virtude dos problemas econômicos, pelos quais passava a prefeitura, e tendo como justificativa o fato de a maioria das ruas do Centro da cidade já estarem calçadas, é cancelado o pagamento de diárias pelo serviço de irrigação. O efeito desse ato na Corporação foi o aumento de Bombeiros destinados à extinção de

<sup>62</sup>**Jornal do Brasil**, Primeiro de janeiro de 1893, pág. 08. Resguarda-se a grafia original.

<sup>63</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Quesito de Relatório de Incêndio do dia 1 de janeiro de 1893. Livro de Quesitos de Incêndios do mês de janeiro de 1893, do Corpo de Bombeiros.

<sup>64</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofícios não numerados ao Governo Federal para aumento de pessoal, em quantidade considerável, atestam esta afirmação. Registro de Ofícios enviados ao Governo Federal, do ano de 1895, do Corpo de Bombeiros.

incêndios. Já se prenunciava a necessidade de uma reestruturação e aprimoramento de pessoal, para melhor atender a população do Rio.

O comandante nomeado em 27 de janeiro de 1897, foi o Coronel do Corpo de Engenheiros Francisco Marcelino de Souza Aguiar, tendo sido considerado o “*Souza Aguiar*” que será o responsável pela contundência das mudanças que marcarão a corporação, no início do século XX, através de um programa de transformações estudado e observado pela administração municipal e federal no conjunto do remodelamento da cidade do Rio de Janeiro.

Marca registrada de seu comando foi o projeto de reforma e remodelação do prédio da Estação Central, além do conjunto de melhoramentos técnico-profissionais, que fará dos Bombeiros do Rio referência para os demais do país e da América do Sul<sup>65</sup>. Em seu pedido de verbas para o remodelamento da Estação Central, descrevia assim as necessidades de um quartel de bombeiros:

Um Quartel de Bombeiros, alem das condições geraes de hygiene, disciplina e commodidade indispensáveis em todos os quarteis, deve, atendendo as condições de instrucção das praças ao serviço inteiramente especial a que é elle destinado, dispor de um pateo bastante espaçoso onde se possa fazer experiencias com bombas a vapor, armar mangueiras com diversos derivantes, medir altura e projeção dos jactos, fazer exercícos de escadas e aparelhos especiais que constituem o material do Corpo; deve ter armazens espaçosos e sahidas franca para o material de promptidão e cocheiras proximas, de modo a facilitar a trella dos animaes ao signal de alarma; salões para officinas de ferreiro, serralheiro, carpinteiro, correeiro e pintor, onde se possa fazer com promptidão todos os reparos do material do Corpo, sem ficar na dependencia da industria particular, que é sempre morosa; um deposito para todo o material reserva; uma torre de 22 metros de altura minima para secar as mangueiras a sombra; uma estação telegraphica e telephonica central, para o serviço de aviso de incendio, com uma pequena dependencia onde se possa dar instrucção de telegraphia ao pessoal; aparelhos completos de gymnastica, e enfim, um salão para gymnasio, com todos os aparelhos necessarios a fim de, mesmo nos dias chuvosos, não se interromper os exercicios de gymnastica, tão necessarios aos bombeiros(...).<sup>66</sup>

Mesmo hoje quem entra no Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, e conhece suas dependências, tem a sensação de ver o ideal de um bom quartel descrito por Souza Aguiar, ter-se tornado uma realidade arquitetônica, apesar de em seu projeto original terem sido invertidas as posições da frente e fundos do quartel. O

<sup>65</sup>Os Ofícios de números ilegíveis de solicitação de cooperação técnica e envio de pessoal especializado, remetido pelos governos de São Paulo, da Bahia e da cidade de Buenos Aires, justificam tal afirmativa. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>66</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício não numerado ao Governo Federal para aumento de pessoal. Registro de Ofícios enviados ao Governo Federal, do ano de 1895, do Corpo de Bombeiros. Resguarda-se a grafia original.

novo comandante propunha desse modo a reconstrução do quartel solicitando uma verba de 300:000\$000 para o exercício de 1898.

A cidade do Rio crescia e se transformava, o Corpo de Bombeiros parecia associar seu crescimento de forma cada vez mais íntima ao da cidade. Uma das formas de se medir esta relação pode ser o fluxo de veículos da cidade e os problemas decorrentes deste. Uma descrição de como a cidade apresentava sinais de crescimento é dada por Jane Santucci quando ela assim relata o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, do final do século XIX:

Ao findar o século, o Rio de Janeiro era uma cidade populosa, fervilhante e comportava as engrenagens dos novos tempos: máquinas a vapor, os primeiros bondes elétricos, iluminação pública a gás, telefones, e exigia urgência nas obras de reformas urbanas que vinham sendo postergadas desde as últimas décadas: o trânsito nas ruas estreitas cada vez mais tumultuado pedia largas avenidas (...)<sup>67</sup>.

Um acontecimento datado de 7 de agosto de 1898 ilustra bem tais fatos. O Capitão Luiz Elias Peixoto, do 2<sup>o</sup> Batalhão de Infantaria da Brigada Policial da Capital Federal, enviou ao seu Comandante, o Tenente-Coronel Antonio Hungria Rogyck de Andrade uma comunicação onde dizia:

Dando-se uma ocorrência no Largo do Rocio hontem a noite, venho trazer ao vosso conhecimento: Hontem as 7 horas e 40 minutos da noite, viajando em um bond da Companhia Carris Urbanos, que ao chegar ao largo do Rocio, canto da travessa do Theatro, foi obrigado a parar afim de dar passagem aos carros de materiais do Corpo de Bombeiros que regressavam de um incêndio havido na rua Moreira Cesar; antes, porém, de passar os ultimos carros daquela Corporação o cocheiro do bond destravou-o e fez seguir os animaes, resultando dessa imprudencia aliás bem commum em cocheiros de bonds, que houvesse encontro com um dos carros daquela Corporação. Por essa ocasião, alguns passageiros, como eu, atiraram-se precipitadamente fora do vehiculo por verem o iminente que facilmente causaria algumas victimas, o que não succedeu devido à destreza admirável com que o cocheiro do carro de Bombeiros, sustou os animaes. Possuido de grande satisfação por haver-me escapado ileso desse desastre dirigi-me ao Quartel Central de Bombeiros (...).

A praça conductora chamma-se Augusto Corrêa de Menezes. Acompanha a quantia de cincoenta mil reis (50\$000) que faço offerta a título de gratificação.

Saude e Fraternidade

Assignado Luiz Elias Peixoto – Capitão. <sup>68</sup>

O Bombeiro Augusto teve seu nome lido em formatura pública e o ato registrado na Ordem do Dia, N<sup>o</sup> 222, de 10 de agosto, destacando-se sua destreza e aptidão profissional.

<sup>67</sup>SANTUCCI, Jane. Cidade Rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. Pág. 18.

<sup>68</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício não numerado do Coronel Comandante do 2<sup>o</sup> Batalhão de Infantaria da Brigada da Capital Federal trazendo em anexo a comunicação do Capitão Luiz Elias Peixoto. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Resguarda-se a grafia original.

Destaca-se que o acontecimento não era um fato isolado, como afirmou o Capitão Luiz Peixoto, e os treinamentos profissionais dos bombeiros surtiam o efeito desejado para eventos deste tipo. Tinha razão o Coronel Francisco Marcelino Souza Aguiar em se preparar o Quartel da Estação Central, e o Corpo de Bombeiros para o século que estava por vir.

### 3 CONTRA AS CHAMAS E LUTAS INGENTES – SÉCULO XX: UM SÉCULO DE TRANSFORMAÇÕES

#### 3.1 1900: O FIM DO SÉCULO PRENUNCIA UMA TRANSFORMAÇÃO: RIO E BOMBEIROS SE PREPARAM PARA AS MUDANÇAS

As reformas do início do século XX na cidade do Rio de Janeiro refletem claramente as disputas sociais travadas em outros campos. Isto porque o espaço urbano reflete as relações sociais nele existentes. As diferentes subjetividades sociais formam o fenômeno urbano e sendo a cidade uma construção do homem, ela reflete suas idéias e disputas, fazendo do espaço urbano uma representação das disputas sociais.

A reforma urbana promovida pela administração de Francisco Pereira Passos, a primeira das grandes reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro, foi iniciadora da questão da intervenção do Estado no espaço urbano. A grande proposta dessa reforma foi a alteração do uso dos espaços urbanos, onde entrará a necessidade de alterações na estrutura técnico-profissional do Corpo de Bombeiros, para se adequar a nova cidade.

Antes da reforma, pouca diferença havia entre o espaço do trabalho e o espaço de moradia. Esta reforma alterou profundamente esta relação, tendo como um de seus objetivos separar esses espaços, tanto para controlar o seu uso como para separar as classes sociais. Para tal, Passos delegou os bairros do centro para a produção e circulação de mercadorias e capital, os novos bairros da zona sul para os ricos e os novos bairros do subúrbio para os pobres.<sup>69</sup>

Para muitos das classes populares e com profissões pouco qualificadas<sup>70</sup>, o trabalho não existia como local, só aparecia como decorrência das demandas advindas da aglomeração de um grande número de pessoas e de determinadas atividades econômicas. E o centro da cidade era o local de grande concentração de comércio e serviços, razão pela qual o número de cortiços e quartos era elevadíssimo nas freguesias centrais<sup>71</sup>. Por outro lado, a reforma

---

<sup>69</sup>ABREU, Mauricio de Almeida. "Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução". Revista do Rio de Janeiro. Niterói, volume 1 numero 2; pp. 47-58. jan./abr. 1986.

<sup>70</sup>. HAHNER, June E. Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1970. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1993. Neste trabalho, June Hahner analisa a vida das camadas pobres do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX, apresentando uma boa noção dos atores desse grupo social. Ela os divide em trabalhadores qualificados ou "artífices especializados" e os trabalhadores não-qualificados, com ocupações temporárias, incertas e inconstantes. Como trabalhadores qualificados, June Hahner aponta os carpinteiros, estofadores, pedreiros, marceneiros, tipógrafos, sopradores de vidro, tanoeiros, sapateiros, padeiros, chapeleiros e alfaiates. Os trabalhadores não-qualificados seriam os vendedores de rua, carregadores, lavadores de pratos e diaristas, motorneiros e cocheiros, ou seja, aqueles serviços em que é necessário o uso de força e de pouca habilidade. As mulheres pobres trabalhavam como lavadeiras e em serviços domésticos, as meninas vendiam doces e os meninos lustravam sapatos e vendiam jornais.

<sup>71</sup>ABREU, Mauricio de Almeida. Op. Cit, p. 48.

urbana, aliada aos discursos higienistas defendido pelas autoridades, teve como um dos principais focos a derrubada de cortiços no centro da cidade. Vistos como verdadeiros vilões e culpados por quase todas as mazelas de saúde existentes nas cidades, os cortiços e também os morros, foram condenados por engenheiros e sanitaristas<sup>72</sup>.

O ano de 1900 não se apresenta ao Rio e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal apenas como o último do século XIX. As transformações que a documentação analisada revela neste ano mostram que este será um ano de mudanças substanciais para a Corporação e para a sua cidade natal. Normatização de documentos, organização de arquivos, criação de seções administrativas, estabelecimento de relatórios de incêndios, balancetes pormenorizados, são apenas algumas das muitas modificações que o Coronel Francisco Marcellino de Sousa Aguiar fará questão de, pessoalmente, comandar, para que a administração do Corpo se dinamize.

O aumento do número de grandes incêndios, neste ano, será justificativo para que o Comandante busque, mesmo diante dos problemas econômicos do país, verbas para melhor aparelhar a Corporação. Como mostra a série de documentos, que surge neste ano de 1900, em quantidade considerável, pedindo ao Inspetor Geral da Alfândega da Capital a liberação livre de impostos, de equipamentos importados da Europa, principalmente Inglaterra, e dos Estados Unidos, para melhor aparelhar a Corporação.

Outro fator bem marcante na administração do Coronel Marcellino, é a quantidade de correspondência trocada entre ele e o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Epitácio da Silva Pessoa, a quem estava subordinada a Corporação. Envolve tal documentação, o diálogo de promoção de oficiais, o relatório de grandes incêndios, a nomeação de oficiais em cargos da Corporação, tal como o tesoureiro, pagamento de verba extra a militares do corpo, relatório de gastos mensais, entre outros, denotando a forma como o Comandante se organizava para prestar contas de sua administração, e a proximidade do cotidiano dos Bombeiros, com a administração federal.

Há, também, o registro de substancial correspondência com as autoridades municipais e policiais. Neste rol, temos as empresas de transporte da cidade, o Prefeito distrital, os chefes de polícia, os correios, a Superintendência de Limpeza Urbana, a Santa Casa de Misericórdia,

---

<sup>72</sup>Na década de 1850, diversos relatórios de higiene pública condenaram as habitações coletivas como sendo os focos de epidemia. Isso levou a administração municipal à travar uma verdadeira guerra contra tais habitações. Através de leis, proibiu a construção de novas estalagens, bem como qualquer reforma nas antigas; fechou e multou pelos serviços de higiene centenas de habitações; e determinou a demolição de vários prédios em mau estado. Mais tarde, os dois relatórios da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, publicados na década de 1870, reforçaram e aprofundaram essas idéias. Ver: ABREU, Mauricio de Almeida. Idem. p. 48. Interessante destacar que Francisco Pereira Passos foi membro desta Comissão.

o Hospital de Alienados, instituições hospitalares que tratavam doentes infectados por moléstias, Diretor de Saúde Pública, entre tantos outros que serão importantes na compreensão do cotidiano da Corporação.

Analisando apenas o mês de janeiro de 1900, já é possível traçar um perfil de como o cotidiano da Corporação, começava a ser alterado por medidas tomadas pelo Coronel Marcellino. O seu ofício de número 1, de primeiro de janeiro, dizia o seguinte:

Ao Cidadão Gerente da Companhia de Carris Urbanos. Solicito vossas providencias no sentido de se achar às 2 ½ horas da tarde de hoje em frente a este quartel um bond especial para conduzir os officiaes d'este Corpo até o Largo da Lapa e d'ahi em regresso até o ponto de partida. Saúde e fraternidade (Assignado) Francisco Marcellino de Sousa Aguiar Coronel Commandante<sup>73</sup>.

Alguns aspectos sobre este ofício merecem ser destacados. O primeiro deles é o fato de que foi o primeiro ofício do ano, que passou a obedecer uma sequência numérica anual<sup>74</sup>, com papel timbrado, impresso na Casa da Moeda. Este fato marca uma mudança na forma de se registrar a correspondência diária do Gabinete do Comandante e da Corporação. Os recibos vinculados ao pagamento à Casa da Moeda dão sinal de que o Coronel Marcellino estava disposto a investir em mudanças administrativas. O fato de aparecer entre parênteses a expressão “*assignado*”, sugere que o Comandante passou, ao contrário dos Comandantes anteriores que assinavam toda a documentação pessoalmente, a deliberar atribuições aos oficiais, seus auxiliares, o que dinamizava muito o fluxo de documentos no Corpo.

Já o teor do ofício mostra que a Corporação se relacionava muito bem com companhias particulares, de transporte da cidade. Não é possível, no tocante a este pedido de bond, apurar se o atendimento foi gratuito ou pago. Pedidos posteriores foi possível, através de recibos ou de agradecimentos do Comandante, de estabelecer a gratuidade ou o pagamento do serviço. Outro detalhe, seria o questionamento sobre no que estariam envolvidos oficiais bombeiros, no bairro da Lapa, às 14:30hs, no primeiro dia do ano. É bem possível que os oficiais, a que se refere o documento, sejam componentes da Banda de Música, que aparecem também requisitados nos anos posteriores, nesta data, para alguma solenidade neste mesmo horário. No entanto nos chama já a atenção, o envolvimento dos Bombeiros em atividades do cotidiano da cidade.

---

<sup>73</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício número 1, de 1<sup>o</sup> de janeiro de 1900, ao Gerente da Companhia Carris Urbano. Resguarda-se a grafia original

<sup>74</sup>Dos anos anteriores pesquisados, somente a partir do Comando do Coronel Marcellino constam ofícios em papel timbrado, porém, a novidade do ano de 1900, seria a numeração sequencial que iria até o final do ano, uma demonstração de que o Comandante já estaria procedendo mudanças administrativas na documentação oficial da Corporação.

As atividades da Corporação, neste início ano de 1900, prenunciavam-se importantes para aquilo que se pretendia para o Corpo de Bombeiros. No dia 6 de janeiro de 1900, o Coronel Marcellino de Souza Aguiar mandava expedir o ofício de número 9, onde participava ao Ministro Epitacio Pessôa, de acordo com ordens anteriormente estabelecidas, pelo próprio Ministro, segundo declara o Comandante, que mandou chamar comerciantes para uma concorrência de fornecimento de materiais para a Corporação, para o primeiro semestre daquele ano.

Apareceram 37 concorrentes, apresentando 86 propostas de fornecimento dos seguintes artigos:

Fardamento 8. Artigos para pintura 9. Forragem 2. Artigos para escriptório 8. Ferros e artigos semelhantes 9. Ferragens 11. Artigos para luzes e para machinas 9. Ferramentas 9. Madeiras e materiais 11. Couros e artigos para correio 6. Drogas para a pharmacia 2. Lavagem da roupa da enfermaria 2. (...) <sup>75</sup>.

Esta lista de produtos mostra-se bastante reveladora quanto às mudanças que já se processavam na Corporação. Oito itens de “*escriptório*” anunciam a transformação que a área administrativa estava passando naquele início de ano, e no primeiro semestre do ano. Nove “*artigos para luzes e machinas*” sugere um Quartel da Estação Central em franca mudança para o uso da eletricidade. Dois itens de “*drogas para a pharmacia*”, e mais dois itens de “*lavagem de roupa de enfermaria*”, revelam os problemas que as pestes infecciosas da época causavam, e a preocupação do Comando em cuidar da saúde dos militares. Tais problemas com as pestes também foram enfrentados pelo serviço de vacinação do governo republicano, que combatendo a questão das epidemias teve que se adaptar à realidade republicana. Sidney Chalhoub ao analisar a questão afirma que:

Na década de 1880 e nos primeiros anos do regime republicano o serviço de vacinação passou por várias mudanças e por momentos de total desorganização, chegando até a ser extinto por um curto período no final do período monárquico. (...) É possível resumir em três pontos as diretrizes que passaram a predominar no serviço a partir de meados dos anos 1880, diretrizes essas que foram mais firmemente perseguidas com o advento da república: primeiro, aprofundara-se a convicção de que os principais locais de cerco aos vacinophobos eram as habitações; segundo, vencera aos poucos a idéia da vacinação domicílio, outrora combatida por Pereira Rego; terceiro, fez-se o esforço, afinal bem-sucedido, de introduzir a vacina

---

<sup>75</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício número 9, de 6 de janeiro de 1900, ao Cidadão Dr. Epitácio da Silva Pessôa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores Resguarda-se a grafia original.

animal (cowpox) no país, solucionando-se assim problemas técnicos que vinham comprometendo a eficiência da vacina havia séculos.<sup>76</sup>

O que se percebe de imediato é a preocupação do Comando dos Bombeiros, que está relacionada ao fato da convivência coletiva dos militares da Corporação. Justificando-se a inclusão na lista de compra, itens ligados à questão da saúde e de higiene pessoal e coletiva.

Do relatado no ofício do Comandante, ainda consta que dos 30 concorrentes foram aceitas 61 propostas, ficando as demais preteridas por motivos não relatados. Ele também encaminhava em anexo as propostas, em separado, em doze grupos, as respectivas apurações das concorrências. Afirmava ele que havia efetuado os 30 contratos, e que havia arbitrado aos novos fornecedores caucões, que foram recolhidas à Contadoria do Corpo. Apresentava então a lista dos fornecedores com as suas correspondentes caucões.

No dia 9 de janeiro, logo de pronto, o Ministro Epitacio Pessoa, escreve do próprio punho, em papel timbrado do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, constando também o timbre da *Directoria de Contabilidade*, com o número 139 para o ofício da 2ª Secção<sup>77</sup>, um documento onde declara aprovados os contratos que o Coronel Marcellino celebrou, com os comerciantes que participaram da concorrência citada.

Na análise do cotidiano da cidade e do Corpo de Bombeiros encontramos que caminhava calmamente o Guarda Noturno Antonio Saraiva, fazendo a sua ronda lá pelas 19:00hs, na Rua do Carmo, no Centro do Rio, quando notou que no interior do prédio de número 30 daquela rua, ouvia-se o trepidar de chamas, e o cheiro de fumaça era muito forte. Logo a seguir chega o seu companheiro de ronda Nestor da Rocha Lima, que o auxilia a arrombar a porta e constatam o lavar de um incêndio, que já foge ao controle dos dois militares<sup>78</sup>.

O Guarda Antonio Saraiva desatou-se em correria desenfreada até a 3ª Estação dos Bombeiros, Estação da Alfândega, enquanto o Guarda Nestor vai até a *caixa avisadora* da Rua Sete de Setembro, e através da mesma aciona o alarme de incêndio na Estação Central dos Bombeiros. Ambos quartéis acorreram ao local, chegando em aproximadamente dez minutos<sup>79</sup>, para combater o sinistro.

---

<sup>76</sup>CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Pág. 156.

<sup>77</sup> Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício recebido número 139, de 9 de janeiro de 1900, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

<sup>78</sup> Dados colhidos no documento Quesito de Incêndio, do Oficial-de-Dia, do dia 1 de janeiro de 1900. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>79</sup>Dado registrado no O Paiz e no Jornal do Brasil de 2 de janeiro de 1900, que fizeram ampla cobertura do incêndio da Rua do Carmo. Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional.

Este seria apenas mais um incêndio ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, se não fosse a notoriedade que recebeu da imprensa carioca, e da atenção dispensada pelo Comando do Corpo de Bombeiros, ao pormenorizar detalhes, pela primeira vez, num ofício<sup>80</sup> ao Ministro Epitácio Pessoa. O relato detalhado do trabalho executado pelos Bombeiros, onde descreve a utilização das três bombas a vapor, a quantidade de mangueiras utilizadas, os militares que se acidentaram no incêndio, a atuação do médico do Corpo, presente no local para atender os militares acidentados, a duração da atividade de extinção, a permanência de militares após ser controlado o sinistro, com o intuito de se fazer o “rescaldo” dos escombros; sugerem a ideia de que a partir de então, o Coronel Marcellino, que diga-se de passagem compareceu pessoalmente para comandar os trabalhos de extinção, a despeito de ser feriado e não horário de expediente, passaria a fazer relatórios dos grandes incêndios da cidade ao Ministro, no intuito de justificar o investimento que o governo fazia naquela Corporação que se reaparelhava. Prova disto é que no mês de janeiro de 1900, mais dois incêndios na cidade foram merecedores de relatórios destinados ao Ministro Epitácio Pessoa.

Outro fato que nos chama a atenção neste episódio, que liga o cotidiano da Corporação dos Bombeiros ao cotidiano da cidade, é a valorização que os jornais deram em seu noticiário ao trabalho executado pela Corporação. O jornal *O Paiz* redigia assim em suas páginas o trabalho dos “Soldados do Fogo”:

(...) Dez minutos depois de dado o aviso, chegou o corpo de bombeiros, que compareceu na seguinte ordem: em primeiro lugar o 3º posto e em seguida a secção central, sob o comando do coronel Souza Aguiar. Os bombeiros dispuseram-se a atacar o fogo e trabalhando com denodo e ininterruptamente, deram finda a sua missão as 10 horas da noite. (...) No serviço de extinção funcionaram três bombas, duas da secção central, uma dellas defronte da casa 30A e a outra na esquina da rua Sete de Setembro, e a terceira do 3º posto na esquina da rua do Ouvidor. Foram empregados 700 metros de mangueiras e 11 linhas. Durante o penoso trabalho dos bombeiros, o de nome Manoel João da Silva, cabo n. 549, foi ferido na cabeça.<sup>81</sup>

O detalhamento descrito por *O Paiz*, a despeito de ser uma prática jornalística, apresenta uma valorização do trabalho executado pelos Bombeiros. O que demonstra que a Corporação tinha o respeito por seu trabalho reconhecido pela imprensa. Também o *Jornal do Brasil* fazia elogios ao trabalho dos Bombeiros em suas linhas, da seguinte forma:

<sup>80</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Offícios expedidos de janeiro de 1900.

<sup>81</sup>Biblioteca Nacional. *O Paiz* de 2 de janeiro de 1900. Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional. Resguarda-se a grafia original

(...) Poucos minutos depois do aviso chegaram, uma depois da outra, com pequenos intervallos as estações Central e Alfândega.

O coronel Souza Aguiar, auxiliado pelos capitães Caldas e Paula Costa e outros officiaes estabeleceram o plano de ataque pela vanguarda da loja do barbeiro, local do fogo.

O elemento destruidor logo se propagou de modo rapido estendendo-se para ambos os flancos.

Ja na esquina o fogo se fazia sentir atravessando toda parte interna do predio (...)

Os valentes bombeiros trepados nas sacadas das casas empunhando machadinhas e mangueiras, atacavam denodadamente o fogo.

Na sacada da barbearia vimos quatro bombeiros pelejando heroicamente no meio de um calor infernal. (...)<sup>82</sup>

Neste episódio do incêndio da Rua do Carmo, ficou clara a importância das caixas avisadoras de incêndio, para a presteza no atendimento aos sinistros, e para a rapidez com que respondia às solicitações em áreas diferentes do Rio. Um avanço técnico inserido na cidade nos meados do século XIX, mas que mantinha sua importância ainda por estes idos de 1900. O crescimento da cidade carecia de aperfeiçoamentos nestas caixas, no tocante a sua área de alcance, tanto que o Coronel Souza Aguiar envia ao Diretor Geral da Repartição dos Telégrafos o ofício de número 24, de 18 de janeiro de 1900, que dizia o seguinte:

Ao Cidadão Director Geral da Repartição dos Telegraphos. Convindo para assentamento das linhas do circuito de incendio deste corpo em poste Mannusmam de 15 metros pertencente a Repartição Geral dos Telegraphos, poste este que com a mudança das linhas das linhas telefônicas para o novo centro do Largo do Machado ficou desocupado na Rua do Catete esquina da de Carvalho de Sá, venho vos propor a sua permuta por um outro Siemens da mesma altura que possui o corpo quasi em frente a estação da Companhia Jardim Botânico no Largo do Machado. No caso de ser por V. Ex<sup>a</sup> aceita esta proposta rogo vos digneis dar-me prompta resposta afim de poder prosseguir no serviço que estou alli fazendo e que só dessa solução depende. Saúde e fraternidade. (Assignado) Francisco Marcellino de Souza Aguiar, Coronel Commandante.<sup>83</sup>

As mudanças que ocorriam, em relação ao aumento da população e da expansão da cidade, mostravam que o alcance da atuação dos Bombeiros deveria ser pensado agora de acordo com as novas dimensões do espaço urbano. A cidade se transformava e suas instituições precisavam acompanhar tal transformação.

As reformas do início do século desestruturaram hábitos e valores dos trabalhadores que moravam no centro da cidade, atingindo profundamente os alicerces culturais desses agentes sociais. “Seus habitantes tinham desenvolvido, durante anos formas de resistência e de sobrevivência, valores culturais e sociais que, de uma hora para outra, desapareceram sob o

<sup>82</sup> *Jornal do Brasil* de 2 de janeiro de 1900.

<sup>83</sup> Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Offícios expedidos de janeiro de 1900. Resguarda-se a grafia original

peso da picareta<sup>84</sup>.” O local de moradia e a convivência diária são fatores que compõem a identidade tanto individual como coletiva. Depois de perdidos esses fatores, os atores sociais perdem também parte de suas identidades sociais. Como aponta Rocha, as conseqüências mais relevantes das reformas urbanas, cujo objetivo era a transformação do uso do espaço da cidade, foram a desarticulação cultural das classes trabalhadoras e a perda de sua identidade social.

Com o novo regime político e a virada do século, a cidade sofreu várias intervenções na sua composição urbana, onde predominou o conhecimento científico de engenheiros, médicos e os sanitaristas. “Prevaleciam, no âmbito administrativo, seus ideais urbanos representados pelo desejo de modernizá-la e solucionar os problemas de insalubridade aos quais estava condenada<sup>85</sup>.” Nesta situação entrava a necessidade de o Corpo de Bombeiros se adequar às transformações da cidade. Portanto o objetivo era inserir o Brasil na econômica mundial e o Rio de Janeiro, sendo a capital do país, era um representante natural da nação. Dessa forma, a elite cidadina passou a acreditar que era preciso transformar o Rio de Janeiro em uma cidade limpa, moderna e principalmente capaz de receber investimentos financeiros estrangeiros.

Ao analisar o Rio de Janeiro do final do século XIX, Antonio Edmilson Martins Rodrigues, conclui que:

Para além da sua composição social e étnica, outros elementos explicam essa nova configuração: crescimento do setor de serviços, aumento das condições de acesso à riqueza em função do surgimento do mercado de trabalho livre, ampliação das oportunidades comerciais – que conseqüentemente aumentos os investimentos no setor mercantil, reforçando sua dominância e garantindo a expansão das manufaturas e dos ofícios -, crescimento dos transportes e da circulação, ampliação dos setores ligados à construção civil e obras em geral e intensificação da política de migrações.<sup>86</sup>

Era nessa cidade modificada, ou em modificação constante, que o Corpo de Bombeiros atuava, e precisava ser transformado sempre, no seu contexto operacional, de acordo com o que o contexto requeria, afinal o governo republicano ainda organizava suas instituições. Para Renato Lessa:

---

<sup>84</sup>ROCHA, Oswaldo Porto. A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986; p. 10

<sup>85</sup>PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922). Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2008.

<sup>86</sup>RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. “História da Urbanização no Rio de Janeiro”. IN. CARNEIRO, Sandra de Sá e SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (organizadoras). **Cidades Olhares e Trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamound 2009. Pag. 87.

Os primeiros anos republicanos se caracterizaram mais pelo vazio representado pela supressão dos mecanismos institucionais próprios do Império do que pela invenção de novas formas de organização política. O veto imposto ao regime monárquico não implicou a invenção de uma nova ordem.<sup>87</sup>

Uma demonstração disto é que já no início do ano de 1900, no mês de janeiro, o Comandante do Corpo solicita ao Inspetor da Alfândega da Capital<sup>88</sup>, João Francisco de Paula e Silva, que desse ordens no sentido de liberar *livre de direitos*, uma caixa contendo aparelhos de medição elétrica, no valor de 320\$000, vinda de Liverpool.

Esta solicitação não foi um fato isolado, na relação administrativa entre o Corpo de Bombeiros e a Alfândega do Rio. A repetição de ofícios do Comandante solicitando ao Inspetor Geral tal isenção, vai se dar por todo o ano de 1900, segundo a documentação analisada, só tendo como exceções os meses de fevereiro e agosto. Apesar dos problemas econômicos, pelos quais passava o governo republicano, por essa época, o investimento no aperfeiçoamento da estrutura dos Bombeiros parecia estar na pauta das transformações na área de segurança. Tais problemas eram ainda oriundos do plano econômico de Rui Barbosa, conhecido como *Encilhamento*, que resultou em alta inflacionária e falências fraudulentas. Resultado dos ajustes que os primeiros anos republicanos requereram na sua montagem política e administrativa. Sobre este momento Margarida e Souza Neves afirma:

(...) e não seria fácil ao marechal [Deodoro] habituado à disciplina da caserna presidir aquele governo e atravessar as tensões provocadas pelo primeiro plano econômico do país, decidido por Rui Barbosa e decretado sem consulta a seus colegas de ministério, episódio que provocou enorme turbulência política e financeira e ficou conhecido pelo nome de *Encilhamento*<sup>89</sup>.

Vejamos o quadro de solicitações de liberação de materiais importados à Alfândega, identificando o que se importava e os meses das importações:

<sup>87</sup>LESSA, Renato. "A invenção da República: da aventura à rotina". IN CARVALHO, Maria Alice Resende de (org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República 2001. Pag. 17.

<sup>88</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Idem.

<sup>89</sup>NEVES, Margarida de Souza. "Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX". IN FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neve (organizadores). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente. Vol. I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2013. Pag. 35.

**Tabela 1:** Materiais Importados Liberados na Alfândega do Rio para O Corpo de Bombeiros no Ano de 1900.

<b>MESES</b>	<b>QUANTIDADE SOLICITAÇÕES</b>	<b>MATERIAIS IMPORTADOS</b>
Janeiro	01	-Aparelhos de medição elétrica
Fevereiro	00	
Março	02	- Cadeiras de ferro fundido - Disco de transmissão e archotes de cobre
Abril	01	- Máquinas de serra e aparelhos de madeira
Maio	01	- 1000 chaves para caixa avisadoras de incêndio
Junho	02	- 200 mts. de cadaço para cinto de BM - Material sanitário para hospital
Julho	02	- Aparelhos telegráficos - Isoladores de porcelana
Agosto	00	
Setembro	01	- Máquina de polir raios de roda, máquina de soldar, diversos acessórios para as máquinas
Outubro	05	- 200 mts. de cadaço para cinto de BM, lubrificador para máquina a vapor - Seis bombas manuais de incêndio - Estufa a gás, esquentador para água, bacia para águas servidas - Decalcomanias para pintura de viaturas do Corpo - Material de tipografia
Novembro	03	- Dínamo - Hastes de postes telegráficos com pontas - Mictório
Dezembro	08	- Aparelhos Morse para a Estação Central - Tesoura mecânica para chapa de ferro - Martelo mecânico - 1000 kg de fio de cobre, 12 gramofones, 48 chapas para gramofones - 1000 chaves para caixas avisadoras de incêndio, armário envidraçado para medicamentos de cirurgia - Vidros para farmácia - Torno mecânico, duas forjas completas e dois reencanadores - Partes de uma caldeira multitubular de força para 25 cavalos, um motor “compound” de dupla expansão
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	

A diversidade dos materiais importados, acima listados demonstra o interesse do Coronel Marcellino em equipar o Corpo. Mas também indicam que as oficinas da Corporação já tinham a capacidade de produzir alguns equipamentos, e de produzirem concertos necessários à preservação dos já existentes. Outro detalhe destas aquisições, é o fato de se importar materiais direcionados aos cuidados hospitalares, com os acidentados em serviço, ou dos militares que necessitavam de tratamentos das doenças infecciosas, que assolavam a cidade por esta época. Prova disso é que o ofício de número 9 deste mês de janeiro, do Comandante ao Ministro Epitácio Pessoa, que prestava conta da primeira concorrência do ano, tinha em sua lista 02 itens de drogas para a farmácia, e dois itens para lavagem de roupas da enfermaria.

Na continuidade da análise do que este ano de 1900 representou, como preparativo das mudanças mais contundentes que estavam por vir, o mês de fevereiro apresenta uma documentação importante, para se identificar as relações da Corporação com a sociedade civil. No dia 1º de fevereiro, o ofício de número 35, do Coronel Marcellino, dirigido ao Diretor Geral de Obras e Viação do *Districto* Federal, em resposta a uma cobrança, que fazia aquele diretor de reparação de registros de incêndio, informava o Comandante o seguinte:

Ao Inspetor Geral de Obras Públicas a quem compete o assentamento e reparação dos registros de incendio desta cidade, acabo de enviar copia de vosso officio de nº 160 de hontem datado pedindo providencias no sentido de serem feitas as remoções n'elle indicadas. Saúde e fraternidade (Assignado) Francisco Marcellino de Souza Aguiar, Coronel Commandante<sup>90</sup>.

O Coronel Souza Aguiar entendia a importância dos registros de incêndio para o combate ao fogo, mas percebia que a manutenção dos mesmos implicava em atividade inerente à municipalidade. Não pretendendo estabelecer animosidades entre os órgãos administrativos, o Coronel que se repasse a informação ao setor competente, a Inspeção Geral, prestando ciência à Direção Geral de Obras Públicas e Viação.

O relacionamento do Corpo de Bombeiros não se processava apenas de forma harmoniosa com outras instituições da administração pública, também organizações privadas fizeram parte do cotidiano da Corporação. Ao receber do Entrepasto de Carnes Verdes São Diogo, de propriedade dos senhores Cristovão Barros da Silva e Lourenço Enoremmar, a quantia de 228\$000, para a Caixa Beneficência do Corpo de Bombeiros, o Comandante respondeu da seguinte forma:

---

<sup>90</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Officios expedidos de fevereiro de 1900. Resguarda-se a grafia original

Com o officio datado de 29 do mes proximo findo recebi a quantia de duzentos e vinte e oito mil reis que me remetestes producto da subscrição promovida no Entreposto de São Diogo entre os empregados da Empresa de Carnes Verdes e açougueiros para auxilio à caixa de beneficência deste Corpo. Penhorado pelos termos lisonjeiros com que redigistes esse officio, em nome da corporação que commando, vos agradeço o valioso donativo que a sua caixa beneficente fizestes. Saúde e fraternidade (assignado) Francisco Marcelino de Souza Aguiar, Coronel Commandante<sup>91</sup>.

Não foi encontrado nos arquivos do Corpo de Bombeiros o officio que fazia a doação a Caixa de Beneficência, mas entende-se a partir do officio descrito acima que a empresa distribuidora de carnes da cidade, sentiu-se muito grata por algum trabalho executado pelos Bombeiros em relação a ela, sendo que até mesmo os funcionários participaram da doação à Caixa Beneficente dos Bombeiros.

A relação da Prefeitura do *Districto* Federal, com o Comando dos Bombeiros, também se dava de forma cordial. O Prefeito Antonio Coelho Rodrigues, nomeado através de Decreto de 31 de janeiro, quando tomou posse, enviou ao Coronel Souza Aguiar, officio de número 19, de 3 de fevereiro, informando de sua tomada de posse e se colocando ao dispor do Coronel. O official através do officio de número 46, de 5 de fevereiro<sup>92</sup>, agradece a comunicação e se coloca pronto a atender qualquer solicitação do prefeito.

Nem só de situações harmoniosas era feita a relação entre o Corpo e administração pública do *Districto* Federal. No dia 12 de fevereiro, aproximadamente às 21:30 hs, tem início um incêndio, no prédio de número 145 da Rua Frei Caneca. A respeito deste incêndio o jornal *O Paiz*, de 13 de fevereiro trazia em sua reportagem a seguinte afirmação:

(...) O Corpo de Bombeiros, que só teve aviso às 10 horas da noite, compareceu ao local, fazendo funcionar tres bombas, uma na Rua Riachuelo e duas na Rua Frei Caneca. (...)  
O prédio n. 145 ficou totalmente destruido. O de n. 147 teve diversas avarias. O de n. 149, casa de commodos de Pedro Sapatine, sofreu damnos nos fundos. O de n. 143, onde é estabelecido com colchoaria Bento Marente Braga, teve também prejuízos, devido a precipitação com que foram atirado a rua generos ali existentes (...).<sup>93</sup>

Alguns questionamentos imediatamente nos vêm, diante do fato do porquê de tanta destruição, num incêndio tão próximo da Estação Central dos Bombeiros. Assim também concluiu o Coronel Souza Aguiar, pelo fato de solicitar do Oficial-de-Dia que atendeu ao

<sup>91</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Idem. Resguarda-se a grafia original.

<sup>92</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Idem. Resguarda-se a grafia original.

<sup>93</sup>Biblioteca Nacional. *O Paiz* de 13 de fevereiro de 1900.

sinistro explicações. No Relatório do Incêndio<sup>94</sup>, que o Capitão Paula Costa apresentou, justificava-se a rápida propagação do incêndio devido ao fato de que dois membros do Regimento da Brigada de Cavalaria Policial, terem arrombado as portas do prédio de número 145, e permitido a entrada de oxigênio, que alimentou ainda mais o incêndio.

Este fato fez com que o Coronel Souza Aguiar mandasse o ofício de número 51, de 14 de fevereiro<sup>95</sup>, ao Coronel Hermes Rodrigues da Fonseca, Comandante da Brigada Policial, cobrando dele providências no sentido de que se orientasse a seus comandados para que não procedessem desta forma, o que segundo Souza Aguiar, em seu ofício: “... facto identico se reproduz em quasi todos os incendios trazendo isto serios embaraços para o serviço de extinção....

Comandante dos Bombeiros, fazia no referido documento, uma vasta explanação de fatos que mostravam, de forma técnica, a importância de se manter o local fechado, sem contato com o ambiente exterior. Ele pedia ao Coronel Hermes que

(...) recomendasse ao pessoal sob vossas ordens que sempre que descobrir um incendio deve elle em primeiro logar avisar ao corpo de bombeiros pelo meio mais rapido que lhe ocorrer, antes mesmo de procurar salvar qualquer mercadoria. So é justificavel que se arrombe uma porta antes de estar o corpo aparelhado para extinguir o incendio quando não houver outro meio para salvar de seu interior alguma pessoa em perigo de vida (...) (Resguarda-se a grafia original)

Outro relevante fato é que em seu Ofício<sup>96</sup> ao Ministro Eptácio Pessôa, que relata o acontecimento do incêndio, Souza Aguiar não cita os fatos que levaram a tanta destruição. Apenas de forma formal apresenta uma descrição dos fatos, dos prejuízos, da gravidade do ocorrido, e relatos apenas técnicos. Sempre tão metódico em sua documentação, Souza Aguiar parece não querer externar, ao Ministro, sua apreciação e opinião sobre o trabalho da Brigada Policial.

O final do verão de 1900 protagonizou, na cidade do Rio de Janeiro, quatro grandes incêndios, que trazem particularidades marcantes no cotidiano de transformações que este ano prepara para a Corporação. No primeiro, a Estação do Corpo de Bombeiros da Gamboa, viu adentrar em seus portões o Sr. José Dias de Oliveira, que vinha avisar sobre um incêndio nas *Docas Nacionaes*, ao que imediatamente os Bombeiros daquela Estação acorreram para o

---

<sup>94</sup>Não era uma prática do Comandante cobrar relatórios detalhados de incêndios, pelo menos em nenhum dos anos pesquisados, anterior e posteriormente, foram encontradas solicitações regulares do Comandante destes relatórios.

<sup>95</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Ofícios expedidos de fevereiro de 1900.

<sup>96</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício de número 60, de 23 de fevereiro de 1900. Livro de Ofícios expedidos de fevereiro de 1900.

atendimento. Mas ao chegar ao local verificaram que era um “trote”. No regresso ao Quartel, o Sr. José Dias, que havia sido identificado e tendo sido registrada a sua documentação e endereço, foi preso e entregue ao Chefe de Polícia da 3ª Delegacia, para averiguações.

Como tinha sido um equívoco do mesmo, ele foi posto logo em seguida em liberdade. Alegou ele ter visto nas Docas um fogo imenso e, pensando ser um incêndio, não teve dúvidas de chamar os Bombeiros. Como ele não fugiu do local, e manteve-se à disposição dos Bombeiros, o Coronel Sousa Aguiar ao relatar o episódio ao Ministro Epitácio Pessoa<sup>97</sup>, afirmou que este tipo de solicitação, onde quem pede auxílio aos Bombeiros imaginando haver um incêndio, que não esteja acontecendo e sim apenas sinais de fogo, passaria a ser classificado como “*Aviso de Falso Incêndio*”, e quando fosse o caso de um “trote”, seria classificado como “*Falso Aviso de Incêndio*”.

Em toda a documentação pesquisada, a expressão não foi encontrada em momento algum anteriormente. Esta classificação para diferenciar um trote de um aviso em que haja a possibilidade real de incêndio, é utilizada até os dias atuais. Credita-se então, muito provavelmente, a este episódio a nomenclatura técnica citada.

Ao regressar deste “*Aviso de Falso Incêndio*”, a Estação da Gambôa foi avisada de novo incêndio na Rua da Gambôa, nos números de 33 a 41, para onde também já se dirigia a Estação Central dos Bombeiros para auxiliá-los. O detalhamento que o Coronel Souza Aguiar faz em seu relatório ao Ministro Epitácio Pessoa, nos dá uma visão muito clara de como estava arquitetonicamente organizado o bairro da Gambôa. Ele relata:

(...) Na Rua da Gamboa, do lado dos numeros impares, de 33 a 41 existia um grande sobrado de construção antiga, subdividido em cinco secções com numeração diferente de 33 a 41. Sobrado de 2 andares do lado da Gamboa, tinha acesso por essa rua o pavimento terreo e o primeiro andar, e pelo morro em que estavam encostados, o 2º andar. Pertencia esse sobrado ao Sr Manoel Marques da Costa Braga, estabelecido com fabrica de chapéus à Rua São Pedro e estava todo alugado ao Sr Antonio Lourenço da Costa, proprietario do botequim do predio contiguo numero 43. Delle occupava o Sr Lourenço da Costa dois extremos: o nº 33 onde residia com sua familia e o 41 com casa de pasto; todas as mais secções achavam-se sublocadas. A porta que dava entrada para o sobrado se achava dividido em cinco comodos ocupados por outras tantas familias(...)<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício de número 89, de 22 de março de 1900. Livro de Ofícios expedidos de março de 1900.

<sup>98</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Idem. Resguarda-se a grafia original.

Essa mesma descrição se encaixa naquela feita por André Nunes de Azevedo<sup>99</sup>, quando analisa este mesmo Rio de Janeiro na fase de urbanização, feita pelo Prefeito Pereira Passos, percebendo que aquém da transformação estética, existia uma crise de capitalidade, tanto que ele afirma:

Com a República, advém a crise de capitalidade do Rio de Janeiro e com ela, a necessidade de afirmar a importância da cidade através de novas metáforas, redefinidoras do registro simbólico que tanto a população interna quanto a externa, tinham do Brasil e que identificava no imaginário de cada indivíduo, a urbe do Rio de Janeiro.

A capital que sempre fora mal saneada, gozou de maior tolerância da opinião pública carioca no século XIX, ocasião em que a capitalidade da urbe não se via abalada. Com o desgaste desta propriedade da cidade, acompanhado do desgaste político da república perante a população brasileira, o Rio de Janeiro passa a receber uma série de críticas atinentes as suas condições de infra-estrutura (...)

Também estas habitações são descritas por Sidney Chalhoub ao analisar o trabalho de Everardo Bakheuser, onde se encontra a descrição de que

As estalagens antigas têm um aspecto mais primitivo, mais grotesco, mais mal acabado. São ligeiras construções de madeira, que o tempo consolidou pelos concertos clandestinos, atravancadas nos fundos de prédios, tendo um segundo pavimento acaçapado como o primeiro e ao qual se ascende dificilmente por escadas íngremes, circundado também por varandinhas de gosto esquisito e textura ruínosa. Isto que aí fica resumido é o ‘cortiço’<sup>100</sup>.

Às 21:00hs o incêndio, citado anteriormente, estava debelado, e os Bombeiros delegaram a três policiais a sua vigilância e medidas legais. No entanto, às 03:15hs os Bombeiros receberam aviso de um grande incêndio que se alastrava no mesmo prédio. Sendo que agora atingia o número 39 da mesma quadra. Na sua descrição do que havia acontecido, o Coronel Comandante dos Bombeiros, diz se tratar de novo incêndio, por ser a localidade repleta de casarões que têm alto risco de incêndio. O que reafirma nossa tese de que o Corpo de Bombeiros caminhava, necessariamente, para uma remodelação estrutural e técnica, para estar preparado, para incêndios naquelas habitações, que agora agrupavam um número maior de pessoas, atividades comerciais e riscos de sinistros.

No segundo incêndio deste final de verão, do ano de 1900, o sinistro materializou-se no prédio de número 28/A da Rua do Catete. Um sobrado de um andar, de construção

<sup>99</sup>AZEVEDO, André Nunes de. **Entre o Progresso e a Civilização: o Rio de Janeiro nos traços de sua capitalidade**. Dissertação de Mestrado ao Curso de Mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, 1998.

<sup>100</sup>CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Págs. 38/39.

moderna, segundo a descrição feita pelo Coronel Souza Aguiar em seu ofício<sup>101</sup>, de propriedade do Sr. José da Rosa e Silva, que lá residia com a família, e tinha uma loja de móveis e colchoaria. O prédio ficou totalmente destruído. E para justificar a atuação não convincente dos Bombeiros, o Comandante esclarece que a falta d'água prejudicou a “*eficiência comprovada*” das três bombas a vapor que operaram na extinção, e dos registros de incêndio, que com a falta d'água foram inúteis.

Percebe-se então que o Comando valoriza muito a funcionalidade das bombas a vapor, que ele entende como uma arma preciosa no combate às chamas. Além disso, os registros de incêndio, que são de responsabilidade da prefeitura da cidade, têm participação importante nos trabalhos de extinção. Mas os dois instrumentos de trabalho dependem do agente extintor: água.

O terceiro sinistro que se abateu sobre a cidade, mostra a importância e eficiência do sistema de caixas avisadoras, e o sistema de telefone entre órgãos públicos, que existia naquela época. Pois, segundo relato feito ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, o incêndio que aconteceu na Rua do Passeio, número 44, no dia 23 de março, ocasionado pelo descuido de uma criada, que deixou uma vela acesa entrar em contato com uma cortina. Em apenas 20 minutos estavam no local as Estações Central e 2º e 4º Postos de Bombeiros, fazendo o combate às chamas com uma bomba a vapor e dois registros de incêndio, existentes na calçada da Rua do Passeio.

A consequência do desastre foi que só o andar superior foi brutalmente atingido pelo fogo. E o Coronel Souza Aguiar, em seu relato<sup>102</sup>, destaca que o estrago causado pelas chamas não foi maior, pela eficiência com que foi acionado o Corpo. Creditando ele, tal eficiência às caixas avisadoras de incêndio. Percebia-se a necessidade de estender ainda mais a rede de caixa avisadoras pela cidade. Um projeto que será levado a efeito no ano seguinte.

O quarto e último grande incêndio de relevância<sup>103</sup>, na relação cotidiana da cidade com o Bombeiros, ocorre com a destruição total de dois prédios, na Rua do General Rangel, em Cascadura. Iniciado o fogo às 05:50hs, os Bombeiros da Estação Central, somente chegaram ao local para o combate às chamas, após as 08:10hs. A resposta à demora no atendimento a

---

<sup>101</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício de número 93, de 27 de março de 1900. Livro de Ofícios expedidos de março de 1900.

<sup>102</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício de número 96, de 28 de março de 1900. Livro de Ofícios expedidos de março de 1900.

<sup>103</sup>Considera-se aqui apenas os grandes incêndios ocorridos no mês de março de 1900. Mas uma série de outros eventos menores aparecem nos registros de Quesitos de Incêndios, pesquisados no Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. No entanto estes não teriam influência nos destinos técnicos e profissionais da Corporação.

este incêndio, pode ser encontrada no Ofício que o Coronel Souza Aguiar manda, ao Ministro Epitácio Pessôa, onde relata que:

(...) Avisado da existência desse incendio às 05:50, fiz seguir o material de extinção para a Estação central da Estrada de Ferro Central do Brasil e requisitei d'aquella administração a necessaria conducção. Esse pedido foi satisfeito com grande demora naturalmente devido ao serviço de trafego da estrada, de modo que só às 8 horas e 10 minutos pode chegar a estação Cascadura o trem que da Central partiu as 7 horas e 15 minutos(...) <sup>104</sup>

Fica claro que o crescimento da cidade em direção ao subúrbio, requisitava o aumento estrutural da Corporação dos Bombeiros. O século XX vai presenciar a ocupação de áreas mais distantes das Estações de Bombeiros, existentes no Centro da cidade. O centro da cidade se torna gradativamente uma área de negócios, e as moradias precisam ocupar novos espaços, quando analisa as modificações em andamento no centro da cidade do Rio, Antonio Edmilson Martins Rodrigues afirma:

A expansão quantitativa e qualitativa associada às pressões do novo movimento determinam o avanço da circulação, e novas áreas são integradas ao centro. Surgem novos caminhos de acesso às regiões mais identificadas com o cosmopolitismo e a riqueza (...). <sup>105</sup>

É preciso se criar um plano de crescimento também da Corporação, e de seu sistema de combate ao fogo. Um outro detalhe aparece ainda no Relatório de Souza Aguiar, que reforça esta ideia da necessidade de crescimento do Corpo. Vejamos:

(...) No local armou-se a bomba a vapor que com dificuldade funcionou devido a escassez de d'agua e a grande distancia em que se achava o registro de incendio dos predios incendiados, circunstancia essa que obrigou a empregar-se a agua de uma villa existente nas proximidades; limitando-se o serviço do Corpo a impedir que se propagasse o fogo aos predios vizinhos, e ao serviço de rescaldo(...)

Reforça-se então a ideia de que regiões distantes, como Cascadura, crescentes neste final de século XIX, e início de século XX, já careciam de aparelhos de registros de incêndio

<sup>104</sup> Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício de número 97, de 29 de março de 1900. Livro de Ofícios expedidos de março de 1900. Resguarda-se a grafia original

<sup>105</sup> RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. História da urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil. IN CARNEIRO, Sandra de Sá e SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.) **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamound, 2009. Pág. 95

em maior número, e até mesmo de uma Estação de Bombeiros, que pudesse fazer o atendimento com maior presteza aos incêndios que ali ocorressem.

O mês de abril deste ano de 1900, também registra fatos que relacionam a Corporação dos Bombeiros, com o cotidiano histórico da cidade do Rio. A ação da Superintendência do Serviço de Limpeza Pública e Particular, do *Districto Federal*, intensificava-se com crescimento da cidade, com isto carecia a mesma, de ajuda de instituições públicas como a dos Bombeiros. Uma prova disto é que no ofício número 101, de 2 de abril de 1900<sup>106</sup>, o Coronel Souza Aguiar cobrava do Superintendente o pagamento de 2:500\$000, pela cessão de animais ao serviço de limpeza pública e particular, atribuição pela qual a Superintendência recebia pagamento<sup>107</sup>. Observava o Comandante dos Bombeiros, a necessidade de repor os animais cedidos, para a manutenção do atendimento a incêndios na cidade.

Verifica-se ainda, nesta relação da cidade com os Bombeiros, entre as preocupações registradas pelo Coronel Souza Aguiar, a forma como cada vez mais se armazenavam combustíveis líquidos, em áreas de moradias, repletas de famílias, ou onde pessoas trabalhavam sem ter a noção do risco que corriam. Um incêndio ocorrido no dia 27 de março, que só no dia 2 de abril foi relatado ao Ministro Epitácio Pessoa, através do ofício número 106, de 2 de abril de 1900, descrevia que o sinistro teve início com a explosão de um lampião de querosene, e que devido à existência de muitas latas daquele produto, a destruição foi quase total, na ponte das barcas da Companhia Cantareira.

O incêndio iniciou no almoxarifado, às seis horas da manhã, deixou de ocasionar um maior número de vítimas, segundo o descrito no relatório do Comandante, por ainda não ter um grande fluxo de pessoas no local. Mas observava ele que era preciso se estabelecer regras rígidas, no armazenamento de produtos tão destruidores, para se evitar a destruição de bens materiais, que se deram num total de 80%, da empresa sinistrada, segundo lhe constava. Inclusive deveria se somar o prejuízo financeiro à seguradora “Argos Fluminense, Indenizadora e Providente”, que teria assegurado a Companhia Cantareira, no valor de 285:000\$000.

As preocupações do Coronel Souza Aguiar, iam além dos prejuízos materiais na área central da cidade. A região do Humaitá, por exemplo parecia ser uma destas áreas. Estabelecido na Rua Humaitá, número 44, desde 1895, estava a Estação Humaitá dos

---

<sup>106</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício de número 101, de 2 de abril de 1900. Livro de Ofícios expedidos de abril de 1900.

<sup>107</sup>Os valores eram pagos pela população, instituições particulares e até mesmo organizações de cunho filantrópico, como hospitais e outros, pagavam a taxa de limpeza e recolhimento do lixo, de acordo com o estabelecido no Decreto do *Districto Federal* número 373, de 3 de janeiro de 1897.

Bombeiros. O prédio arrendado pelo Governo Federal, por 250\$000 mensais, à Sra. Francisca Candida Petra da Fontoura Santos, havia passado por reformas, executadas pelo Governo Federal, para melhor se adequar a atividade dos Bombeiros<sup>108</sup>.

O Coronel demonstra sua intenção em se estabelecer definitivamente no local quando envia ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, o ofício de número 111, de 11 de abril, de 1900, onde entre outras coisas descreve:

(...) A aquisição deste predio é de toda a conveniencia para o serviço do Corpo e se acha autorizada pela lei orçamentaria do corrente exercicio; quanto ao preço, porém, julgo que só deve ser fixado depois de avaliação feita por uma comissão de engenheiros(...).

Chama-nos bastante atenção como, ao apresentar o valor proposto para a renovação do arrendamento do prédio, o Advogado Acacio, descreve a região do Humaita.

(...) A isto accresce que os predios e terrenos n'aquella localidade estão-se valorizando pelo desenvolvimento que vai ella tendo diariamente, attentas as suas reconhecidas condições de salubridade, bons ares e excellencia de tão bello arrabalde, onde se nota um povoamento crescente e conseguintemente o surgimento de edificações elegantes e custosas, prova irrecusavel da constante procura e aquisições de terrenos n'aquella zona da cidade. Sua prosperidade e incremento em futuro breve é um facto incontestável (...)<sup>109</sup>.

Oswaldo Porto Rocha se referiu a esta mudança estrutural da cidade, quando analisava a redefinição do espaço urbano no Rio, tanto que ele afirma que:

No final do século XIX, a cidade, fora do centro comercial, está dividida em áreas aristocráticas e populares. Copacabana e Botafogo já se configuram como bairros de elite e os subúrbios, por exemplo Irajá e Inhaúma, como uma alternativa para as camadas menos favorecidas(...)<sup>110</sup>.

No entanto a visão do advogado, da época, corrobora a mudança que se estava processando na cidade. E o Coronel Souza Aguiar percebia a importância de se acomodar definitivamente um quartel de Bombeiros numa região que crescia a olhos vistos.

<sup>108</sup>Informações constantes do Contrato de Arrendamento, de uma Procuração registrada em Cartório a favor do Advogado Acacio Aguiar, e de uma nova proposta de venda do prédio ao Governo Federal. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>109</sup>Procuração da Sra. Francisca Candida Petra da Fontoura Santos. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>110</sup>ROCHA, Oswaldo Porto e CARVALHO, Lia de Aquino. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro 1866-1906.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995. Págs. 41/42.

O Porto do Rio continuava a receber materiais importados, para se aparelhar cada vez mais o Corpo. O Sr. João Francisco de Paula e Silva, Inspetor da Alfândega da Capital, recebia cada vez mais solicitações do Comandante Souza Aguiar, para a liberação de aparelhagem, vinda de Liverpool e de outras cidades da Inglaterra e dos Estados Unidos. No ofício número 116, de abril de 1900, solicitava-se a liberação dos caixotes de número 630 e 631, contendo uma “*machina de serra e aparelhar madeira*”.

No final do mês de abril, do mesmo ano o Coronel Comandante dos Bombeiros, manifestou uma preocupação com seus comandados, merecedora de registro, pela demonstração de que além de um trabalho técnico realizado no Corpo, pretendia-se atender às questões sociais, que envolviam seus militares. No ofício enviado ao Sr. Gustavo Adolpho da Silveira, Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, datado de 30 de abril, de 1900, o Comandante solicitava passe livre aos militares, que se utilizassem dos trens da estrada de ferro, alegando que no percurso servido pela estrada de ferro, existiam duas estações de bombeiros. A solicitação se restringia aos militares que estivessem fardados e com “*cinto gymnástico*”<sup>111</sup>.

Tal solicitação parece ter sido consequência de problemas causados por atritos, entre Bombeiros e Auxiliares de Trem, da rede ferroviária, que aparecem na documentação analisada. A solicitação gerou desentendimento entre o 2º Sargento Álvaro Augusto Pereira de Souza, *Prático de Pharmacia*, morador na região da estação de Piedade, que se queixou, no dia 28 de abril daquele ano, ao Tenente Coronel Eugenio Rodrigues Jardim, Inspetor Geral do Corpo, que:

(...) Não tendo nunca pago passagens na Estrada de Ferro, quando estou uniformizado, venho por meio desta queixar-me a V.S. de um auxiliar de trem, que por picardia cobra passagens de Bombeiros, e deixando de cobrar de outras corporações armadas, inclusive Guarda Noturna; hontem ao tomar o trem directo para Piedade, e tendo o Chefe do referido trem, dito ao auxiliar que não cobrasse passagens de Bombeiros, não ligou importância e cobrou a minha, o qual não fiz o menor obstáculo, a não ser de communicar ao Chefe do trem, que aconselhou-me queixar-me a V.S. o que acabo de fazer.

A solução para o entrevero entre Auxiliares de Trem e Bombeiros, quanto à gratuidade, não apareceram na documentação analisada, mas vale a pena ressaltar que o Comandante não se omitiu em favor dos seus comandados. Uma demonstração de

---

<sup>111</sup>Esta observação deve-se ao fato de que somente os militares do Corpo que estejam de serviço de prontidão, segundo o regulamento de uniformes da época, poderia utilizar este tipo de cinto. O que tornava mais fácil a identificação daqueles militares que se dirigiam ou retornavam para as prontidões de serviço.

preocupação com as condições de transporte e passagens dos militares, uma atitude importante, na postura de um Comandante preocupado com sua tropa.

No mês de maio deste último ano do século XIX, continuaram as atividades dos Bombeiros. O Sumário de Ofícios Expedidos, daquele mês, tem relatório de um incêndio, ocasionado por acomodação inadequada de tintas, que ocasionou a destruição de um prédio na Rua do Resende; traz ainda nova solicitação de liberação na Alfândega do Porto da Cidade, de 1000 chaves de Registro de Incêndios, o que demonstra o aumento significativo daquele sistema preventivo. Houve, também, a liberação de campainhas elétricas, que aparecem pela primeira vez entre produtos importados da Inglaterra.

Merece realmente destaque neste Sumário, o Ofício em que o Coronel Souza Aguiar responde ao Sr. Manuel Pinto da Rocha Cardoso, a solicitação da relação do material necessário, com os respectivos valores, para criação de uma companhia de bombeiros em Niterói. Como o registro dos prefeitos de Niterói só aparece a partir de 1904, supõe-se que este senhor seja alguém interessado nos rumos dos incêndios, e da segurança da região. A lista constando de 29 itens, ficou orçada em 34:157\$000.

Do registro de documentos emitidos pelo Comando, no mês de junho, constam ofícios dirigidos ao Inspetor de Obras Públicas, numa solicitação para se remover registros de incêndio, tirando-os de local impróprio. Tais registros de incêndio, estariam causando problemas para a Corporação e a municipalidade.

Chama também a atenção entre tais documentos, mais um pedido ao Inspetor da Alfândega, para a liberação de cadarços, que o documento não especifica para qual uso, mas a quantidade, duas mil unidades, é considerável. O mesmo poderia ser usado para se prender mangueiras, ou até mesmo em calçados. O Comandante Souza Aguiar solicita a liberação de quantidade considerável de material elétrico. Pressupõe-se que a eletrificação, da nova Estação Central, em reforma, gerou a importação de tão vasto material.

Na relação cotidiana com a cidade, registra-se três grandes incêndios, na área central da cidade. Um na Rua da Alfândega, esquina com a Rua Uruguaiana; outro na Rua da Quitanda, e o último na Rua Moreira Cesar. Os sinistros foram destruidores, e causaram muitos transtornos, é bem verdade, mas merece destaque a forma como em seus relatórios ao Ministro da Justiça, o Coronel Comandante frisa a necessidade do aumento de caixas avisadoras de incêndio, dos registros de incêndio, e das dificuldades encontradas com o tráfego da cidade.

Também deve-se registrar, que ocorrências policiais mantinham o dia-a-dia dos Bombeiros em uma constante comunicação com delegados responsáveis pela segurança no

Rio. O ofício número 166<sup>112</sup>, de 8 de junho, do Comando da Corporação, ao Dr. Eneas Galvão, Chefe de Polícia do Distrito Federal, encaminha preso José de Mello, capturado roubando capim de uma área pertencente ao Corpo. Este referido local, que servia exclusivamente ao Corpo de Bombeiros, em São Cristóvão, anos mais tarde se tornará o Centro de Suprimento e Manutenção (CSM), de viaturas e material da Corporação. As oficinas da Corporação ficarão centralizadas neste CSM.

Ao Delegado a 13ª Circunscrição Urbana, Dr. João Goes Manso Sayão, o Comandante apresenta preso José Bombaes, flagrado roubando fios de cobre do circuito de aviso de incêndio de Botafogo. O ofício de número 171<sup>113</sup>, de 11 de junho, frisa que a fiação que estava sendo furtada, era nova tendo sido instalada há pouco tempo. Tal afirmação confirmava novas preocupações, com uma área onde ocorriam novas ocupações residenciais.

No mês em que o Corpo de Bombeiros comemorava seu quadragésimo quarto aniversário, surge uma vasta documentação de congratulações das mais diversas instituições públicas e privadas. Empresas como a Light, Correios e Telégrafos, City Improvements, Bancos, governos de outros estados e até mesmo governos de outros países<sup>114</sup>, fizeram questão de enaltecer a qualidade do serviço prestado pelo Corpo ao Brasil.

Três documentos expedidos pelo Comando da Corporação, os ofícios de números 200, de 5 de julho; 201 de 5 de julho; e 209 de 17 de julho, distribuem novas chaves de caixas avisadoras, recém instaladas na cidade. O que mais nos chama a atenção é a numeração dedicada a uma dessas caixas avisadoras: 508. Se a numeração teve seguimento sequencial, o que nos parece provável, pela forma como Souza Aguiar administra sua documentação, e organiza todos os setores administrativos do Corpo, a quantidade de caixas avisadoras, neste ano teria conseguido um considerável aumento<sup>115</sup>.

No dia 10 de julho, o Comandante do Corpo de Bombeiros, recebeu do Tenente Clemente Stanislau Filioli, Encarregado dos Registros de Incêndio, do Corpo, uma parte em que informava o seguinte:

---

<sup>112</sup> Ofício constante do Livro de Ofícios Expedidos no mês de junho de 1900. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>113</sup> Idem. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>114</sup> Desta lista retirada do Livro de Ofícios Recebidos, no mês de julho de 1900, além das empresas citadas, surge congratulações dos Governos do Estado de São Paulo, de Minas Gerais, e do Espírito Santo; dos Presidentes da Argentina, do Chile, do Consulado Inglês, entre outros. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>115</sup> Até o ano de 1899, a numeração das caixas avisadoras, segundo se pode apurar, foi até 323. Denotando relevante aumento neste ano de 1900. Também a importação de circuitos elétricos já aqui registrada mostrou um aumento considerável, o que sugere a ideia do aumento das caixas avisadoras de incêndio.

Cumpre-me participar-vos que é necessaria a collocação de 2 registros d'incendios na rua Francisco Eugenio, entre a de Figueira de Mello e praia Formosa, devido a construção de muitos predios que na dita rua existão sem que se acha um registro para cazo de incendio<sup>116</sup>.

Esta Parte deu origem ao Ofício 206, de 10 de julho, onde o Coronel Souza Aguiar, solicita ao Dr. João Silvino Damasceno, Inspetor Geral das Obras Públicas, providências no sentido de se atender à necessidade de registros de incêndio, apresentada pelo Tenente Clemente. Mostra-nos este fato, quando associamos o cotidiano da Corporação ao da Cidade, que cada vez mais as histórias destas se misturam.

As mudanças no espaço físico da cidade, eram consequências da necessária reestruturação socioeconômica que o republicanismo ensaiava já há algum tempo. A Corporação já percebia tais transformações, e se adaptava aos novos tempos, cobrando dos setores responsáveis uma melhora nos sistemas preventivos. Sidney Chalhoub, sobre o assunto afirma que: “a demografia da cidade testemunha transformações importante em sua estrutura populacional nas últimas décadas do século XIX e na primeira década do século XX<sup>117</sup>”.

Curiosamente, a documentação analisada deste mês de julho de 1900, não tem o registro de nenhum relatório de incêndios. Mas em contra partida, começam a aparecer registros de militares com doenças infecciosas, que precisam de tratamento. Como não tem, ainda, o Corpo um hospital para atendimento de seu pessoal, o Comandante através dos ofícios números 203, de 9 de julho, e 211, de 19 de julho<sup>118</sup>, solicita ao Diretor Geral de Higiene, Dr. Joaquim José Torres Cotrim, e ao Diretor do Hospital São Sebastião, Dr. Carlos Pinto Seidl, respectivamente, o tratamento de militares da Corporação.

Mais uma vez o Coronel Souza Aguiar manifesta seu cuidado com questões sociais, no trato de seus comandados. Além de providenciar tratamento médico aos seus doentes, ele envia ao Ministro Epitácio Pessôa, solicitação de autorização para alterar as condições do contrato celebrado com M.J.C. de Sá Lopes, no fornecimento de alimentação. Deseja ele incluir no contrato alimentação do tipo dieta, para os militares em tratamento, na enfermaria do Corpo.

---

<sup>116</sup> Livro de Partes Internas Recebidas, no mês de julho de 1900. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Resguarda-se a grafia original.

<sup>117</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. - 3ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. Pág. 42

<sup>118</sup> Livro de Ofícios Expedidos, do mês de julho de 1900. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro

A Estação Central estando em obras, pode-se concluir que a cozinha não oferecia condições necessárias para a confecção da devida alimentação dos militares. E como citado anteriormente, militares da Corporação estavam na condição de doentes infectados, e careciam de uma alimentação adequada. Assim como muitas pessoas na cidade, as doenças que atacavam a região faziam também vítimas entre os Bombeiros.

Um exemplo prático das preocupações do Comando com seu pessoal, é que o Bombeiro José Theodoro da Silva, no dia 18 do mês de julho, participou de uma operação, no prédio de número 18, da Rua do Senado, no Centro da Cidade, onde teve contato com pessoas infectadas por varíola. Este acontecimento acentuará as preocupações dos Bombeiros a partir do mês de agosto, e mostra-nos que a situação das epidemias na cidade, tornava-se cada vez mais grave. Como medida imediata, o Comandante Souza Aguiar, solicita ao Dr. Alfredo da Graça Couto, Inspetor do Serviço de Desinfecção, através do Ofício número 229, de 4 de agosto, providência no sentido de ser desinfetado o fardamento do militar José Theodoro, e ao mesmo ser devolvido depois da operação de limpeza.

Parece-nos que o excesso de zelo do Serviço de Desinfecção, na medida de não devolver ao militar o fardamento, é uma mostra das medidas preventivas, que naquele ano tomavam forma, na intenção de se controlar a epidemia de varíola na cidade. Cidade que se apresentava, já há algum tempo como uma área fértil para a proliferação de epidemias. Neste contexto de combate às epidemias que assolavam a cidade, Jayme Larry Benchimol descreve que:

Nos quarteirões centrais do Rio de Janeiro, recortados por um dédalo de ruas estreitas e congestionadas, erguiam-se, indiferenciadamente, pequenas oficinas e fábricas - uma ou outra mecanizada; casas de cômodo, cortiços, estalagens e hospedarias, onde se alojava a maioria da população trabalhadora da cidade e o contingente numeroso e flutuante dos estrangeiros que nela se detinham por tempo limitado; armazéns e os mais variados estabelecimentos varejistas: moradias particulares; edifícios públicos; escritórios de grandes companhias e bancos. Entre as forças que mais profundamente revolveram as entranhas desse próspero e populoso empório não se pode deixar de incluir as mortíferas epidemias que irrompiam, quase todos os anos, nos quarteirões insalubres do centro<sup>119</sup>.

As medidas preventivas, na contenção da proliferação da varíola entre os Bombeiros, levaram o Comando a apresentar ao Ministro Eptácio Pessôa uma proposta, que nos registros do Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros, não aparece em nenhum outro momento. O Doutor

---

<sup>119</sup>BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. Rio de Janeiro, 1992. P. 112/113

Joaquim Pinto da Fonseca, médico formado pela Faculdade do Rio de Janeiro, enviou ao Comandante o seguinte requerimento:

Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Ministro da Justiça.

O abaixo assinado Doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, desejando prestar os seus serviços clínicos, ao Corpo de Bombeiros, vem respeitosamente, pedir a V.Exa. se digne admittil-o como medico adjunto d'aquelle Corpo. Pede deferimento(...) (Assignado) Dr. Joaquim Pinto da Fonseca<sup>120</sup>.

O Coronel Souza Aguiar, em seu Ofício de número 244, de 24 de agosto, envia o requerimento do Dr. Fonseca, como será conhecido na Corporação, e esclarece que os serviços do médico não serão remunerados, o que dá o caráter inédito ao fato.

Ainda referente às preocupações com as condições de higiene, preventivo das doenças infecciosas<sup>121</sup>, o Comando dos Bombeiros oficia ao Superintendente do Serviço de Limpeza Pública, Sr. Tygno da Cunha, com o Ofício número 223, solicitando que ao invés de se mandar uma carroça, uma vez ao dia, para recolhimento do estrume, das cavalariças da Estação Central, mande duas vezes ao dia. Observa ele no documento, que a medida de higiene será um preventivo de doenças na Corporação.

Também fez parte das preocupações dos Bombeiros, um incêndio que foi comunicado do Ministro da Justiça, pelo Ofício número 235, de 13 de agosto. Este incêndio tem particularidades que nos chamam a atenção, na relação cotidiana da história da Corporação com a da cidade. O aviso de um armazém em chamas na Rua Beneditinos, número 9, chegou à Estação da Alfândega, dos Bombeiros, pela caixa número 7, do circuito de avisadores de incêndios, as 20h55min. O prédio, que pertencia a um negociante de fumos da Bahia, Sr. José Ferreira Cardoso, estava arrendado ao Srs. Gouvea, Bandão e Cia. Comissários de Café.

As particularidades deste incêndio estão no fato de o Comandante relatar a dificuldade de as pessoas avisarem sobre o incêndio, segundo ele, por não estar o “Inspetor do Quarteirão” com a chave da caixa avisadora, no momento do sinistro; e que a mesma devido ao tempo de uso, como outras daquela importante área da cidade, de acordo com seu relato, já estarem precisando ser trocadas. Parecia ao Coronel Souza Aguiar, já ser necessária uma modernização dos sistemas de comunicação da Corporação.

<sup>120</sup> Livro de Documentos Recebidos, do Corpo de Bombeiros, no mês de agosto de 1900. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Resguarda-se a grafia original.

<sup>121</sup> Sidney Chalhoub em Cidade Febril, faz ampla exposição das medidas de higiene como preventivas das epidemias que assolaram o Rio, no final do século XIX e início do século XX, além da análise da importância histórica da vacinação, que tornou-se obrigatória, sendo um dos fatores geradores das insatisfações, que levaram à Revolta da Vacina em 1904. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

### 3.1.1 1901 – Começa um século de transformações

A Capital da República brasileira vivia ainda no início do século a adaptação ao novo regime. Há uma tentativa de se apagar a memória do Império, perseguindo todos os resquícios e lembranças deste período, procurando-se assim destruir a tradição monárquica brasileira. Como na França pós revolução, os liberais brasileiros derrubaram casarões, impuseram costumes, importavam vestuários, tudo para criar uma nova imagem do povo brasileiro, inserindo-o na modernidade ocidental.<sup>122</sup> Tentaram assim remodelar o Brasil e, mais precisamente, a Capital da República brasileira, eliminando tudo que estivesse fora dos padrões europeus. É neste sentido que busca uma remodelação do cenário carioca, com a criação de passeios públicos, alargamento das ruas, higienização, além de afastar do Centro da cidade toda a espécie de gente que possa descaracterizá-la como uma cidade moderna.

Começava o século XX. Um século de mudanças estruturais, para o Rio de Janeiro e para o Corpo de Bombeiros. Prenunciavam-se mudanças que poderiam representar esperanças ou desesperanças, de acordo com a perspectiva de cada grupo social, que compunha o cotidiano do Rio de Janeiro. A afirmação política e econômica da República agora se tornava uma realidade. Problemas iniciais estavam sendo superados por uma elite aristocrática que afirmava seu predomínio, tendo no setor econômico como seu sustentáculo o café, e suas crescentes exportações.

Paulo Cesar Garcez Marins ao analisar as mudanças que se efetivavam na cidade, afirma que:

Tumulto e desordem foram palavras fácil e comumente aplicadas à dinâmica das capitais republicanas, à ocupação de suas ruas e casas, e a seus habitantes, cada vez mais numerosos e movediços. As elites emergentes imputavam-se o dever de livrar o país do que consideravam “atraso”, atribuído ao passado colonial e imperial do país, e visível na aparente confusão dos espaços urbanos, povoados de ruas populosas e barulhentas, de habitações superlotadas, de epidemias que se alastravam com rapidez pelos bairros, assolando continuamente as grandes capitais litorâneas<sup>123</sup>.

Esta será também uma regra estabelecida, pelo governo do Distrito Federal, na reformulação de seu espaço geográfico. Tanto que Antonio Edmilson Martins Rodrigues, sobre o Rio de Janeiro desta época afirma que:

---

<sup>122</sup> SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>123</sup> MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. IN. NOVAIS, Fernando / coordenador geral da coleção. **História da Vida Privada no Brasil**. Organizador do volume SEVECENKO, Nicolau. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 132/133.

O século XX é para a cidade-capital o momento de sua definição institucional e cultural. A vocação de “grande cidade europeia” delinea-se; trata-se agora de organizar sua estrutura urbana para garantir essa vocação, uma vez que ela já é europeia no imaginário das elites empreendedoras. Mais uma vez, assiste-se a implantação de uma “regeneração” que exclui os seguimentos tradicionais da sociedade. A cidade vai, aos poucos, deixando de ser a cidade colonial<sup>124</sup>.

A regeneração faz parte deste aburguesamento, quando se preocupa em aproveitar melhor o espaço, buscando-lhe a utilização racional dos mesmos. Nesse contexto de transformações contundentes, irá também o Corpo de Bombeiros, já neste ano de 1901, ver sua Estação Central ter grande parte de suas instalações remodeladas, por uma obra que desde 1898, no projeto do Coronel Souza Aguiar, objetivava melhor acomodar seu efetivo, com alojamentos mais confortáveis; criar oficinas mais especializadas; criar áreas administrativas mais funcionais; e, no contexto dos acontecimentos epidemiológicos da época, aperfeiçoar e reaparelhar a enfermaria daquele quartel.

A obra foi começada pelo que seria hoje a parte dos fundos, no lado do quartel que está na Rua do Senado, esta primeira etapa teve sua inauguração já em 15 de janeiro de 1900. Segue-se, no entanto a obra total, por todo o ano de 1901, sendo que o lado que fica na Praça da República, pelos idos de 1901, ainda aguardava desapropriação do terreno pertencente ao Depósito Público, e ao Almoxarifado da Diretoria de Obras Públicas. Finalmente, seria construída no pátio central uma torre, para secagem e conservação de mangueiras, além de ser utilizada para exercícios profissionais de bombeiros.

As corporações militares têm no boletim diário, o seu instrumento de comunicação dos acontecimentos de interesse de todos os militares, de assuntos administrativos e de escala de serviço, assuntos disciplinares, e outros de um modo geral. No Corpo de Bombeiros, na época, o boletim diário foi antecedido por um instrumento chamado “*ordem do dia*”<sup>125</sup>. Esta forma antiga de comunicação documental, onde o Comandante fazia chegar aos seus comandados as suas determinações, seus ditames administrativos, as mudanças estruturais que implantava e a manutenção da disciplina, também servia para que o comandante se atualizasse com os fatos ocorridos no dia-a-dia.

O Coronel Souza Aguiar fazia questão de assinar todas as ordens do dia, e desde que assumiu o comando dos Bombeiros, até a sua substituição, aparece em todas, a sua assinatura.

---

<sup>124</sup> RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. “História da urbanização no Rio de Janeiro. A capital do século XX no Brasil”. IN. CARNEIRO, Sandra de Sá e SANT’ANA, Maria Josefina Gabriel (organizadoras). **Cidades, olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamound, 2009, p 103.

<sup>125</sup> O Boletim do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, só será implantado no ano de 1930, de acordo com o que se pode apurar pelos documentos do Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Nelas se encontravam o pagamento de pessoal, que ocorria sempre no início de cada mês, nas instalações do quartel; promoção, nomeação, inclusão, prisão, exclusão de pessoal; gratificações por conclusão de curso; etc.

É nesta documentação, que se pode encontrar algumas relações entre o cotidiano da Corporação e algumas instituições da cidade, alguns sinais de que o Corpo se aperfeiçoava, conforme a cidade crescia, e modificações circunstanciais ocorriam no seu cotidiano. No dia 2 de março de 1901, surgia na ordem do dia, a determinação de gratificação de 5\$000 para os militares que fizessem curso de telegrafista. No mesmo dia a empresa Conceição & Machado era multada em 50\$000, por “*irregularidade no fornecimento de rancho às praças*”.

No mesmo mês de março, aparece na “Ordem do Dia” o registro de que foi paga a quantia de 10:342\$400 à Siemens & Halske, pela instalação de luz elétrica, nas instalações da Estação Central. Temos também um número considerável de internações<sup>126</sup>, no Hospital São Sebastião, registradas na ordem do dia, no mês de março, relacionadas a doenças epidêmicas. O temporal que se abateu sobre a cidade do Rio de Janeiro, no dia 11 de março de 1901, teve em seu registro na comunicação diária, avisando da determinação de que os oficiais e praças da Corporação não poderiam tirar folga, ordem que foi decretada pelo Comandante, para assegurar os salvamentos que se fizessem necessários, diante das enchentes que assolavam a cidade.

Já a documentação recebida no ano de 1901, no tocante à preparação da instituição para as mudanças estruturais a serem implantadas nos anos vindouros, o Ministro Epitácio Pessoa, manda no dia 15 de janeiro, uma circular, ao Comandante dos Bombeiros, onde descreve-se o seguinte:

Declaro que podeis celebrar contracto com Pacheco & Silva e Cia. Para o fornecimento de objectos de expediente necessários ao consumo dessa repartição no actual semestre, pelos preços constantes da inclusa relação e de acordo com as amostras que a este acompanham.  
Livros em branco, escovas vassouras, espanadores, etc. podem ser adquiridos na Casa de Correção e no Instituto Benjamim Constant.  
Concertos de moveis devem ser feitos no primeiro estabelecimento citado<sup>127</sup>.

<sup>126</sup> A Ordem do Dia, de 11 de março de 1901, não traz o quantitativo de militares infectados, apenas descreve-se a determinação do Comandante, de se pagar ao Hospital São Sebastião, uma quantia de 830\$000. O que em relação às despesas anteriores, com o tratamento de militares, seria um valor considerável, apontando na direção de um aumento de infectados.

<sup>127</sup> Circular número 128, constante do Livro de Documentos Recebidos, do Corpo de Bombeiros, em janeiro de 1901. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Resguarda-se a grafia original.

A lista a que se refere o Ministro estava constituída por 62 itens, com uma grande variedade, passando por vários tipos de papéis, como o diplomata para carta a 2\$500, a caixa, papel Hollanda pautado, 19\$500, a resma, entre outros. Constando também uma relação considerável de envelopes. Os valores da relação iam de \$085, o produto mais barato, até 19\$500, o mais caro. Do ponto de vista da administração, o Coronel Souza Aguiar buscava investir em material.

Também a oficina da Corporação dos Bombeiros prestava serviços às instituições públicas da cidade. A “*Assistência do Material da Brigada Policial da Capital Federal*”, mandou o ofício de número 98, de 11 de janeiro de 1901<sup>128</sup>, onde solicitava que o concerto de um “*feixo de molas trazeiro do carro de transporte, e duas rodas de uma ‘Victoria’*”, nas “*Officinas do Corpo*”. O aperfeiçoamento técnico da Corporação dos Bombeiros seria usado em benefício de uma instituição do Rio de Janeiro.

Registre-se que o primeiro documento impresso, que surge na documentação pesquisada, vai aparecer neste primeiro semestre de 1901. O documento é uma proposta do Comando do Corpo, para fornecimento, durante o primeiro semestre, de artigos de escritório, composta de papel, régua, lápis, colchetes, goma arábica, tesouras, tintas, e outros. O impresso foi confeccionado na “*Typ. Jeronymo Silva & C.*”, estabelecida na Rua dos Ourives, número 40.

Não só as instituições públicas, mas também as privadas mantinham relações com os Bombeiros. No dia 11 de janeiro, dois documentos recebidos pelo Comando da Corporação, atestam que, cada vez mais, a história do Corpo, se confunde com a da sociedade carioca. O primeiro deles é o Ofício do “*Gymnasio Dramatico de Botafogo*”, que por ocasião de seu recital mensal, solicita a presença de material e pessoal necessário, para prevenção de qualquer sinistro que viesse a ocorrer, durante aquele evento.

O outro ofício era da “*Liga Brasileira contra a Tuberculose*”, para agradecer ao Comandante, por ter enviado a Banda de Música da Corporação, no dia 8 de janeiro, para tocar em um evento beneficente da Liga, no Teatro S. Pedro. Observa-se que o Presidente da Liga encerra o ofício afirmando que é o Coronel Souza Aguiar “*digno protector*” da mesma. Em tempos de epidemia na cidade, este ato bem atesta a preocupação dos Bombeiros com esta questão de saúde pública.

Os problemas também marcaram a relação da Corporação com as instituições públicas da cidade, no início de século XX. Na expansão do sistema telefônico de avisos de incêndio, o

---

<sup>128</sup> Livro de Ordens do Dia de 15 de novembro de 1890 do Corpo de Bombeiros. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Corpo instalou na Rua Haddock Lobo, esquina com a Malvino Reis, na Tijuca, um poste, para a passagem dos fios. Este poste ficou localizado muito próximo ao que o Sr. João Damaceno, Inspetor Geral das Obras Públicas, chamou de “*registro de parada de uma das linhas alimentadoras com águas do Maracanã*”, no seu ofício de número 11, de 16 de janeiro de 1901<sup>129</sup>. Nesse mesmo documento, o Inspetor Geral cobrava a retirada do poste para evitar transtornos às manobras d’água para abastecimentos da região.

Já o Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, no seu ofício de número 111, de 30 de janeiro<sup>130</sup>, mandava em anexo a duplicata, na importância de 1:100\$000, relativa ao fornecimento 20.000 kg de carvão feito ao Corpo no mês de novembro do ano anterior. Reiterava o Diretor que aquela era a terceira vez que enviava a duplicata, sem que fosse atendido no seu intento. O despacho feito a lápis, no documento, pelo próprio Coronel Souza Aguiar, determinava, ao Coronel chefe da Pagadoria Geral, que se efetuasse imediatamente o pagamento referido no ofício, e “*que se evitasse tais constrangimentos*”.

A festa popular, que representa o Carnaval, no Rio, sempre foi objeto de prevenções, por parte das autoridades, policiais, e também, dos Bombeiros, para se evitar excessos e acidentes. O jornal *O Paiz*, de 1 de fevereiro de 1901, na sua seção “Diversões”, traz, com o título “Club dos Destemidos”, a seguinte notícia:

Verdadeiramente destemidos, os distintos carnavalescos da Fábrica das Chitas preparam-se para a ruidosa victoria que lhes caberá ainda no carnaval d’este anno. O prestito dos denodados moços sairá na terça-feira gorda, e sobre elle adiantaremos (guardando a necessaria discreção) alguma coisa de interessante para o público. Além de algumas surpresas, o cortejo folião compor-se-a de quatro bellos carros alegóricos, confeccionados com apurado gosto e luxo, quatro carros de criticas sensacionaes e cerca de vinte landaus com famílias phantasiadas e ricamente adornados. Todos esses carros serão illuminados de um systema completamente novo nesta capital, além dos fogos de bengala e electricos (...) <sup>131</sup>.

Este é apenas um dos vinte e dois anúncios, editados até o dia 9 de fevereiro, sábado antes do carnaval, que se refere à animação prevista para os festejos carnavalescos na cidade. Diante desta previsão, o Delegado Chefe de Polícia, da Secretaria de Polícia do Districto

<sup>129</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício recebido da Inspeção Geral das Obras Públicas. Livro de Ofícios Recebidos, em janeiro de 1901.

<sup>130</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício recebido da Estrada de Ferro Central do Brasil. Idem.

<sup>131</sup>Jornal *O Paiz*, de 1 de fevereiro, de 1901. Resguarda-se a grafia original.

Federal, Dr. Tomás Galvão, enviou o ofício de número 909, datado de 12 de fevereiro de 1901<sup>132</sup>, solicitando ao Coronel Souza Aguiar, apoio no policiamento, nas imediações dos quartéis de bombeiros, durante as noites e os dias destinados aos “*folgedos carnavalescos*”. Tal apoio seria feito através de rondas, segundo descrito no ofício, para se evitar ou coibir abusos de foliões.

Devido ao atendimento da solicitação do Dr. Galvão, os agradecimentos vieram, também, em forma de ofício, datado de 21 de fevereiro, de número 1109, onde o delegado, além de elogiar a atuação dos Bombeiros nas rondas solicitadas, faz uma referência à importância da Corporação dos Bombeiros para a cidade do Rio de Janeiro, como uma instituição digna dos elogios.

Quando analisamos a composição étnica dos militares do Corpo por esta época, percebemos uma baixa quantidade de estrangeiros nas fileiras dos Bombeiros. Apesar da significativa participação da mão-de-obra estrangeira<sup>133</sup>, por esta época, no Rio de Janeiro, e até mesmo no Brasil, e esta é uma situação que vem de momentos que antecedem à República, como descreve Edgard Carone:

Bem antes da proclamação da República, o elemento estrangeiro prepondera numérica e ideologicamente entre o operariado: já no fim do Império, levas de imigrantes dirigem-se para as cidades ou, muitas vezes, abandonam as duras condições do trabalho agrícola para aventurar-se nas fábricas. Em outras ocasiões, técnicos e operários classificados são contratados diretamente por determinadas indústrias. Assim, grande parte da indústria é fruto da técnica e mão-de-obra estrangeiras<sup>134</sup>.

Podemos encontrar, entretanto, casos de estrangeiros, como o registrado no ofício número 243, de 2 de março, de 1901, do Encarregado de Negócios da Itália no Brasil, Sr. V. Rossi, que faz a seguinte solicitação ao Comandante Souza Aguiar:

Excmº. Senhor  
Dirijo-me a bem conhecida cortesia de V.S. Ilma. a fim de que se digne informar-me acerca de um tal Silverio Chemicata, italiano, que, segundo me foi dito, acha-se alistado entre os nomes dos músicos addidos a este Corpo, e ficarei mui penhorado a V.V. Ilma. si quisesse aconselhal-o a enviar algum recurso a sua familia residente na Italia – que se acha em estado de pobreza lastimável.

<sup>132</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício recebido da Secretaria de Polícia do Distrito Federal. Livro de Ofícios Recebidos, em fevereiro de 1901.

<sup>133</sup>Para melhor compreensão, da participação da mão-de-obra imigrante, no Rio e no Brasil, ler SARMIENTO, Erica. **Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)**. Tese Doutoral. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2006.

<sup>134</sup>CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais**. Editora Pensamento, São Paulo, 1970.

Agradecendo-lhe adiantadamente, prevaleço-me do ensejo para apresentar a V.S. os protestos de meo elevado apreço e distincta consideração<sup>135</sup>.

A ficha cadastral do músico Silverio, no Corpo de Bombeiros, o identifica como Sargento da Banda de Música, italiano e incorporado no mês de fevereiro de 1900. O que chama mais a atenção: casado com D. Francisca da Silva Chemicata, brasileira, com quem tem dois filhos. Tais informações sugerem que o Sargento Silverio, já adaptado ao Brasil, refez sua vida conjugal. Não aparece na documentação expedida pelo Coronel Souza Aguiar, neste ano de 1901, a resposta ao Sr. V. Rossi, mas num despacho do próprio punho, no corpo do ofício recebido, ele determina ao Maestro da Banda de Música, que “*faça uma apuração rigorosa*”.

A cidade do Rio, sempre vítima de chuvas torrenciais, no mês de março, protagoniza, neste ano de 1901, mais um episódio que liga a sua história à história dos Bombeiros. Quando no plantão, na noite de 9 para 10 de março, os 28 oito bombeiros presenciaram o temporal que se abateu sobre a cidade, pensaram ser apenas mais um daqueles temporais de final de verão. Porém, a forma torrencial e contínua com que se abatia a chuva, prenunciava problemas para a cidade. A previsão se confirmou. O volume d’água foi tal, que a Rua de São Cristóvão, entre a Cancela da Estrada de Ferro Central do Brasil e a Rua Francisco Eugenio foi inundada e a vida dos moradores corria perigo.

Diante do sinistro, o Tenente-Coronel Inspetor Geral do Corpo Eugenio Rodrigues Jardim, se junta a equipe de plantão, e passa a coordenar as ações de retirada dos moradores afetados, prestando os devidos socorros. Na manhã do dia 10, depois de toda uma noite de prestação de socorros, a chuva parou e era necessário contar os prejuízos. Mas o trabalho dos Bombeiros foi reconhecido pelos órgãos públicos<sup>136</sup>, responsáveis pela tranquilidade da sociedade nestes casos.

Da documentação recebida pelo Comando do Corpo de Bombeiros do Districto Federal, que se preserva no Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, resguardou-se da destruição, documentos até o mês de setembro deste ano de 1901. Deste mês

---

<sup>135</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Os Ofícios sem número remetido pelo Encarregado de Negócios da Itália. Livro de Ofícios Recebidos, do mês de março, de 1901. Resguarda-se a grafia original.

<sup>136</sup> O reconhecimento do trabalho executado pelos Bombeiros, está descrito no Ofício de número 1253, do Dr. Delegado Tomás Galvão, de 11 de março de 1901, Chefe de Polícia, da Secretaria de Polícia do Districto Federal; no relatório do Dr. Delegado da 8ª Circunscrição Urbana, de número 340; e na solicitação de menção honrosa, registrada no Ofício 1680, daquele Chefe de Polícia, onde solicita a relação dos militares que atuaram no referido temporal. Todos documentos constantes do Livro de Ofícios Recebidos, do mês de março de 1901. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

até o final do ano, perdeu-se o restante do que seria uma gama de informações capaz de identificar, cada vez mais, o cotidiano da Corporação se misturando à história da Cidade.

Até o mês de setembro, entre solicitações de apoio a festividades, de instituições religiosas tradicionais, tais como Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, para as festividades da Semana Santa; da Santa Casa da Misericórdia, para apoio ao Cerimonial do Lava-pés; da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, para a Exposição do Santíssimo Sacramento; e da V.O.T. dos Mínimos de São Francisco de Paulo, solicitando a participação da Banda de Música do Corpo, para participar nas festividades da Semana Santa, percebe-se claramente a ação dos Bombeiros, nestes cerimoniais religiosos.

Registra-se, também, até o mês de setembro de 1901, na documentação analisada, a continuidade de militares sendo afetados por doenças contagiosas, acidentes entre veículos da Corporação e companhias de tráfego da cidade, como a Companhia F. C. do Jardim Botânico. Em um Rio de Janeiro que crescia em população, e transformava suas ruas num movimento contínuo de trânsito de veículos e pessoas, uma população heterogênea em sua composição buscava superar seus problemas diários e conquistar sua sobrevivência. José Murilo de Carvalho identificou tal população da seguinte maneira:

Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha, e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (a palavra já existia). E é claro, a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo o número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República<sup>137</sup>.

No entanto dois acontecimentos devem ser devidamente destacados, nesta relação dos Bombeiros com o cotidiano da Cidade. O primeiro é o que demonstra a preocupação do Diretor da Biblioteca Nacional, com seus arquivos, quando solicita ao Ministro Epitácio Pessoa, a instalação de um posto de Bombeiros para servir, exclusivamente, à Biblioteca Nacional. O pedido é encaminhado pelo Ministro<sup>138</sup>, ao Comando da Corporação, solicitando que providencie.

O Coronel Souza Aguiar responde solicitando a intervenção do Ministro, para que seja cedida ao Corpo, pela prefeitura do Distrito Federal, a área térrea onde funciona o “*Pedagogium*”, em área anexa à Biblioteca Nacional. Ao que a Prefeitura responde

---

<sup>137</sup>CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Pág. 18.

<sup>138</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício número 411, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, datado de 26 de abril de 1901. Livro de Ofícios Recebidos, do mês de abril de 1901.

negativamente. O Ministro manda então que se escolha outro lugar, nas imediações da Biblioteca Nacional, para a instalação do dito posto. Não aparece, na documentação, o resultado da instalação ou não do referido posto, mas diante da designação de um oficial, para prestar serviço na Biblioteca Nacional, tudo indica que a Biblioteca Nacional teve a sua solicitação atendida.

O outro acontecimento é a saída do Ministro Epitácio Pessoa, substituído pelo Ministro Sabino Barroso Junior, em 6 de agosto. O Ministro faz uma declaração de agradecimentos, afirmando ter sido muito importante a colaboração do Corpo de Bombeiros, para o sucesso de sua administração. A despeito de ser ou não formalidade, a imensa gama de documentos que relaciona o Ministro com a Corporação, sugere ser uma declaração mais sincera do que formal. Já o Ministro Sabino Junior, ao fazer a sua primeira visita ao Quartel da Estação Central, em 12 de setembro, afirmou estar impressionado com a eficiência e a regularidade encontradas no quartel.

Da documentação expedida pelo Comandante do Corpo, nos meses de julho, agosto e setembro, percebe-se que surgem incêndios relatados pelo Comandante, que requeria da prefeitura melhorias nos sistemas preventivos, dando a entender que o crescimento da cidade<sup>139</sup> já alterava a rotina dos Bombeiros. Acidentes entre veículos da Corporação, bondes de passageiros, carros de carga que circulavam pela cidade, atestam que o trânsito carecia de uma ordenação diferente daquela existente até então. Os pedidos de liberação de materiais importados, na alfândega, assim como o aumento na quantidade de fardamentos, marcaram este período de três meses.

O início do século XX não deixava dúvidas quanto à transformação a ser processada. O novo Ministro da Justiça e Negócios Interiores continuava atendendo às solicitações dos bombeiros, da mesma forma que seu antecessor. Tanto que, diante do aumento dos casos de varíola que atingia os Bombeiros, foi atendida solicitação do Coronel Souza Aguiar, para que fosse nomeado Tenente Farmacêutico, Francisco Ribeiro de Almeida, a fim de substituir o Tenente Carlos Frederico da Rocha, que havia falecido acometido pela peste, no dia 19 daquele mesmo mês. Em apenas 9 dias resolveu-se a nomeação de um oficial, que diante das circunstâncias, era muito necessário, no tratamento de militares variolosos.

---

<sup>139</sup>O Rio, a Capital Federal era uma cidade composta de diferentes cidades, como afirma Jane Santucci: “a cidade das letras nas livrarias e redações, da boêmia dos cafés e tertúlias literárias, do circuito mundano dos dândis. A cidade da política no Senado Federal, de onde saíam as decisões que regiam todo o país, a cidade do comércio e da indústria em pleno desenvolvimento, cujo porto era o principal a ligar o Brasil ao mundo”. Seu crescimento representava para usas instituições públicas a necessidade de se aperfeiçoarem e se aparelharem de forma cada vez mais técnica e atualizada. SANTUCCI, Jane. **Cidade Rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. Pág. 18

Por fim, neste ano de 1901, no mês de setembro<sup>140</sup>, deve-se destacar, além dos fatos que se repetiram no cotidiano de transformações da Corporação, uma quantidade considerável de mangueiras importadas, a serem liberadas na alfândega; o número de soldados atingidos pela varíola; e os concertos efetuados pela oficina dos Bombeiros na Estação Central, para outras instituições públicas estabelecidas na cidade. Fechava-se desta forma, com o início de mudanças administrativas, técnicas e estruturais, o primeiro ano do século XX.

### **3.1.2 – 1902 – Uma eleição para curar uma cidade doente: Bombeiros e cidade buscam a cura de seus males**

As eleições presidenciais de 1902 deveriam representar a afirmação da República, e sua consagração como regime político no Brasil. Porém, mais do que isto, o futuro presidente, vai dar ao Rio de Janeiro autonomia legal, para o procedimento das transformações arquitetônicas, que marcarão a transformação da cidade, de um lugar de poucas condições de habitabilidade, de cidade pestilenta, para uma metrópole nos moldes das cidades europeias. Afinal:

Quando as finanças da República foram recuperadas pela política deflacionária de Campos Sales, sobraram recursos para as obras há muito planejadas de saneamento e embelezamento da cidade. Tudo foi feito com a eficiência e rapidez permitidas pelo estilo autoritário e tecnocrático inaugurado pela República<sup>141</sup>.

Uma transformação que atingirá também suas instituições públicas, onde se inclui o Corpo de Bombeiros.

O Presidente Campos Sales escolhe como candidato o Conselheiro Rodrigues Alves. Competiram com ele pela candidatura Quintino Bocaiuva, do Rio, Francisco Silviano Brandão, de Minas gerais, Bernardino de Campos, Rui Barbosa e José Gomes Pinheiro. O Presidente de São Paulo, que participou da Constituinte, e governava pela segunda vez seu estado, foi então eleito Presidente da República.

Oriundo do Império, e participante do Governo de D. Pedro II, o Presidente surge como capaz de dar à República, modernização e afirmação, requisitos necessários para este início de século. Gastão Pereira da Silva ao escrever sobre Rodrigues Alves, afirma que

---

<sup>140</sup> Os Livros de Documentos Expedidos do ano de 1901, só estão preservados até o mês de setembro. Os meses de outubro, novembro e dezembro não resistiram à má acomodação do Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros.

<sup>141</sup> CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das letras, 1987. Pág. 40.

Difícil será mesmo explicar o fenômeno. Rodrigues Alves sempre conservador. Rodrigues Alves sempre progressista. Visão nítida de estadista, preocupado sempre com a marcha da civilização, apresentando no Império projetos que escandalizavam as opiniões do momento, tal se viu em 73, com a apresentação de uma reforma radical do ensino primário.

Se era, porém, por índole, fiel aos princípios que ditaram a sua participação na política conservadora, seus atos, no entanto, refletiam o liberal democrata e o estadista que antes de tudo quer criar, construir e civilizar o seu país<sup>142</sup>.

A despeito de ser uma biografia, e de Gastão Pereira ser um escritor que exagera, nos elogios a Rodrigues Alves, a definição pode se encaixar na figura de um homem que ajudou na governança do período imperial, mas teve sempre ideias de vanguarda, que marcaram sua trajetória política.

Neste primeiro semestre de 1902, também ocorrerá influência do contexto político no Corpo de Bombeiros. O Coronel Souza Aguiar, participa ativamente da trajetória política da República. Ele faz parte de uma associação chamada Comissão Glorificadora<sup>143</sup>, que ainda por esta época busca enaltecer o Marechal Floriano Peixoto, como Salvador da República. Quanto a Corporação dos Bombeiros, se registrará, neste primeiro semestre, um fato que sugere uma maior participação dos Bombeiros na vida da cidade. O Delegado da 9ª Circunscrição Urbana, no dia 5 de janeiro, envia ao Corpo, ofício de número 901, onde afirma:

Seguindo determinação do Chefe de Polícia do Districto Federal requisito-vos dois officiaes desse Corpo, para como peritos, procederem a exame de corpo de delito, hoje as 2 horas da tarde, nas ruinas do predio nº 88 da Rua Dr. Aristide Lobo, que foi devorado por incendio na noite de 3 para 4 do corrente mes, devendo os peritos responderem aos quesitos que junto passo as vossas mãos<sup>144</sup>.

Três hipóteses são possíveis a partir do ofício citado. A primeira é que este ano de 1902 marca esta mudança de atitude das autoridades policiais, em relação aos incêndios na cidade. Como nos relatórios do Coronel Souza Aguiar, passam a constar os valores dos seguros dos prédios, onde ocorrem os incêndios, é possível que se desenvolva a desconfiança de incêndios criminosos, para recebimento do seguro a eles referentes.

A segunda é que, os oficiais Bombeiros conquistavam uma respeitabilidade profissional, que até então não se havia verificado. Quando eles passavam a ser os peritos dos

<sup>142</sup> SILVA, Gastão Pereira da. **Rodrigues Alves e Sua Época**. São Paulo. Ed A Noite. s.d.

<sup>143</sup> A referida Comissão Glorificadora envia a seus “correligionários”, uma Circular, em 01 de janeiro de 1902, solicitando donativos, para organização das “comemorações anuais em homenagem ao imortal Salvador da República”. O Comandante dos Bombeiros recebe, também, a circular, que consta dos Livro de Ofícios Recebidos, no mês de janeiro de 1902. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros.

<sup>144</sup> Arquivo geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Ofícios Recebidos no mês de janeiro de 1902. Resguarda-se a grafia original.

incêndios, sua qualidade técnico-profissional foi afirmada, não sendo apenas estes dizimadores dos incêndios.

Por último, o volume de solicitações<sup>145</sup> de oficiais, para procederem a perícias em prédios incendiados, demonstrava que poderia existir uma relação direta do aumento de incêndios com o crescimento da cidade, que passa a requerer uma transformação técnico-profissional do Corpo, além da melhor qualificação de seu pessoal. Uma transformação substancial no cotidiano dos Bombeiros, relacionada direta e proporcionalmente às mudanças que já ocorriam na cidade.

O crescimento da cidade relacionava-se diretamente com o crescimento populacional. As acomodações residenciais não davam conta do relevante crescimento populacional<sup>146</sup>. O crescimento do efetivo dos Bombeiros surgia como necessário para atender a este aumento populacional. Com o aumento de pessoal, problemas sociais também surgiram entre os militares da Corporação. Tais problemas eram os mesmos pelos quais passavam todos os trabalhadores da cidade. Afinal:

O movimento para submeter o homem livre pobre à sociedade ordenada pelo trabalho tem como objeto de ação direta o corpo dos despossuídos, pois estes, ao serem estigmatizados pelas autoridades policiais e judiciárias como ‘vadios’, ‘promíscuos’ ou ‘desordeiros’, podem se ver arremessados, repentinamente, ao xilindró, onde seriam supostamente ‘corrigidos’ – vale dizer, transformados em trabalhadores, por mais inverossímil que isto possa parecer<sup>147</sup>.

A República não teve o alcance que se esperava no tocante a melhorias de direitos, aos mais necessitados, CARVALHO<sup>148</sup> afirma que: *A República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis*. Os avanços, as conquistas e as melhorias proporcionadas pela instauração da República, pelo menos em primeiro momento, foram direcionados a atender uma elite burguesa dominante.

---

<sup>145</sup> Somente no primeiro semestre de 1902, tivemos entre quatro e oito ofícios, por mês, de delegacias da região central da cidade, com destaque para o mês de fevereiro, que tem nove solicitações deste tipo de perícia. No segundo semestre o volume baixa um pouco, tendo entre três e quatro solicitações de perícias. Estes dados foram coletados nos livros de ofícios recebidos do ano de 1902, do Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>146</sup> Ao analisar esta questão de crescimento da cidade, relacionada ao crescimento populacional, Sidney Chalhoub afirma que “*A demografia da cidade testemunha transformações importante em sua estrutura populacional nas últimas décadas do século XIX e na primeira década do século XX*”. CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. - 3ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. Pág. 42.

<sup>147</sup> Idem, Pág. 50.

<sup>148</sup> CARVALHO, José Murilo de. Idem. Pág. 45.

Os Bombeiros, como trabalhadores, também, foram enquadrados neste modelo burguês de dominação. O ofício do Comandante da Guarda de Vigilantes Noturnos<sup>149</sup> do 2º Distrito da Freguesia do Engenho Velho, de número 254, de 28 de janeiro de 1902, informa ao Coronel Souza Aguiar, que Gustavo Emílio da Silveira, militar do Corpo, armado com revólver, em companhia de duas praças e três civis, promoveram desordem no botequim número 9, no Largo da Fábrica das Chitas.

Comandante da Guarda relatou que, ao ser preso, o Bombeiro conseguiu evadir-se fazendo fogo contra os guardas noturnos. Ao fugir destruiu lampiões da iluminação pública, se escondendo na Rua Conde de Bomfim número 107, sendo o local vigiado por praças da Polícia, até conseguir prender o bombeiro.

Já o Dr. V. L. Ferreira, Delegado de Polícia da 1ª Circunscrição Urbana, em ofício de 2 de abril de 1902<sup>150</sup>, de número 285, relatou que por volta das 23:30hs, do dia anterior, uma patrulha da Cavalaria de Polícia, que havia recebido ordens do delegado para terminarem com “*reuniões de cantorias, e tocatas de violão*”, na Rua do Senado e imediações. Quando os policiais chegaram ao número 151, da referida rua, foram agredidos com “*palavras injuriosas e ameaças de tiros de revólver*”, pelo morador da “*casinha número 8*”, Manuel José Marques, militar do Corpo de Bombeiros.

Os bombeiros Faustino Alves de Oliveira, João Lopes da Silva e Leonel de Oliveira foram apresentados pelo Dr. Eugenio M. Alves, delegado de Polícia da Primeira Circunscrição Suburbana, pelo ofício de número 4108<sup>151</sup>, de 13 de abril, escoltados, ao Corpo de Bombeiros por, juntos com militares do exército, terem se reunido na Rua Luiz Carneiro, para bebedeiras. Ao serem abordados por um guarda noturno, passaram a agredi-lo.

Por último, no prédio ao lado da Delegacia de Polícia, da 7ª Circunscrição Suburbana, residia um grupo de Bombeiros, que observados constantemente pelos inspetores, foram classificados com comportamento inconveniente. Ao anoitecer os militares do Corpo reúnem, na residência por eles habitada, de acordo com o ofício do Delegado Dr. Camillo de Souza, de número 562<sup>152</sup>, de 17 de maio, “*rapazes, meninos e até mesmo mulheres*”, Ocorrem então “*tocatas de violão e cantarolas*”, que o delegado classificou como perturbadoras do sossego público, e ofensivas a moral. Destacando que um dos Bombeiros, inclusive, chegou a seduzir

---

<sup>149</sup> Livro de Ofícios Recebidos no mês de janeiro de 1902. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>150</sup> Livro de Ofícios recebidos no mês de abril de 1902. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>151</sup> Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Idem.

<sup>152</sup> Arquivo geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Ofícios Recebidos, do mês de maio de 1902.

uma mulher, casada com Manoel da Luz, um homem de bem e trabalhador, que foi ameaçado diversas vezes pelo militar.

Os quatro exemplos acima citados, de convivência diária dos Bombeiros com cidadãos do Rio, e de repressão policial à “vadiagem, promiscuidade e desordem”<sup>153</sup>, atestam que, o esquadrinhar das pessoas, era feito a despeito de se considerar as necessidades de lazer, e convivência social destas pessoas. Que só se deixarão dominar pelo uso da força. Daí as instituições policiais terem um papel significativo na “construção” ou “reconstrução” deste trabalhador livre, a ser enquadrado nos moldes necessários ao capitalismo.

O relacionamento do Corpo de Bombeiros, neste ano de 1902, com a cidade, também estabelece uma nova forma de ajuda mútua. Na região entre a Avenida Marechal Floriano e a Ladeira do Barroso, no Centro, não existiam instituições públicas, ou delegacias que pudessem ser responsáveis pelas chaves da caixa avisadora de incêndio, para em caso de sinistros, acionar os Bombeiros. Ficou, então, o Sr. José Pinto Madureira, comerciante estabelecido na Rua Visconde da Gávea, com a responsabilidade de guardar a chave, e no caso de incêndio, ser ele o acionador dos Bombeiros, para o combate às chamas.

Na manhã do dia 25 de julho, logo após abrir as portas de seu comércio, às 07h00min, um grande número de populares, segundo uma comunicação escrita, feita pelo Sr. José Madureira ao Comandante do Corpo, reuniu-se a sua porta, e lhe mostrando uma imensa nuvem de fumaça, cobrava dele que acionasse o Corpo de Bombeiros, com o risco das chamas tomarem conta de todas as habitações existentes na rua. Ao visualizar a densa nuvem, o Sr. Madureira não titubeou em pegar as chaves em seu poder, e, em seguida acionar os Bombeiros.

Ao chegarem ao local, os bombeiros constataram, no entanto, de se tratar de uma “*crema de colchão*”, como descreveu o solicitador do socorro. Devido ao fato de não existir incêndio ou ameaça de casas ou pessoas, o Sr. José foi levado à Delegacia de Polícia, para prestar esclarecimentos, o que de acordo com suas declarações, causou prejuízos aos seus negócios<sup>154</sup>.

A cidade e seus moradores percebiam que o Presidente eleito, anunciava o início de uma época de transformações com seu discurso de posse, em 15 de novembro de 1902, declarando o início de mudanças para o Rio de Janeiro, onde afirmou que “quando se

---

<sup>153</sup>CHALHOUB, Sidney. **Trabalho Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Capinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

<sup>154</sup>Informação constante da Ordem do Dia, de 10 de março de 1902, onde o Coronel Souza Aguiar informava aos Oficiais da Estação Central, que a chave da caixa avisadora de incêndio número 236, estava sob a responsabilidade do Sr. José Pinto Madureira, comerciante da Rua Visconde da Gávea. Livro de Ordens do Dia, do mês de março de 1902. Arquivo geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

consumarem (refere-se aos melhoramentos da cidade) poder-se-á dizer que a capital libertou-se da maior dificuldade para o seu saneamento e o operário bendirá o trabalho que lhe for proporcionando para fim de tanta utilidade (...) <sup>155</sup>.”

Transformava-se o cidadão, o trabalhador, a cidade e o Corpo de Bombeiros. As mudanças que o novo governo republicano anunciava, em seu discurso de posse, irão se mostrar apenas como uma das facetas, do processo pelo qual vai passar a cidade nos próximos quatro anos.

---

<sup>155</sup> SILVA, Gastão Pereira da. **Rodrigues Alves e Sua Época**. São Paulo. Ed A Noite. s.d. Pág. 129

## 4 VIDA ALHEIA E RIQUEZAS SALVAR – UM IDEAL A SER SEGUIDO À RISCA: CIDADE, PESTES E BOMBEIROS

### 4.1 PEREIRA PASSOS E O CORPO DE BOMBEIROS

A carreira política do Prefeito Francisco Pereira Passos esteve quase sempre atrelada aos conhecimentos adquiridos nos seus estudos em Paris, e ao que observou de transformações ocorridas, em meados do século XIX, na Paris de Georges Eugène Haussmann. No entanto, suas atividades transformadoras no Brasil tiveram um sentido diferenciado e um toque pessoal. Sua carreira na engenharia no Brasil percorreu caminhos diversificados, até se tornar conhecido por sua própria capacidade.

André Nunes de Azevedo identifica o caráter inovador do Prefeito Pereira Passos afirmando que:

Pereira Passos, engenheiro formado no espírito civilizador da educação imperial brasileira, será o principal agente no processo de reforma conduzido pelo município, proponente do imaginário da civilização. O engenheiro, então prefeito da cidade, fora homem imbuído do espírito oitocentista, amante da arte e do conhecimento científico. Passos marcaria de forma indelével esta reforma urbana, onde pôs em uso todo o aprendizado técnico, artístico e urbanístico que acumulara em inúmeras viagens ao exterior e na vasta experiência administrativa que angariara durante a sua vida como profissional da área de engenharia<sup>156</sup>.

Pereira Passos teve sua formação lastreada pelo modelo “hausmaniano”, mas criou uma marca indelével, na reforma que se estabelecerá no Rio de Janeiro, a partir de sua gestão na prefeitura. A transformação ou melhoramento da cidade do Rio de Janeiro a ser promovida pelo prefeito Pereira Passos, simultaneamente à realizada pelo governo federal, teve, indubitavelmente, um alcance maior, para se fazer daquela velha cidade colonial escravista, uma metrópole aos moldes europeus. Seria uma tarefa das quais requereria disposição técnica, política e social.

Os engenheiros seriam aqueles a serem ouvidos e respeitados, nas decisões a serem tomadas, para se substituir vielas por avenidas arborizadas, dar às habitações estética e higiene, nos moldes da “modernidade”. Neste sentido deveria haver a disposição técnica para as mudanças que começaram a ser delineadas a partir da nomeação do Prefeito Pereira Passos. Antonio Edmilson Martins Rodrigues afirma que “*o ano de 1903 é decisivo. Pereira Passos é*

---

<sup>156</sup> AZEVEDO, André Nunes de. **Entre o Progresso e a Civilização: o Rio de Janeiro nos traços de sua capitalidade**. Dissertação de Mestrado ao Curso de Mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, 1998. Pág. 155.

*indicado prefeito. Imagem viva do novo tempo, mesmo já tendo 70 anos, ele é um empreendedor, homem de comando e decisão.*<sup>157</sup>

A estratégia utilizada pelos governantes e pelas classes mais favorecidas, como os engenheiros, não se reduziu somente à elaboração e execução de planos urbanísticos, mas também na mudança de hábitos e no cotidiano dos populares, através de decretos municipais que proibiam antigas práticas, agora consideradas insalubres e de péssima reputação para a cidade.<sup>158</sup> E apesar dos populares terem tido seu local de moradia removido frente a uma reforma autoritária, desenvolveram estratégias e continuaram a disputar o espaço urbano com as elites.

O centro da cidade como um todo, após as intensas intervenções urbanas, passou por um redirecionamento da população pobre, que foi, quando possível, se alojando nos distritos próximos e de menor interesse para o Estado. O que tudo indica é que muitos daqueles expulsos dos distritos que sofreram intervenções permaneceram no centro, movendo-se, no entanto, para outros distritos e alojando-se nas encostas dos morros. Como estratégia para permanecer próximo ao local de trabalho, os populares foram lentamente ocupando locais que ainda não havia sido alvo da legislação municipal. O Corpo de Bombeiros foi envolvido neste aspecto de transformações, a partir da composição de seu pessoal de trabalho, que também fazia parte da classe de pessoas removidas do Centro, e também diante da necessidade técnica de reaparelhamento.

O trânsito de veículos que transportava mercadorias, pessoas e os carros de socorro dos Bombeiros, pelo centro comercial da capital da República, precisava se fazer fluir de maneira mais ágil, então, seria necessário vontade de se processar mudanças na estrutura da cidade.

Quem se incumbisse de tal transformação, deveria ter disposição e aval político do governo republicano, e também se dispor a enfrentar os opositores do regime, e críticos das mudanças. Ressalta-se que a maior parte das críticas direcionava-se não às reformas, e sim uma forma de se fazer oposição ao governo de Rodrigues Alves.

Quem se determinasse a proceder tal transformação arquitetônica na cidade necessitaria de disposição do ponto de vista de mudanças sociais, para arcar com a responsabilidade de retirar da segurança de suas casas pessoas humildes, pobres,

---

<sup>157</sup>RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **História da urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil** In. CARNEIRO, Sandra de Sá. SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs) *Cidade: olhares e trajetória*. Rio de Janeiro, Garamound, 2009. Pág. 110.

<sup>158</sup>BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussman tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

trabalhadores e até mesmo desempregados, sem saber onde estas se estabeleceriam a partir daí. Retirar moradores de suas casas, afastá-los da região onde, tradicionalmente, se estabeleceram, durante a formação da cidade, teria um custo social, que requeria muita vontade em executar tal tarefa.

Enfrentando tais questões, a prefeitura se dispunha a fazer da cidade uma cidade que atendesse aos novos princípios burgueses de dominação do espaço urbano, facilitando circulação de mercadorias, interligando as áreas de moradias dos trabalhadores com as áreas de produção da indústria, estabelecendo fronteiras entre as classes sociais (burgueses e proletários). Era, também, um aburguesamento das relações humanas no espaço urbano.

Sidney Chalhoub defende a ideia de arbitrariedade na administração Pereira Passos, como forma de defesa dos interesses burgueses, afirmando que:

A administração de Pereira Passos seria o apogeu deste processo, quando, por meio de uma concentração de poderes nas mãos do prefeito, desencadeia-se um período bastante violento de reforma urbanística nas áreas centrais da cidade, temperado por arbitrariedades de toda a ordem e demolidores golpes de picareta. Em apenas quatro anos, milhares de pessoas tiveram de deixar seus quartos em casas de cômodos, que foram desapropriadas e demolidas por ordem da prefeitura. Em seu lugar surgem a Avenida Central e outras ruas no centro da cidade, valorizando assim ainda mais o espaço urbano e aumentando o processo de acumulação de capital por meio de especulação imobiliária<sup>159</sup>.

Associar o autoritarismo do Prefeito, às revoltas populares, durante sua administração, sem considerar a capacidade de mobilização popular contra as injustiças do regime republicano, é um exagero, pois tira dos movimentos populares de manifestações, tinham seu caráter reivindicatório, a importância que lhe cabe. Retirar dos trabalhadores, ou dos moradores despejados de suas habitações, a sua capacidade de mobilização contra o modelo de dominação que se estabelecia, é desvalorizar o sentimento político destes movimentos. Afinal

Epítome dos movimentos de massa da época, a Revolta da Vacina mostrou claramente o aspecto defensivo, desorganizado, fragmentado, da ação popular. Revelou antes convicções sobre o que o Estado não podia fazer do que sobre suas obrigações. De modo geral, não eram colocadas demandas, mas estabelecidos limites. Não se negava o Estado, não se reivindicava participação nas decisões do governo; defendiam-se valores e direitos considerados acima da esfera de intervenção do Estado ou protestava-se contra o que era visto como distorção ou abuso<sup>160</sup>.

<sup>159</sup>CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. - 3ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. Pág. 134.

<sup>160</sup>CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das letras, 1987. Pág. 145.

Neste contexto de transformação urbanística, e insatisfações das camadas menos favorecidas, surgirá um novo Corpo de Bombeiros. Com uma relação estreita com o Prefeito Passos, e identificação com as mudanças na cidade, o Corpo de Bombeiros se modificará quantitativa, qualitativa e tecnicamente. Para buscar melhor atender a população do Rio nos moldes que a cidade agora se estrutura.

Mantendo uma correspondência com o Prefeito, o Coronel Souza Aguiar, que será substituído em 27 de julho de 1903, deixará concluídos os novos alojamentos da Estação Central, as novas acomodações para viaturas e o material de combate a incêndios; uma torre de secagem de mangueiras, uma nova enfermaria para tratamento de doentes, extensa rede telefônica e um sistema de avisadores de incêndio, fornecimento de luz elétrica, e oficinas mecânicas, para manutenção de viaturas e de todo o material do Corpo de Bombeiros. Seus investimentos em pessoal especializado <sup>161</sup>, resultou em uma economia em caixa de Rs140:000\$000, que seriam usados na compra de uma lancha. A Estação do Humaitá, estabelecida em edifício próprio, também representou considerável economia orçamentária.

Nomeado como Chefe da Comissão da Exposição Universal, que representou o Brasil em Saint Louis, Estados Unidos, o Coronel Francisco Marcellino de Souza Aguiar, foi substituído pelo Tenente-Coronel do Estado Maior do Exército Feliciano Benjamim de Souza Aguiar, seu irmão. O Coronel Francisco Marcellino foi então promovido a General, e se tornará em 1906 o substituto do Prefeito Pereira Passos, tendo a missão de concluir a reurbanização da cidade do Rio de Janeiro.

Seguindo o planejamento estabelecido por seu antecessor, o Coronel Feliciano Benjamim, protagonizou as mudanças, que a cidade em franca urbanização requeria da Corporação. Duas lanchas de combate a incêndio no mar passaram a fazer parte do conjunto de equipamentos de combate a incêndios da Corporação, a *Aquarius* e a *Dilúvio*. Sendo que esta última que já pertencia aos Bombeiros, passou por uma reforma total. O material da Corporação foi acrescido, só no ano de 1903, de:

- ❖ 2 bombas a vapor;
- ❖ 6 bombas de cisterna;
- ❖ 6 carros para transporte de pessoal e material;
- ❖ 1 ambulância;
- ❖ 1 *victória*;
- ❖ 6.030 metros de mangueira;

---

<sup>161</sup>Com a especialização das oficinas da Corporação, os Bombeiros passaram a executar serviços remunerados para outras instituições públicas dos governos federal e municipal, pelo que recebiam pagamentos que geravam a referida economia.

- ❖ 1 aparelho para alimentar caldeiras;
- ❖ 1 carrinho para mangueiras;
- ❖ 224 juntas de união de mangueiras;
- ❖ 32 esguichos;
- ❖ 26 derivantes;
- ❖ 18 requintes;
- ❖ 20 caixas avisadoras de incêndio;
- ❖ 1 máquina para tosar animais;
- ❖ 2 aparelhos para empatar mangueira.

Em relatório apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores<sup>162</sup>, o Comando da Corporação avisava que, diante do crescimento da população e da cidade, das transformações pelas quais passa o Rio de Janeiro, tinha urgência em, no mínimo, dobrar o efetivo da Corporação. O Tenente-Coronel Aguiar registrava a carência de mão de obra, que o Corpo de Bombeiros, agora numa cidade em transformação, necessitava para cumprir suas obrigações com esta “nova” cidade.

O Corpo de Bombeiros esteve envolvido nas mudanças urbanísticas, promovidas pelo prefeito Pereira Passos. Por exemplo, o alargamento de avenidas, colocaria os registros de incêndio, e as caixas avisadoras de incêndio, fora da calçada, ocupando espaço no meio das novas avenidas. Tal mudança foi objeto de uma lista de doze ofícios<sup>163</sup>, somente no segundo semestre de 1903, do prefeito ao Comandante do Corpo. Também a Inspeção das Obras Públicas da Capital Federal, órgão que administrava a organização das demolições dos prédios antigos, e reerguimento dos remodelados, manteve contato através de nove ofícios com o Corpo de Bombeiros.

Da Prefeitura do Distrito Federal, são encontrados ofícios assinados pelo próprio prefeito Pereira Passos, solicitando os seguintes serviços: remanejamento de postes e caixas avisadoras; cobrança de se retirar os fios telefônicos, apoiados em árvores, e passarem a ser colocados em postes; agradecimento pelo apoio, com mangueiras, para irrigação no calçamento de ruas; convite para a inauguração do novo calçamento, da Rua da Quitanda. Pereira Passos manteve sempre o Corpo de Bombeiros ciente das mudanças que afetavam o sistema preventivo de abastecimento de água para incêndios.

Já a Inspeção Geral das Obras Públicas do Distrito Federal, quando foi demolir o chafariz de alvenaria da Praia de Botafogo, avisou que só o faria depois que os bombeiros

---

<sup>162</sup>Relatório Anual do Comando do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal ao Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>163</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Ofícios Recebidos no Ano de 1903.

retirassem a caixa avisadora, existente no local. Se justificou o Inspetor Geral, algumas vezes, na documentação analisada, como não sendo o responsável pela falta d'água<sup>164</sup>, nos locais de incêndio, pois a nova tubulação que se instalara era a adequada. Registrou-se também ofícios com plantas dos novos encanamentos, para se estabelecer a tubulação dos registros de incêndio nas novas localizações. Temos ainda um documento do Inspetor, que se queixava e pedia providências, para que a Diretoria Geral de Higiene não utilizasse mais os registros de incêndio, para lavagem das galerias, devido ao prejuízo causado ao serviço público.

Percebe-se que a reurbanização da cidade cobrava, do Comando do Corpo de Bombeiros, uma interação técnica e operacional, com a administração municipal. A alteração da rotina do Corpo mostra-se evidente, diante das mudanças que ocorriam na cidade. As Ordens do Dia trazem várias determinações do Comandante, para que os condutores dos veículos de socorro fiquem atentos às obras executadas na cidade, e que os Oficiais de Dia sejam atenciosos e tenham respeito e consideração com os inspetores das obras públicas. Apesar de o Prefeito Pereira Passos ter poderes instituídos, para a “grande obra da cidade”, pelos menos com o Corpo de Bombeiros, mantinha considerações técnicas e profissionais. Sua formação lhe credenciava a tomar decisões, para as quais foi nomeado.

As consequências das mudanças urbanísticas na cidade, para trabalhadores, desempregados e camadas menos favorecidas, levaram ao aumento das insatisfações sociais acumuladas pelas péssimas condições de trabalho, pelo excesso de horas trabalhadas e pela exploração do trabalho feminino e infantil. O resultado do acúmulo de tantas adversidades não se demorou a se manifestar na cidade em transformação. Em agosto de 1903, registrou-se uma greve geral<sup>165</sup>, que teve início no setor têxtil e envolveu trabalhadores de outras categorias. Também o Corpo de Bombeiros se viu envolvido neste episódio.

Um documento interno do ano de 1903, intitulado “Quesitos de Incêndio”, apresentou-se como um relatório das condições de trabalho dos Bombeiros na extinção de sinistros. O “Quesitos de Incêndio”, do dia 18 de agosto de 1903, traz, entre os registros do incêndio ocorrido na Rua de São Cristóvão, número 144, a observação de que o fato foi principiado por um grevista de nome Paulo Zisgmondy. Sem maiores detalhes sobre a identidade do incendiário, o documento apenas afirma que o grevista foi preso.

---

<sup>164</sup>Giovanna Rosso Del Brenna faz um relato dos periódicos de 1903, que também reclamavam da nova tubulação, responsabilizando-a pela falta d'água, no centro da cidade. BRENNNA, Giovanna Rosso Del. Organizadora. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro: Índex, 1985.

<sup>165</sup>A denominação “greve geral” aqui utilizada, é aquela definida e discutida, por Jane Santucci. Ela descreve o envolvimento de trabalhadores de categorias diferentes nos acontecimentos de novembro de 1903. SANTUCCI, Jane. **Cidade Rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

Com relação a esta mesma greve, uma afirmação de Jane Santucci, relaciona-se como esclarecedora a este incêndio e seu propagador.

(...) A polícia interessada em desmoralizar o movimento, chegou a infiltrar “agitadores conhecidos” disfarçados de trabalhadores, que foram repelidos pelos operários. Alguns *malandros* foram contratados a serviço da polícia para promover desordens e responsabilizar os trabalhadores (...) <sup>166</sup>.

O operário, que foi considerado culpado de colocar fogo na fábrica na Rua São Cristóvão, reafirmou a existência de “*agitadores conhecidos*”. Foi preso pelos bombeiros, segundo o relatório do documento citado, devido a sua atitude suspeita. Não foi possível definir, porém, o significado de “atitude suspeita” expressa no documento em questão.

As Ordens do Dia, daquela semana em que se propagou a greve, trouxeram recomendações do Coronel Aguiar, para que os bombeiros não se envolvessem em conflitos anarquistas. Numa demonstração de que o pensamento do Comandante se identificava com o pensamento da época, de que as greves são ideias anarquistas. A questão social, produzida pelos problemas de trabalhadores, se resolvia em delegacias de polícia. Pois,

O controle social numa sociedade capitalista procura abarcar todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano: este controle se exerce desde a tentativa do estabelecimento da disciplina rígida do espaço e do tempo na situação de trabalho até a tentativa de normatizar ou regular as relações de amor e de família, passando, nos interstícios, pela vigilância e repressão contínuas dos aparatos jurídico e policial<sup>167</sup>.

Ao clima de tensão e insatisfação, se juntará o caráter demolidor do Prefeito Pereira Passos.

O lema “Vida Alheia e Riquezas Salvar”, que só será instituído mais tarde, parecia já se desenvolver no cotidiano dos Bombeiros. As vidas de trabalhadores, lutando por dignidade no seu sustento, naquele mundo burguês, em reordenação, tinham a participação dos Bombeiros para amenizar os sofrimentos, causados pelos distúrbios, daquelas horas de desentendimentos.

---

<sup>166</sup>SANTUCCI, Jane. **Cidade Rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. Pág. 151.

<sup>167</sup>CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. - 3ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. Pág. 147.

#### 4.1.1 Oswaldo Cruz e o Corpo de Bombeiros

Nomeado Diretor Geral de Higiene, em 1903, pelo Ministro da Justiça José Joaquim Seabra, o médico sanitariano Oswaldo Cruz, manteve uma correspondência oficial com o Comandante do Corpo de Bombeiros. Solicitou auxílio na limpeza de áreas declaradas infectas, ou na prestação de ajuda no tratamento de militares da Corporação, doentes vítimas da febre amarela, da varíola ou da peste bubônica. Oswaldo Cruz via nos bombeiros uma instituição de auxílio para a erradicação das doenças que vitimavam muitos cariocas.

O episódio de destruição do cortiço Cabeça de Porco, no final do século XIX, repercutiu de várias formas no cotidiano da cidade, dando o tom da política de saúde pública, que se estabeleceria, anos depois, para se transformar as condições de higiene da cidade. Sidney Chalhoub descreve e analisa as consequências da demolição do cortiço Cabeça de Porco, no final do século XIX, atribuindo ao episódio, mudanças sociais, tais como a atribuição do estigma às classes pobres, de classes perigosas<sup>168</sup>.

Oswaldo Cruz faz, então no Rio de Janeiro, sua primeira grande atuação na extinção da febre amarela e da varíola, logo após sua nomeação. A crise habitacional na cidade do Rio, do início do século XX, agravará ainda mais as condições de moradia de trabalhadores. Não tendo como viver distante de seus locais de trabalho, devido ao fato de seus salários não permitirem aumento em seus orçamentos, relacionados ao transporte diário ao trabalho, fazem com que estes se alojem, em habitações precárias. O significado que se aplica aqui a estas habitações é aquele que Everardo Backheuser utilizou para tais habitações, conceituando-as da seguinte forma:

As estalagens antigas têm um aspecto mais primitivo, mais grotesco, mais mal acabado. São ligeiras construções de madeira, que o tempo consolidou pelos consertos clandestinos, atravancadas nos fundos de prédios, tendo um segundo pavimento acaçapado como o primeiro e ao qual se ascende dificilmente por escadas íngremes, circundado também por varandinhas de gosto esquisito e textura ruinosa. Isto que aí fica resumido é o cortiço<sup>169</sup>.

As regiões preferidas são as Ruas do Lavradio, Inválidos e Visconde de Rio Branco, ruas próximas à Estação Central dos Bombeiros, o que gera convivência com os militares,

---

<sup>168</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>169</sup> BACKHEUSER, Everardo. **Habitações Populares. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J.J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906. Pág. 109.

como aqui já relatada anteriormente, causando inclusive alguns conflitos, no relacionamento cotidiano, entre os militares e os moradores.

O Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, ligado à Diretoria Geral de Saúde, de Oswaldo Cruz, no dia 24 de julho de 1903, enviou ao Comandante dos Bombeiros o ofício de número 15, que relatava o seguinte:

Tendo a repartição a meu cargo, necessidade de cinquenta baldes de lona, cinquenta cinturões, iguais aos que ahí vio o nosso Almoxarife, Sr. Paes Leme, e que são preparados nas oficinas do Corpo sob vosso Comando, rogo-vos a fineza de ordenar que nos seja fornecido esse material, que devera ser acompanhado de quatro exemplares da respectiva conta, a fim de ser efetuado o devido pagamento a esse Comando<sup>170</sup>.

O Corpo emprestava sua tecnologia de confecção de baldes de lona aos interesses da saúde pública. Oswaldo Cruz, que estabeleceu como estratégia de combate às pestes da cidade a profilaxia das áreas e habitações onde as condições de higiene eram péssimas, colocava a sua tese da salubridade<sup>171</sup> como arma de extinção. Para tal, as oficinas do Corpo participaram com a confecção de baldes de lona.

O Rio de Janeiro modernizado e urbanizado, este pensamento estava ainda fortemente presente nos setores governamentais e administrativos da capital da República. A busca dos sentimentos e dos significados do que representaram estas modificações, enquanto mudanças no cotidiano de pessoas, administradores e instituições no Brasil, representa a descoberta de caminhos que comporão a estruturação de desigualdades marcantes, na vida de classes sociais que se tornarão antagônicas, na história social do Brasil. Pois “a República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. O que foi feito já era demanda do liberalismo imperial. Pode-se dizer que houve até retrocesso no que se refere a direitos sociais.”<sup>172</sup>

---

<sup>170</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Offícios Recebidos no mês de Julho de 1903. Resguarda-se a grafia original.

<sup>171</sup>Aqui a ideia de salubridade de Oswaldo Cruz, se identifica com a descrita por Foucault, na afirmação de que: “Salubridade não é o mesmo que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível aos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no século XIX, a noção da medicina social francesa – é o controle político-científico deste meio”. FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Medicina Social**. In *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

<sup>172</sup>CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Pág. 45.

Os cubículos, casarões e cortiços, considerados oficinas da peste<sup>173</sup>, tornaram-se objeto de combate de Oswaldo Cruz, e seus agentes da saúde pública, e do Prefeito Pereira Passos na modernização da capital da República. Nesse contexto, mais uma vez o Corpo de Bombeiros foi partícipe das mudanças ocorridas na cidade, pois Oswaldo Cruz, na mesma medida em que solicitava préstimos dos Bombeiros, com a confecção de baldes, também atendia as solicitações feitas pelo Comandante do Corpo.

A solicitação de vacinas para imunização de militares foi registrada no Ofício de número 325, do Coronel Feliciano Benjamim de Souza Aguiar, de 26 de outubro de 1903. Imediatamente no dia 27, o Diretor Oswaldo Cruz, através do ofício de número 964, encaminhou cinquenta vacinas, para imunização de igual número de Bombeiros, e justificava-se dizendo que:

(...) Devido à alta necessidade de vacinação na cidade do Rio de Janeiro, muito em breve mandarei o restante das vacinas solicitadas.  
Solicito-vos a fineza de enviar-me uma relação das pessoas vacinadas, contendo nome, idade e naturalidade de cada uma<sup>174</sup>.

Destacam-se, no ofício, indícios da forma como o sanitarista catalogava informações sobre as pessoas vacinadas. Entre as estratégias do sanitarista para enfrentar as epidemias estava a vacinação e a revacinação. Era preciso registrar os dados das pessoas vacinadas, no intuito de se aplicar a segunda dose. Diante da mortalidade, estabelecida pelas pestes da cidade, eram necessárias medidas diferenciadas para se combater um inimigo tão mortal.

A participação dos Bombeiros, na campanha sanitarista neste ano de 1903, intensificou-se com uma nova estratégia, estabelecida por Oswaldo Cruz, através da Superintendência do Serviço de Limpeza Pública e Particular. No ofício datado de 16 de novembro, o Superintendente Alves Bessa, fez a seguinte solicitação: “requisito-vos um homem D’esta Corporação, para estar a meia noite no Largo de São Francisco, ou outro que determinardes, afim de abrir o registro da água para a lavagem da Rua do Ouvidor<sup>175</sup>.”

Esta forma de atacar os lugares insalubres da cidade, torna-se uma estratégia das autoridades sanitárias, muito utilizada no final de 1903, pois entre novembro e dezembro, são

<sup>173</sup>Descrição estabelecida por Jane Santucci, definindo estas moradias insalubres, e local onde se reuniam grupos de pessoas, num ambiente impróprio e inadequado, para uma sobrevivência indigna, tidas como propagadoras das pestes, por higienistas e administradores da cidade. SANTUCCI, Jane. **Cidade Rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

<sup>174</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Ofícios Recebidos no mês de outubro, de 1903. Resguarda-se a grafia original.

<sup>175</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Ofícios Recebidos, do mês de novembro de 1903. Resguarda-se a grafia original.

encontrados 28 ofícios iguais a este do Superintendente do Serviço de Limpeza Pública e Particular, com a mesma solicitação de um bombeiro, para fazer manobras nos registros de água para lavagem de rua. Importante destacar, que a rua do Ouvidor foi objeto de todos os ofícios, recebidos pelo corpo de Bombeiros. Sugerindo ser aquela rua e região um foco das doenças epidemiológicas, ou um local de tal importância onde se queria evitar a propagação das doenças.

Mesmo agindo de forma autoritária, e adquirindo impopularidade, os resultados de diminuição de óbitos superavam as expectativas<sup>176</sup>. Oswaldo Cruz mantinha sua batalha contra as epidemias, e estabelecia seus métodos a partir de resultados positivos, adquiridos em Cuba. Reconhecida cientificamente, desde 1900, a teoria do médico cubano Juan Carlo Finlay é apresentada por Santucci<sup>177</sup>, como método utilizado por Oswaldo Cruz no combate à febre amarela, na cidade do Rio de Janeiro. Era preciso concatenar as insatisfações populares, a *vacinofobia*<sup>178</sup>, e a oposição política, às medidas tomadas pelo governo Rodrigues Alves.

#### **4.1.2 1904/1905 - Uma transformação em prática: mudanças nos Bombeiros e na cidade**

Se o Rio de Janeiro do Prefeito Pereira Passos se transformava em uma cidade moderna, nos padrões europeus, o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, a partir de 1904, passará pela maior transformação técnica, profissional e administrativa de sua história. As mudanças não ficaram somente restritas ao ano de 1904, elas se farão sentir e avançarão pela primeira década de 1900. Há de se destacar os projetos iniciais de mudanças, estabelecidos pelo ex-Comandante, o Coronel Francisco Marcellino de Souza Aguiar, que, como já foi dito, tornou-se prefeito da cidade. Seu projeto irá atingir todas as áreas de funcionamento da Corporação.

O atual Comandante Coronel Feliciano Benjamim de Souza Aguiar será o protagonista das mudanças projetadas. Ele teve o apoio do Presidente Rodrigues Alves, do Ministro da

---

<sup>176</sup>Jane Santucci descreve que de 469 óbitos registrados por doentes infectados pelas epidemias, em 1902, este número cai para apenas 39 casos, em 1903. Levando o escritor Olavo Bilac, em sua coluna do jornal *Gazeta de Notícias*, a declarar sua incredulidade com o fato. SANTUCCI, Jane. **Cidade Rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

<sup>177</sup>. SANTUCCI, idem.

<sup>178</sup> Pensamento discutido por Chalhoub, onde defende que a mesma é oriunda, do século XIX, onde, principalmente, negros escravos ou livres tinham a convicção de que as doenças resultavam de alguma violação espiritual, e, conseqüentemente, a cura também deveria ser obtida pela via espiritual, daí a fobia a certos tratamentos alopatas, que poderiam interferir na relação das pessoas com seus deuses. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Justiça J.J. Seabra, e do Prefeito Pereira Passos, no tocante à desapropriações para instalação de novos quartéis, assim como o apoio na instalação de canalizações novas.

A mudança da cidade se fazia sentir no cotidiano do Corpo de Bombeiros, de tal forma, que o Coronel Aguiar, justificando o seu pedido de orçamento, para 1904, dizia que:

A cidade do Rio de Janeiro considerada sua área e o numero de habitações é uma das que apresentam estatísticas mais favoráveis em relação ao numero de incendios. Os prejuízos, portanto são proporcionais, havendo da parte das Companhias de seguros grandes vantagens, como de facto se verifica pelo elevado numero das que aqui funcionam, nacionais e estrangeiras<sup>179</sup>.

Segundo o Comandante, investir em seguros na cidade era um bom negócio, mas investir em prevenção seria uma forma de se evitar perdas de vidas. Essa era a sua conclusão no relatório que seguia em anexo à proposta orçamentária<sup>180</sup>. O atual lema dos Bombeiros: “*vidas alheias e riquezas salvar*”, parecia já presente no imaginário do que deveria ser o Corpo.

As obras nas ruas da cidade mudavam a rotina dos Bombeiros. Os registros de incêndio instalados nas calçadas, onde se alteravam as larguras das ruas, precisavam ser trocados. Uma prova disto é que entre os anos de 1904 e 1905, a quantidade de registros de combate a incêndio, passou de 19 para 90, só na área do Centro da cidade. Foram mudados de local no mesmo período 21 registros de incêndio, e passaram a existir, do total de 1923 no ano de 1903, um número de 2011 em 1905<sup>181</sup>. Em toda a cidade, considerando-se as novas áreas que estavam sendo ocupadas, tais mudanças demandavam melhorias na qualidade técnica operacional do Corpo. Para acompanhar o processo pelo qual passava a cidade, era preciso se aperfeiçoar.

A mudança técnico-profissional implementada ocorrerá a partir das oficinas, instaladas na Estação Central, do antigo Campo da Aclamação, já por essa época Praça da República. A expansão da oficina, no ano de 1904, ocupou o local onde hoje se encontra o Museu Histórico do Corpo de Bombeiros. Foi criada uma oficina de máquinas, com pessoal especializado como “*limadores, ferreiros, serralheiros, torneiros, ajustadores*”, num total de 115 bombeiros, que além de suas atividades técnicas, também trabalhavam na extinção de incêndios, quando escalados de prontidão.

---

<sup>179</sup>Proposta Orçamentária do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal para 1904. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Resguarda-se a grafia original.

<sup>180</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Idem.

<sup>181</sup>Relatório da Seção de Manutenção de Registros de Incêndio de 1905. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

O Comandante dizia-se orgulhoso em ter confeccionado nesta oficina 8674 peças, que produziram, devido aos trabalhos para outras instituições Rs:99:439\$821, uma economia considerada pelo Coronel Aguiar, um importante investimento, a ser utilizado pelo Corpo, para o aperfeiçoamento e melhoria das condições de trabalho dos militares.

Criou-se também uma “*secção de segueiros e carpinteiros*”, profissionais especializados na manutenção de rodas e arreios dos veículos do Corpo. Dezenove Bombeiros passaram a fazer concertos em rodas para os carros, além de reparo de rodas danificadas pelo estado do calçamento em obras nas ruas da cidade, “*embuchamento*” de rodas, capuzes para os animais, cabos de ferramentas, entre outras atividades.

A oficina de correeiro tornou-se um setor a parte, com a missão de corrigir os defeitos causados pelas ruas, nos carros de socorro. O Coronel Aguiar, ao solicitar o aumento de pessoal neste setor, ao Ministro J.J. Seabra, afirmou:

A officina de correeiro é uma das mais oneradas de trabalho pela circunstancia de estarem as peças de muito sujeitas a estragos, devido as obras que ora a Prefeitura processa na cidade. Nella operam sómente 7 praças. O numero de artigos confeccionados, ou concertados elevou-se de 11043 para 37537, o que da origem a nossa solicitação (...) <sup>182</sup>.

Uma cidade em obras, com mudanças estruturais e urbanísticas, certamente prejudicava as viaturas, mas as ruas velhas com calçamentos ultrapassados, também foram responsáveis pelos problemas dos Bombeiros e das suas viaturas. O novo Rio que surgia, cobrava dos Bombeiros mudanças na estratégia de manutenção de suas viaturas. O Comandante dos Bombeiros demonstrava uma preocupação, até mesmo com os animais de tração dos carros, pelo que podemos notar em seu ofício de número 231, datado de 22 de agosto de 1904, onde afirmava:

O elevado numero de vehiculos mantidos para o bom desempenho dos serviços affectos a Cororação exige um grande effectivo de muares em bom estado e acostumados à rapidez de atrelagem e de transporte. Os animaes de promptidão, isto é, os arriados e prontos a tirarem os carros logo que é recebido aviso de incendio, são obrigados a 24 horas de permanencia nas baias, tanto na Central como nas Estações. No dia de folga vão fazer serviço de caminhões e outros, para não ficarem entorpecidos e muito pesados (...) <sup>183</sup>.

---

<sup>182</sup>Proposta Orçamentária do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal para 1904. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Resguarda-se a grafia original.

<sup>183</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Offícios Expedidos de agosto de 1904. Resguarda-se a grafia original.

Ampliou-se também a “*officina de telegraphistas*”, que segundo o Coronel Aguiar, tinha sempre muito trabalho, devido aos constantes defeitos nas caixas avisadoras de incêndios e nas linhas telefônicas. Mais uma vez, as obras das ruas da cidade tiveram influência na rotina dos Bombeiros. Estabeleceu-se um sistema de inspeção diária<sup>184</sup>, com rodízio de 15 bombeiros, para verificação em local de obras, principalmente, e pelas ruas da cidade, das caixas avisadoras de incêndio, e das linhas telegráficas, que necessitavam de manutenção ou reparo.

À “*officina de pintura*”, alocaram-se doze militares, em vez dos seis existentes. A mudança deveu-se ao fato de, além das pinturas de manutenção das viaturas, passou também o setor a pintar as casas novas, destinadas aos oficiais, que foram construídas nas imediações da Estação Central. Também não se pode esquecer que a obra de remodelação da Estação Central demandou uma quantidade relevante destes profissionais. Assim como também aconteceu, para se justificar o aumento de pessoa na “*officina de pedreiros*”, de seis para dezesseis militares daquela especialidade.

A “*officina de electricidade*” foi a única que manteve o número de profissionais em suas dependências, apesar do aumento do investimento a ela destinado, do orçamento do Corpo. Era em 1903 de Rs:14:639\$000 e passou para Rs:22:309\$600 em 1904. A justificativa apresentada, pelo Comando, foi a instalação do sistema elétrico da Estação Central. Para o baixo quantitativo de pessoal, o Coronel Aguiar se justificava, dizendo não haver para estas funções mão de obra qualificada.

Finalmente, o parque de oficinas da Estação Central passou a contar neste ano com uma “*officina de ferradores*”, que também eram encarregados dos serviços de medicamentos e trato dos mueres do quartel. Não constando registro de veterinários nas fileiras da Corporação, por esta época, o serviço destes profissionais representava a manutenção da frota funcionando em perfeito estado de saúde.

Obras na cidade representam obras na Estação Central dos Bombeiros, mudanças urbanísticas nas ruas, representam transformação técnico-profissional dos militares bombeiros, mudanças do gabarito dos prédios indicam aperfeiçoamento das condições de combate a incêndios. Cidade e Corporação misturam suas histórias de mudanças, num período singular para ambos.

---

<sup>184</sup>Ofício sem número do Comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal ao Major Bombeiros Chefe do setor de manutenção de caixas avisadoras. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

O tratamento dos militares afetados pelas epidemias e dos acidentados em serviço não foi esquecido no remodelamento do quartel da Estação Central. A obra, inaugurada em 23 de maio de 1908, teve seu planejamento arquitetônico já enquadrado dentro dos novos moldes estabelecidos pela prefeitura. Com padrões de saneamento e recolhimento de esgoto modernos, o edifício principal destinava-se às diversas seções administrativas, salas para secretarias, gabinete do Comandante, museu, biblioteca, contadoria central, corpo da guarda e entrada e saída de veículos. Esta era a parte do edifício que dava para a Praça da República. No lado que dava para a Rua do Senado estavam os alojamentos, dormitórios, hospital, instalações de luz e força, higiene das construções, cavalariças, cozinha e rancho.

A transformação da enfermaria em hospital mostrava a preocupação do Corpo com seus doentes. O Coronel Aguiar pensava em um hospital, para tratamento dos militares do Corpo, um local próprio, fora da agitação produzida dia e noite, na Estação Central, que perturbava o descanso e a recuperação dos doentes. Tal afirmação se constatou através da solicitação do Comandante de uma nova área para construção de um novo hospital:

Em se tratando da antiga pharmacia agora hospital, instalado no predio que forma a frente que do quartel para a rua do Senado, esses ediffícios não teem as proporções nem as commodidades precisas para o movimento dos doentes, depositos de drogas e aviamento de receiturario. Conviria fazer-se uma sala apropriada para operações, junto a enfermaria de cirurgia; construir um deposito, para os cadaveres, onde também em certos casos podem ser feitas autopsias; ter compartimentos isolados para tratamento de molestias contagiosas, gabinetes para tratamentos electrotherapico; enfim, introduzir os melhoramentos recomendados em um hospital moderno.

(...) Reflectindo sobre o local em que se encontra o hospital, talvez fosse mais conveniente mudal-o definitivamente para outro ponto. Durante o dia o barulho das officinas, dos ensaios da banda de musica e de cornetas, a noite os alarmas, as sahidas e entradas do material de incendio, os toques de corneta, tudo isto que não pode ser evitado, nem remediado concorrerá de certo para o desasosego e mal estar dos doentes communs, e será um verdadeiro suplicio para aquelles atacados de molestias graves cujo estado exija absoluto repouso<sup>185</sup>.

A Estação Central dos Bombeiros era outra, integrando-se a uma nova cidade que se reformulava pelos padrões burgueses, a ideia de reformulação aqui apresentada, é estabelecida com base na discussão feita por Antonio Edmilson Martins Rodrigues, para determinar os limites de regeneração pelos quais a cidade passava nestes anos iniciais do século XX<sup>186</sup>.

---

<sup>185</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ofício de número 246, de 8 de dezembro de 1904. Livro de Ofícios Expedidos, de dezembro de 1904. Resguarda-se a grafia original.

<sup>186</sup>. RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *História da Urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil*. IN. CARNEIRO, Sandra de Sá, SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

A transformação das instalações e dos prédios, de ambas, dava sentido ao Rio que deixava de ser uma cidade dos moldes coloniais, inserindo-se na modernidade destes novos tempos.

A população do Rio não se manteve passiva diante das mudanças que aconteciam na cidade. Os desalojados, os desassistidos, toda gama de pessoas que se viam prejudicadas de alguma forma pelas mudanças, irá, neste ano de 1904 direcionar toda a sua frustração contra os ditames ditatoriais do Prefeito Pereira Passos, e do Sanitarista Oswaldo Cruz. Já no carnaval daquele ano imaginavam-se conflitos e depredações. Giovana Rosso Del Brenna, apresenta uma entrevista do Prefeito Passos, quando passada as comemorações, ao jornal *Gazeta de Notícias*, onde o entrevistador e o entrevistado declaram o seguinte sobre os acontecimentos:

Tivemos hontem com o Dr. Passos uma pequena entrevista, improvisada ás pressas, mas que não deixará de parecer interessante aos nossos leitores.  
 - O doutor – dizíamos nós – deve estar satisfeito com o que se succedeu durante o Carnaval.  
 - A policia e os funcionarios municipaes, prepostos á vigilancia bem.  
 - Cumpriram disse o Prefeito. Mas o senhor comprehende facilmente que si a população se decidisse realmente a jogar o entrudo nem todo o exercito e toda o functionalismo municipal conseguiriam nada. Haveria desordens, prisões, conflitos. É preciso, portanto, antes de tudo, reconhecer que o merito não é nem meu, nem das autoridades: é do povo (...) <sup>187</sup>.

Os conflitos que aconteceram em novembro de 1904, foram o resultado de um conjunto de insatisfações acumuladas. A Revolta da Vacina, como ficou conhecida, desencadeou manifestações contra autoritarismo do prefeito, a insatisfação com a condição social dos desassistidos da República, e o repúdio à vacinação obrigatória de Oswaldo Cruz. Esse ano de 1904 deixou a marca da insubordinação popular, quando os seus limites de aceitabilidade forem ultrapassados.

O ano de 1905 acentuou as mudanças no cotidiano do Corpo de Bombeiros da Capital Federal. A Corporação viu sua rotina ser afetada de diversas formas, mas também alterou a rotina de algumas instituições da cidade. A Companhia Telephonica foi uma dessas instituições.

No dia 11 de julho de 1905, o Coronel Feliciano Benjamim de Souza Aguiar, enviou ao Gerente da Companhia Telephonica o officio de número 234, onde se lia:

Peço vossas providencias para que sejam retiradas duas linhas dessa Companhia, que partem de um poste da rua do Senado para ligar um aparelho telephonico

---

<sup>187</sup>In. BRENNNA, Giovanna Rosso Del. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II** (organizadora). Rio de Janeiro, Index. 1985. Pág. 149.

existente em um dos predios da rua dos Invalidos, por estarem, esses fios, interrompendo a construção dos predios, pertencentes a este Corpo, n'aquella rua. Saúde e fraternidade (Assignado)<sup>188</sup>.

A construção do novo quartel da Estação Central do Corpo de Bombeiros, nos moldes arquitetônicos estabelecidos pela prefeitura, requereu de instituições como a Companhia Telephonica, as mudanças na sua estrutura operacional.

Outro fato que uniu a rotina da cidade à do Corpo de Bombeiros, foi o aumento de casos de tuberculose que afetou afetar seus contingentes. Com relação ao aumento dos casos na cidade era manifesta a preocupação de Oswaldo Cruz quando afirmou:

É preciso eliminar os mosquitos e identificar os portadores da doença, estabelecendo medidas enérgicas contra os sonegadores da doença. Para que essa repressão possa ser rápida e proveitosa, conviria destacar, para junto da repartição sanitária um representante do Poder Judiciário, encarregado de tornar efetivas essas medidas repressivas no mais curto prazo de tempo possível, de modo que a punição do delito venha a ser tão rápida quanto deveria ter sido o cumprimento, do dever ora menoscabado<sup>189</sup>.

Para tal, o Comandante do Corpo importou, para reforço da farmácia e do hospital da Estação Central, produtos medicinais. Devido à urgência da situação o Coronel Feliciano Aguiar solicitou ao Sr. Honório Alonso Baptista Franco, Inspetor Geral da Alfândega, o seguinte:

Peço vossas providencias para que sejam despachadas, livres de direito, dous volumes com os n<sup>os</sup> 6e 7e a marca Corpo de Bombeiros Rio contendo produtos medicinais para a phamacia deste Corpo no valor L.9.8.5 ou Rs 185\$416 ao cambio de 12 dinheiros, vindo de Londres no vapor Tyme, entrando neste porto a 7 do corrente. Saude e fraternidade (Assignado)<sup>190</sup>.

E a preocupação do Comandante com a tuberculose levou-o a criar, através do decreto 6432, de 27 de março de 1905, o cargo de “agregado”, para legalizar a situação dos militares em tratamento da doença, que era longo, e não perderem os seus sustentos. O artigo 162 decretava que, depois de dois anos, as praças que adquirissem tuberculose pulmonar, passariam a condição de “agregadas”, recebendo apenas o soldo. Se no final de dois anos de tratamento, não tivessem se restabelecido, teriam decretadas a sua reforma, recebendo o soldo por inteiro.

<sup>188</sup>Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Offícios Expedidos do mês de julho de 1905. Resguarda-se a grafia original.

<sup>189</sup>SCLIAR, Moacyr. **Oswaldo Cruz: entre micróbios e barricadas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Rio Arte, 1996. Pág. 21.

<sup>190</sup>Idem. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Os problemas da cidade eram, também os problemas da Corporação. A falta d'água na Estação do Catete foi registrada pelo ofício número 259, de 3 de agosto de 1905, do Comandante onde ele solicitava do Sr. Luiz Van Erven, Inspetor Geral das Obras Públicas, providências urgentes, para que o problema da falta de água, no quartel do Largo de São Salvador, que já durava três dias, fosse resolvido. É possível se concluir, que este seria um problema, que também afligiria a população da região.

As obras da Avenida Central tiveram, também, a participação da Corporação dos Bombeiros. André Gustavo Paulo de Frontin, Engenheiro Chefe da Comissão Construtora da Avenida Central, recebeu do Coronel Feliciano, o ofício de número 283, de 21 de agosto de 1905, apresentando recibo de material confeccionado nas oficinas da Corporação, e solicitando o pagamento do mesmo. Quanto ao material, referia-se à mangueiras de lona forrada e juntas de união. Vale ressaltar, neste episódio, que o Coronel afirma que o fornecimento de material, para a construção da Avenida Central, neste mês de agosto, quadruplicou.

Aumentou também, consideravelmente, neste ano de 1905, os casos de incêndios na cidade. A Corporação apresentava como justificativa o aumento populacional, as novas áreas habitadas e com residências, estabelecidas em locais, ainda sem quartéis, como Copacabana, por exemplo<sup>191</sup>. Um quadro anexo ao Relatório Quinquenal, de 1905, apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, apresentava os seguintes dados:

**Tabela 02** – Classificação dos Incêndios entre 1901 e 1905

ANOS	CLASSIFICAÇÃO DOS INCÊNDIOS						TOTAL/ANO
	GR	MD	PQ	INSIG.	CHAMINÉ	A BORDO	
1901	7	8	19	27	3	-	64
1902	10	14	21	25	8	3	81
1903	25	12	6	35	12	1	91
1904	18	12	7	13	13	2	65
1905	19	23	6	32	8	2	90

**Fonte:** Relatório Quinquenal apresentado ao Sr. Ministro da Justiça e negócios Interiores em 1905

<sup>191</sup>Tal justificativa foi apresentada ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores J.J. Seabra, no Relatório Anual em 1905. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Rio de Janeiro.

Analisando a tabela apresentada no relatório, de imediato o principal destaque é o substancial crescimento dos incêndios classificados como médios, que passam de 12, nos anos de 1903 e 1904, para 23 em 1905. Não é apresentada, no relatório do Coronel Feliciano, uma justificativa conclusiva, mas o aumento populacional, as novas indústrias que se estabeleceram na cidade, e a ocupação de áreas suburbanas e da zona sul, podem estar na lista dos motivos que geraram o aumento dos incêndios.

Em Copacabana, por exemplo, o Comandante dos Bombeiros manifestou, em agosto deste ano de 1905, ao Diretor Geral dos Telégrafos, Caetano Cesar de Campos, através do ofício número 289, de 22 de agosto, sua preocupação com o crescimento de ocorrências no bairro, da seguinte forma:

Tendo este Comando registrado o aumento de ocorrências de incêndios em Copacabana, e vendo a necessidade de se instalar um avisador de incêndio na Praça Malvino Reis, e existindo na extensão a percorrer postes pertencentes a essa Repartição, venho solicitar de V. Ex.<sup>a</sup>. as necessárias ordens para que seja dada licença para nossas linhas passarem por aqueles postes. Em tratando-se de um serviço de união e de salvação publica espero que V. Ex.<sup>a</sup>. responda favoravelmente. (Assignado).

Copacabana já possuía uma fiação instalada para telégrafos. O Decreto 561, de novembro de 1905 aprovava os planos de construção da Avenida Atlântica e o crescimento habitacional manifestava cada dia seu aumento no bairro. Eram estes os fatores que lastreavam as preocupações do Coronel Feliciano.

Na mesma proporção que as obras da cidade avançavam e provocavam agitação nas ruas do Rio, a remodelação da Estação Central tomava vulto, e se direcionava a sua etapa de conclusão. O Comandante tinha pressa para terminar a remodelação, pois pretendia inaugurá-la em 15 de novembro de 1906<sup>192</sup>. E as transformações da cidade, algumas vezes chegavam a perturbar a rotina da Corporação, conforme o declarado, no ofício direcionado ao Prefeito Pereira Passos, de número 513, de 14 de setembro de 1905, onde o Comando dos Bombeiros, solicitava medidas urgentes ao fato de as obras de calçamento da Praça Tiradentes, estarem prejudicando o “*serviço de registros de incêndios*”, existentes naquela região para combate a sinistros.

---

<sup>192</sup>O Coronel Feliciano assim o declarou, no ofício 291, de 24 de agosto de 1905, onde solicitava um aumento de Rs.120.000\$000, para a conclusão da obra e inauguração ainda no mandato do Ministro J.J. Seabra. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

#### 4.1.3 1906 - Conclusão de uma obra, continuação de um projeto

Em 1906, concluía-se o mandato presidencial de Rodrigues Alves, e, também o do prefeito Pereira Passos. Tentava-se avançar, ao máximo possível, na execução das obras a cargo do governo federal e municipal, na tentativa de se prestar conta dos transtornos ocasionados e de amenizar as insatisfações que aumentavam em todos os setores da sociedade carioca.

A imprensa continuava sua oposição ao Prefeito, publicando sistematicamente crônicas que criticavam as atitudes do administrador da cidade. A oposição legislativa tentava barrar as iniciativas presidenciais, de aprovação de novos projetos de envio de verbas e empréstimos ao Rio, sem êxito. Os mandatos presidencial e do prefeito da cidade não serão conclusos nessa legislatura e as transformações iniciadas neste mandato passarão para a próxima vigência. Giovanna Rosso del Brenna faz uma ampla exposição dos aspectos da oposição da imprensa através de charges e caricaturas em manchetes de jornais a respeito das medidas e atos do prefeitos. Relaciona também uma série de medidas tomadas pelo legislativo na intenção de postergar o poder de decisão de Pereira Passos.<sup>193</sup>

O Corpo de Bombeiros também continuará suas mudanças e transformações neste ano de 1906. As obras da Estação Central continuaram em ritmo acelerado; começavam as obras de adequação da Estação de Bombeiros do Humaitá, que se tornaria um importante quartel, no atendimento de ocorrências, na região onde a cidade cresce vertiginosamente, por esta época, Oswaldo Porto Rocha no quinto capítulo de seu trabalho “A Era das Demolições”, com o título “Palmeira do mangue não vive na areia de Copacabana”, expressa o crescimento da região ao redor do Centro da cidade, que por esta época ganha importância para locação das famílias das classes burguesas<sup>194</sup>. A importação de equipamentos profissionais efetivou o registro de novos materiais; aumentou-se o número de aparelhos de registros de incêndios, espalhados pelas novas calçadas da cidade, assim como novas caixas avisadoras foram instaladas em Botafogo, Copacabana, Vila Isabel, Meier e outros novos bairros que surgiram com a remodelação da cidade.

A documentação do Arquivo Geral do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro, referente ao ano de 1906, se limita ao segundo semestre. Entretanto, neste acervo

---

<sup>193</sup> BRENNNA, Giovanna Rosso Del. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro: Index, 1985.

<sup>194</sup> ROCHA, Oswaldo Porto, e AQUINO, Lia de. **A Era das Demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro: 1866-1906**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

aparecem 24 ofícios trocados entre o Comandante do Corpo de Bombeiros e o Inspetor Geral das Obras Públicas, a Luiz Van Erven. Pode parecer este um número insignificante de ofícios para um semestre, mas se comparado aos ofícios enviados ao Prefeito Pereira Passos, no mesmo período (08) ou ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, a quem o Corpo de Bombeiros respondia todos os seus atos (18) a quantidade de ofícios enviada ao Dr. Van Erven, sugere que as obras públicas na cidade, influenciavam diretamente na rotina cotidiana e administrativa da Corporação.

Como se tais fatos não bastassem, a comunicação documental, no semestre analisado, entre o Corpo e a Inspeção, só foi superada pela comunicação do mesmo tipo, com a Diretoria de Contabilidade do Tesouro Federal. Fato que talvez se justifique pela quantidade de verbas extras solicitadas pelo Coronel Aguiar para as obras da Estação Central, de adequação da Estação do Humaitá e compra de novos equipamentos para o Corpo, que ocorreram no segundo semestre de 1906.

No entanto, nesse mesmo ano ainda reservava outras preocupações: as doenças contagiosas que ainda matavam muitas pessoas, entre elas os bombeiros. O Comandante manifestou sua preocupação ao escrever seu relatório<sup>195</sup> de final de ano, de 1906 também de seu final de mandato, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores J.J. Seabra, onde descrevia que:

Sem duvida muitas das molestias contagiosas são adquiridas fora do quartel nas habitações insalubres que occupam com suas famílias. A tuberculose, porem, figura relativamente com grande número de victimas.

Já em outra ocasião salientei que as causas principaes residem na propria natureza dos trabalhos da profissão, na parca alimentação que tomam as praças desarranchadas e, muitas vezes, no uso inmoderado de bebidas alcoólicas que, embora não produzindo embriaguez, concorrem para depauperar os organismos, predispondo-os ao terrivel mal. Sobre a alimentação estou providenciando para fazer a cosinha no quartel e nas estações, de modo que possam todas as praças ter refeições abundantes e sadias<sup>196</sup>.

Alguns aspectos do relatório do Coronel Aguiar merecem ser destacados:

Primeiro, ele inclui os Bombeiros entre aqueles moradores do Rio que vivem em condições insalubres, quer nas regiões do Centro da Cidade, nos casarões, próximos a Estação Central e outros quartéis das redondezas, habitados por pessoas humildes de baixo poder aquisitivo; ou nos cortiços também localizados em regiões próximas ao Centro.

<sup>195</sup>Relatório Anual apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>196</sup>Idem, Arquivo Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Resguarda-se a grafia original.

O segundo aspecto está relacionado com o tipo de trabalho e a alimentação inadequada. Ambos eram fatores que aumentavam muito os riscos de contaminação dos Bombeiros por estas épocas de epidemias na cidade. A situação dos militares agravava-se devido ao alcoolismo, que de acordo com o Comandante, parecia ser, também, outro problema a ser solucionado, na questão da saúde de seus comandados.

Finalmente, ele apresenta como um paliativo ao problema duas medidas importantes para o futuro da Corporação: a construção de uma cozinha, para a confecção de refeições para os militares, proporcionando assim uma alimentação mais saudável e em quantidade maior, para atender as necessidades de seus militares; e a conclusão da obra de ampliação do hospital, já aqui citada por nós, com o aumento de oferta de leitos, aumento na capacidade de tratamento dos doentes, e, *a posteriori*, a construção de um hospital fora das instalações da Estação Central.

Ao findar o ano de 1906, permaneceu no Comando do Corpo de Bombeiros do Districto Federal o Coronel Feliciano Benjamim de Souza Aguiar, até 1912. Ele foi o responsável pela conclusão e inauguração das obras de remodelação da Estação Central, projetada e iniciada pelo seu irmão e antecessor, agora Prefeito da Cidade, Coronel Francisco Marcellino de Souza Aguiar.

A Corporação dos Bombeiros passou entre os anos de 1902 e 1906, assim como a cidade do Rio de Janeiro, por momentos decisivos na sua remodelação. Suas histórias se confundiram num cotidiano de transformações arquitetônicas, na cidade, e técnico-profissionais nos bombeiros. Porém, aquela influenciou nesta, de forma a moldar seu comportamento profissional, com uma tradição que envolve a capitalidade característica da cidade. Mas a cidade, também, teve, por sua vez, a influência do *status* técnico do Corpo de Bombeiros, ao se adequar às normas de segurança que deveriam estar presentes no dia-a-dia da municipalidade. Era o cotidiano de uma cidade em transformação agindo e transformando a Corporação de Bombeiros.

## 5 CONCLUSÃO

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro criado no Império, com objetivos específicos de combater incêndios residenciais em chaminés, inseriu-se no cotidiano e na história da cidade. Desenvolvendo uma trajetória de estruturação profissional e militar, a partir da segunda metade do século XIX, a corporação busca sua identidade de acordo com o perfil histórico da cidade do Rio de Janeiro.

Os bombeiros conquistaram *status* de militarização, na medida em que a cidade afirmou a sua capitalidade no Império. As fileiras da corporação se aperfeiçoaram com a inserção de engenheiros provindos do Exército, moldando no século XIX as características que marcariam a história cotidiana dos seus militares.

No cotidiano da cidade e na sua história como um todo a corporação dos Bombeiros esteve envolvida em aspectos, muitas vezes, nem sempre inerentes a sua função de extinguir incêndios, como no policiamento de rua, na lavagem de prédios públicos, e na participação da causa de escravos fugitivos. Outra característica da Corporação que merece ser ressaltada foi a utilização de escravos da Casa de Correção nos primeiros anos de sua formação, para compor suas fileiras.

A utilização de mão de obra estrangeira, com a presença de imigrantes, também fez parte do cotidiano dos bombeiros, não como uma constante, de acordo com a documentação analisada, mas como no episódio analisado neste trabalho, uma mostra de que a composição do pessoal da corporação foi diversificada, com componentes oriundos de outras províncias, de fora do Brasil, e de ex-escravos.

As epidemias que assolavam a cidade promoveram baixas também no quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros. A necessidade de se estabelecer uma enfermaria, na Estação Central, fez-se uma prioridade administrativa. Mas desenvolveu-se na corporação, no início do século XX, a preocupação de se criar um hospital com acomodações mais adequadas, em local mais apropriado, e próprio para o tratamento adequado dos bombeiros.

A ação dos bombeiros esteve presente quando substituiu trabalhadores em greves, quando tais trabalhadores manifestaram suas insatisfações com o regime republicano. A corporação não teve somente seus aspectos técnicos e profissionais envolvidos no cotidiano da cidade, nas questões sociais ela também se fez presente, tanto na substituição de trabalhadores grevistas, quanto no socorro das populações mais necessitadas nos desastres naturais.

Daquele Corpo fundado por Moraes Antas, até chegar ao Clã Souza Aguiar<sup>197</sup> as mudanças devem ser consideradas e entendidas, de forma a se entender a montagem de uma Corporação pertencente a uma cidade, com características diferenciadas das demais no Brasil. Uma cidade que

Com efeito, durante o II reinado (...) viu crescer não somente sua infraestrutura e população, como também a efervescência da sua vida social e cultural. Foi a época dos salões eruditos e das rodas de literatos das novas confeitarias cariocas, das palestras e discussões públicas sobre temas científicos e artísticos, da inauguração de novos teatros, além de marcar o período de maior intensidade e tolerância na vida política da cidade<sup>198</sup>.

O Rio de Janeiro já por esta época apresentava seu diferencial, de capitalidade, sua prosperidade. O Corpo de Bombeiro com o crescimento da cidade tomou medidas de aperfeiçoamento técnico e projetou mudanças para a cidade nas áreas técnicas e de segurança.

No final do século XIX e início do século XX, o Rio vive o paradigma da mão de obra, que, neste momento de transição do Império para a República, faz a diferença ente a manutenção ou a dissolução do modelo monarquista. A corporação participou ativamente deste momento de transição do escravismo para o trabalho livre. A manifestação em favor de um fugitivo, que buscou em suas fileiras refúgio contra o regime escravista, exemplifica a ação dos bombeiros nesta página da história brasileira.

Na transição do Império para a República, foram marcantes as semelhanças que os dois modelos governamentais apresentaram em suas estruturas. O sistema político e as estruturas econômicas se confundem como se não tivessem sido alteradas. A mão de obra passa pela adaptação entre a livre e a escrava, mas as condições de trabalho ainda eram pouco favoráveis para a população.

Quando finalmente a República prevaleceu, ela precisava se afirmar, e tal fato passou pelas alterações do espaço urbano, para se estabelecer novas formas de relacionamento social. A ideia de progresso, que a República propagava, carecia de exemplos práticos, e o Rio tinha um campo fértil para a aplicação das novas práticas republicanas progressistas.

Quando Rodrigues Alves chegou ao poder, a República reunia as condições necessárias para processar as mudanças, que farão do Rio de Janeiro o modelo de cidade

---

<sup>197</sup> A expressão é utilizada algumas vezes pela revista Avante Bombeiro, para se referir ao fato de três membros da família Souza Aguiar terem sido Comandantes da Corporação, nos anos iniciais do século XX. Revista Avante Bombeiro, números 16, 27, 36. Arquivo Geral do Coro de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro

<sup>198</sup> AZEVEDO, André Nunes de. **Entre o Progresso e a Civilização: o Rio de Janeiro nos traços de sua capitalidade**. Dissertação de Mestrado ao Curso de Mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, 1998. Pág. 45.

republicana para todo o país. Pereira Passos e Oswaldo Cruz completaram uma tríade de modernização, necessária, sem dúvida, àquela “*cidade pestilenta*”, mas que cobrou das camadas mais pobres e trabalhadoras da cidade a sua parcela de sacrifício.

Se a urbanização significava sossego e tranquilidade para que os barões do café efetuassem seus negócios<sup>199</sup>, o Rio, centro das transações dos cafeicultores, precisava mudar sua aparência, precisava ganhar ares de uma cidade capaz de receber os negociantes, sem as ameaças das doenças epidêmicas, que fazem muitas vítimas. Afinal, o século XX é para o Rio o momento de sua definição institucional e cultural.

O Corpo de Bombeiros inserido neste contexto de mudanças da cidade, não teve como se abster das transformações técnico-profissionais, institucionais e estruturais, que a situação requeria. O maior exemplo desta afirmação pode ser visto ainda hoje, nas estruturas projetadas pelo Coronel Francisco Marcellino de Souza Aguiar, na remodelação da Estação Central<sup>200</sup>.

Remodelou-se e urbanizou-se o Rio, remodelou-se e aperfeiçoou-se o Corpo de Bombeiros. Cidade e Corporação com cotidiano de histórias que se misturaram, mas que com a chegada do século XX, acentuou uma relação que estabelece diferenças e harmonização, em momentos diversificados de seu tempo.

A chegada do século XX representou para os Bombeiros o final de um ciclo. Passava-se do modelo de Corpo de Bombeiros criado no Império, para um formado por uma administração dinâmica, com equipamentos importados em quantidade maior e qualidade superior, para se adequar aos novos tempos. Fardamentos, ferramentas, material de manutenção e cuidados com a saúde do pessoal começaram a ser articulados nas próprias instalações da Corporação.

A cidade adquiria uma dinâmica arquitetônica e estrutural que exigia de seus órgãos públicos modificações substanciais. O Comando da Corporação buscou, no início do século XX, avançar nestas questões técnico-profissionais, para cumprir sua missão de resguardar a cidade de incêndios e desastres. A diversificação do material e a qualificação profissional começaram a ganhar estrutura, e a República cobrou da cidade do Rio uma postura de mudanças.

---

<sup>199</sup>Antonio Edmilson Martins Rodrigues assim define ao que se quer chegar ao se transformar o Rio de Janeiro, para que a ideia de sujeira e fedor sejam afastados totalmente deste ambiente de negócios do café. RODRIGUES, Antonio Edmilson Martin. *História da Urbanização do Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil*. IN. CARNEIRO, Sandra de Sá, SANT’ ANNA, Maria Josefina Gabriel (Orgs.) **Cidade: olhares e trajetórias** – Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

<sup>200</sup>Hoje Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, na Praça da República 45, no Centro do Rio de Janeiro, onde permanecem conservadas as instalações por ele refeitas.

Quando se estabeleceram as regras de transformação da cidade, pelas mãos do prefeito Pereira Passos e do sanitarista Oswaldo Cruz, os caminhos se cruzaram com o do Corpo de Bombeiros. O prefeito mantinha uma ligação técnica com o comando da corporação para que, a partir da união de seus esforços, a cidade tivesse um planejamento técnico em sua remodelação. O sanitarista, com o apoio dos bombeiros reforçou a sua campanha de limpeza das ruas e, também, socorreu os militares doentes que precisavam de atendimento.

Conclui-se que a expansão da cidade, neste momento de transformações estruturais, em que o Rio de Janeiro crescia para o subúrbio e alcançava áreas mais distantes, teve no Corpo de Bombeiros também um histórico de crescimento técnico, administrativo, profissional e humano. A quantidade e o tipo dos incêndios e das ocorrências, em que se envolveram os bombeiros, era o demonstrativo de que uma nova corporação precisava surgir com esta nova cidade.

Atores ativos nos combates aos problemas consequentes das demolições, e das transformações que ocorreram no dia-a-dia da cidade, os militares do Corpo de Bombeiros também sofreram as consequências das mudanças. A documentação aqui analisada, ao longo da dissertação, apresentou a história da Corporação e de seus componentes, inserida no contexto de mudanças que a cidade viveu no período de 1900 a 1906.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Livros de Ofícios Expedidos dos Anos de 1857 a 1906.

\_\_\_\_\_. Livros de Ofícios Recebidos dos Anos de 1857 a 1906.

\_\_\_\_\_. Boletins do Comando geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro de 1956.

\_\_\_\_\_. Livro de Registro de Incorporação de Praças Voluntários de Fevereiro de 1887 do Corpo de Bombeiros da Corte.

\_\_\_\_\_. Livro de Assentamentos de Praças do ano de 1887, do Corpo de Bombeiros da Corte.

\_\_\_\_\_. Livros de Ordens de Dia de 1890 a 1906.

\_\_\_\_\_. Livros de Quesitos de Incêndios de 1893 a 1906.

\_\_\_\_\_. Procuração da Sra. Francisca Candida Petra da Fontoura Santos.

\_\_\_\_\_. Livro de Partes Administrativas Recebidas no ano de 1900.

\_\_\_\_\_. Relatório Anual do Comando do Corpo de Bombeiros do Districto Federal ao Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, anos de 1904 e 1905.

\_\_\_\_\_. Proposta Orçamentária do Corpo de Bombeiros do Districto Federal para 1904.

BRASIL. Decreto nº 1.775, de 02 de julho de 1856. De criação do Corpo de Bombeiros da Corte.

BRASIL. Decreto do Districto Federal nº 373, de 03 de janeiro de 1897.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em 03 de Março de 2014.

ABREU, Mauricio de Almeida. “**Da habitação ao habitat**: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. Revista do Rio de Janeiro. Niterói, volume 1 numero 2; pp. 47-58. jan./abr. 1986.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**; tradução de Walter André Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2a edição, p 58/59.

AZEVEDO, André Nunes de. **Entre o Progresso e a Civilização**: o Rio de Janeiro nos traços de sua capitalidade. Dissertação de Mestrado ao Curso de Mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_, André Nunes de. **A Reforma Pereira Passos**: uma tentativa de integração urbana. Dossiê Temático. Revista Rio de Janeiro, n. 10, 2033.

\_\_\_\_\_, André Nunes de. **Da Monarquia à República**: um estudo dos conceitos de civilização e progresso do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2003.

BACKHEUSER, Everardo. **Habitações Populares**. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J.J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. Rio de Janeiro, 1992.

BRENNA, Giovanna Rosso Del. Organizadora. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Índex, 1985.

BRETAS, Marcos Luiz. **O Império da navalha e da rasteira**: a Republica e os capoeiras. Revista de Estudos Afro-Asiáticos, n. 20.

CARONE, Edgard. **A República Velha**: instituições e classes sociais. Editora Pensamento, São Paulo, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_, **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. - 3a ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

FERREIRA, Luiz Otavio. “**Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43)**”. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, VI (2): 331-51, jul.-out. 1999.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Medicina Social**. In *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

HAHNER, June E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1970**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1993.

LEMOS, Renato. “**A alternativa republicana e o fim da monarquia**”. IN. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (organização). *O Brasil Imperial: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume III, 2009.

LESSA, Renato. **A invenção da República: da aventura à rotina**. IN CARVALHO, Maria Alice Resende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República 2001.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “**Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas**”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. IN GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Organizadores) *O Brasil Imperial*. Vol. III – 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARINS, Paulo César Garcez. “**Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras**”. IN. NOVAIS, Fernando / Coordenador geral da coleção. *História da Vida Privada no Brasil*. Organizador do volume SEVECENKO, Nicolau. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. **A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

NEVES, Margarida de Souza. **“Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX”**. IN FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neve (organizadores). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2013.

PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. **O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)**. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2008

ROCHA, Oswaldo Porto e CARVALHO, Lia de Aquino. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro 1866-1906**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **“História da Urbanização no Rio de Janeiro. A cidade capital do século XX no Brasil”**. IN. CARNEIRO, Sandra de Sá e SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel (organizadoras). **Cidades Olhares e Trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamound 2009.

SANTUCCI, Jane. **Cidade Rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SARMIENTO, Erica. **Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)**. Tese Doutoral. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2006.

SCLIAR, Moacyr. **Oswaldo Cruz: entre micróbios e barricadas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Rio Arte, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso**. In NOVAIS, Fernando A. (coord. geral), SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da Vida Privada no Brasil: república**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 7.

\_\_\_\_\_, **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

SILVA, Gastão Pereira da. **Rodrigues Alves e Sua Época**. São Paulo. Ed A Noite. s.d.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A cultura das ruas do Rio de Janeiro (1900-1930):** mediações, linguagens e espaço. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.